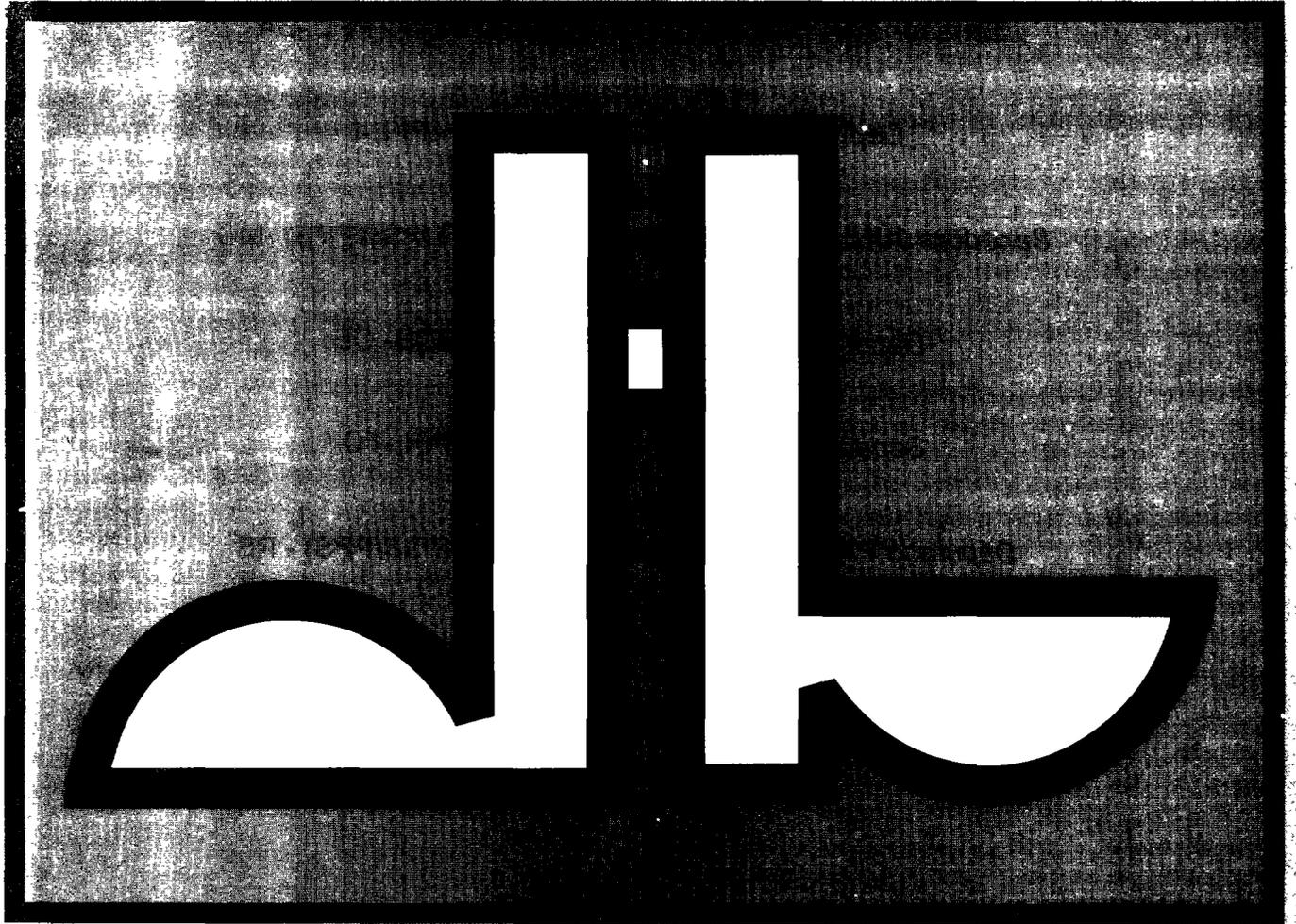




**República Federativa do Brasil**



**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL  
SESSÃO CONJUNTA**

**ANO LII - Nº 025**

**DOMINGO, 23 DE NOVEMBRO DE 1997**

**BRASÍLIA - DF**

# **MESA DO CONGRESSO NACIONAL**

**PRESIDENTE**

*Senador* **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - PFL -BA**

**1º VICE-PRESIDENTE**

*Deputado* **HERÁCLITO FORTES - PFL-I**

**2º VICE-PRESIDENTE**

*Senadora* **JÚNIA MARISE - Bloco - ( PT/PDT/PSB/PPS) -MG**

**1º SECRETÁRIO**

*Deputado* **UBIRATAN AGUIAR - PSDB- CE**

**2º SECRETÁRIO**

*Senador* **CARLOS PATROCÍNIO - PFL-TO**

**3º SECRETÁRIO**

*Deputado* **PAULO PAIM - Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) - RS**

**4º SECRETÁRIO**

*Senador* **LUCÍDIO PORTELLA - PPB -PI**

# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 17

### **Altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º O caput do art. 71 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:**

**"Art. 71. É instituído, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim nos períodos de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997 e 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1999, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados prioritariamente no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação, incluindo a complementação de recursos de que trata o § 3º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, benefícios previdenciários e auxílios assistenciais de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e despesas orçamentárias associadas a programas de relevante interesse econômico e social."**

**Art. 2º O inciso V do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:**

**"V – a parcela do produto da arrecadação da contribuição de que trata a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o inciso III deste artigo, a qual será calculada, nos exercícios financeiros de 1994 a 1995, bem assim nos períodos de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997 e de 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1999, mediante a aplicação da alíquota de setenta e cinco centésimos por cento, sujeita a alteração por lei ordinária posterior, sobre a receita bruta operacional, como definida na legislação do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza;"**

**Art. 3º A União repassará aos Municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, tal como considerado na constituição dos fundos de que trata o art. 159, I, da Constituição, excluída a parcela referida no art. 72; I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os seguintes percentuais:**

**I – um inteiro e cinquenta e seis centésimos por cento, no período de 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1997;**

**II – um inteiro e oitocentos e setenta e cinco milésimos por cento, no período de 1º de janeiro de 1998 a 31 de dezembro de 1998;**

**III – dois inteiros e cinco décimos por cento, no período de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 1999.**

**Parágrafo único. O repasse dos recursos de que trata este artigo obedecerá a mesma periodicidade e aos mesmos critérios de repartição e normas adotadas no Fundo de Participação dos Municípios, observado o disposto no art. 160 da Constituição.**

**Art. 4º Os efeitos do disposto nos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pelos arts. 1º e 2º desta Emenda, são retroativos a 1º de julho de 1997.**

Parágrafo único. As parcelas de recursos destinados ao Fundo de Estabilização Fiscal e entregues na forma do art. 159, I, da Constituição, no período compreendido entre 1º de julho de 1997 e a data de promulgação desta Emenda, serão deduzidas das cotas subseqüentes, limitada a dedução a um décimo do valor total entregue em cada mês.

Art. 5º Observado o disposto no artigo anterior, a União aplicará as disposições do art. 3º desta Emenda retroativamente a 1º de julho de 1997.

Art. 6º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.  
Brasília, 22 de novembro de 1997.

#### Mesa da Câmara dos Deputados

**Deputado Michel Temer**  
Presidente

**Deputado Heráclito Fortes**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Severino Cavalcanti**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Ubiratan Aguiar**  
1º Secretário

**Deputado Nelson Trad**  
2º Secretário

**Deputado Paulo Paim**  
3º Secretário

**Deputado Efraim Morais**  
4º Secretário

#### Mesa do Senado Federal

**Senador Antonio Carlos Magalhães**  
Presidente

**Senador Geraldo Melo**  
1º Vice-Presidente

**Senadora Júnia Marise**  
2ª Vice-Presidente

**Senador Ronaldo Cunha Lima**  
1º Secretário

**Senador Carlos Patrocínio**  
2º Secretário

**Senador Flaviano Melo**  
3º Secretário

## SUMÁRIO

<b>1 – EMENDA CONSTITUCIONAL</b>	
Nº 17, que altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994 (prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal – FEF).....	17609
<b>2 – ATA DA 20ª SESSÃO CONJUNTA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 1997</b>	
2.1 – ABERTURA	
2.2 – PROMULGAÇÃO DE EMENDA CONSTITUCIONAL	
Nº 17, que altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994 (prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal – FEF).....	17611
2.3 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada ao comparecimento dos Senhores Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, a fim de prestarem esclarecimentos acerca das medidas econômicas recentemente adotadas pelo Senhor Presidente da República.....	17612
2.3.1 – Exposições dos Ministros de Estado da Fazenda, Senhor Pedro Malan, e do Planejamento e Orçamento, Senhor Antônio Kandir	
2.3.2 – Fase de Interpelações	
Senadores José Serra e Jefferson Péres, Deputado Haroldo Lima, Senadores José Eduardo Dutra e Ney Suassuna, Deputado Fernando Gabeira, Senador Vilson Kleinübing, Deputado Paes Landim, Senador Esperidião Amin, Deputado Lindberg Farias, Senadores Osmar Dias e Lauro Campos, Deputado Nilson Gibson, Senador Roberto Requião, Deputado Feu Rosa, Senador Bernardo Cabral, Deputada Sandra Starling, Senador Levy Dias, Deputados Israel Pinheiro e Mussa Demes, Senador Eduardo Suplicy, Deputado Arthur Virgílio, Senador Ademir Andrade, Deputados Chico Vigilante e José Carlos Alaluia.	17621
2.3.3 – Indagação encaminhada	
Senador Ronaldo Cunha Lima .....	17686

2.4 – OFÍCIO  
 Nº 381/97, de 21 do corrente, do Líder do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.595-14, de 1997..... 17687  
 2.5 – ENCERRAMENTO  
 3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESI

DENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 22.11.97  
 4 – MESA DO CONGRESSO NACIONAL  
 5 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO  
 6 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

# Ata da 20ª Sessão Conjunta, em 22 de novembro de 1997

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães e Heráclito Fortes.*

*(Inicia-se a sessão às 10h.)*

**SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Declaro aberta a sessão.

Srs. Congressistas, encontram-se sobre a mesa autógrafos da Emenda Constitucional nº 17, de 1997. Foram preparados cinco exemplares destinados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ronaldo Cunha Lima, fará a leitura dos autógrafos da Emenda Constitucional e, em seguida, proceder-se-á à sua assinatura.

É lida a seguinte:

### **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 17**

**Altera dispositivos dos arts. 71 e 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzidos pela Emenda Constitucional de Revisão nº 1, de 1994.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O caput do art. 71 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 71. É instituído, nos exercícios financeiros de 1994 e 1995, bem assim nos períodos de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997 e 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1999, o Fundo Social de Emergência, com o objetivo de saneamento financeiro da Fazenda Pública Federal e de estabilização econômica, cujos recursos serão aplicados prioritariamente no custeio das ações dos sistemas de saúde e educação,

incluindo a complementação de recursos de que trata o § 3º do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, benefícios previdenciários e auxílios assistências de prestação continuada, inclusive liquidação de passivo previdenciário, e despesas orçamentárias associadas a programas de relevante interesse econômico e social."

Art. 2º O inciso V do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"V – a parcela do produto da arrecadação da contribuição de que trata a Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o inciso III deste artigo, a qual será calculada, nos exercícios financeiros de 1994 a 1995, bem assim nos períodos de 1º de janeiro de 1996 a 30 de junho de 1997 e de 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1999, mediante a aplicação da alíquota de setenta e cinco centésimos por cento, sujeita a alteração por lei ordinária posterior, sobre a receita bruta operacional, como definida na legislação do imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza;"

Art. 3º A União repassará aos Municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, tal como considerado na constituição dos fundos de que trata o art. 159, I, da Constituição, excluída a parcela referida no art. 72, I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os seguintes percentuais:

I – um inteiro e cinquenta e seis centésimos por cento, no período de 1º de julho de 1997 a 31 de dezembro de 1997;

II – um inteiro e oitocentos e setenta e cinco milésimos por cento, no período de 1º de janeiro de 1998 a 31 de dezembro de 1998;

III – dois inteiros e cinco décimos por cento, no período de 1º de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 1999.

Parágrafo único. O repasse dos recursos de que trata este artigo obedecerá a mesma periodicidade e aos mesmos critérios de repartição e normas adotadas no Fundo de Participação dos Municípios, observado o disposto no art. 160 da Constituição.

Art. 4º Os efeitos do disposto nos arts. 71 a 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com a redação dada pelos arts. 1º e 2º desta Emenda, são retroativos a 1º de julho de 1997.

Parágrafo único. As parcelas de recursos destinados ao fundo de Estabilização Fiscal e entregues na forma do art. 159, I, da Constituição, no período compreendido entre 1º de julho de 1997 e a data de promulgação desta Emenda, serão deduzidas das cotas subseqüentes, limitada a dedução a um décimo do valor total entregue em cada mês.

Art. 5º Observado o disposto no artigo anterior, a União aplicará as disposições do art. 3º desta Emenda retroativamente a 1º de julho de 1997.

Art. 6º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Convido o eminente Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, para apor sua assinatura na emenda constitucional. (Pausa)

Solicito aos demais membros da Mesa, da Câmara e do Senado, que aponham suas assinaturas na emenda constitucional. (Pausa)

Solicito aos eminentes Srs. Congressistas que fiquem de pé.

Nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, declaro promulgada a Emenda Constitucional nº 17, de 1997. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Srs. Congressistas, S. Ex.as, os Srs. Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento e Orçamento, Pedro Sampaio Malan e Antônio Kandir, estão presentes a esta sessão do Congresso Nacional, com o propósito de explicar aos Srs. Congressistas as recentes medidas econômicas adotadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Esta Presidência irá conceder 15 minutos, com alguma prorrogação, se necessário, para a exposição de cada um dos Srs. Ministros, após o que, passará à fase de interpelação, concedendo a palavra,

alternadamente, aos Srs. Senadores e Deputados, obedecida a seqüência da chamada composição partidária e de blocos parlamentares e a ordem de inscrição. Cada parlamentar disporá de 5 minutos para fazer a sua interpelação a ambos os Ministros. Para as respostas, será assegurado, aos Ministros, igual tempo, que deverá ser entre eles dividido.

Para contradito, os Congressistas poderão usar da palavra por dois minutos, assegurando aos Srs. Ministros igual tempo para a tréplica.

Com esses esclarecimentos, concedo a palavra ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Pedro Sampaio Malan, que poderá falar, se assim o preferir, do local onde se encontra, podendo também ocupar a tribuna.

Os Srs. Congressistas, se quiserem, também poderão usar a tribuna ou a própria bancada.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

– Bom dia. É uma honra e uma satisfação comparecer, hoje, mais uma vez, a esta Casa, cumprindo, na verdade, o que nós, servidores públicos, consideramos uma obrigação da nossa parte: apresentar a esta Casa o que estamos fazendo, defender o que estamos propondo e, obviamente, ouvir críticas, comentários, sugestões, que, tenho certeza, virão por ocasião das perguntas.

Estive algumas horas, nesta semana, respondendo a uma convocação de cerca de cinco Comissões na Câmara dos Deputados. Falei longamente, de modo que posso me permitir ser um pouco mais breve aqui nesta introdução.

Queria aproveitar para, primeiro, reafirmar as linhas básicas que vêm presidindo e continuarão presidindo a condução da política macroeconômica do Governo Fernando Henrique Cardoso. Quero chamar a atenção para os três objetivos macroeconômicos fundamentais, absolutamente interligados no nosso ponto de vista. O primeiro deles é a inflação e seu controle; 1997 é o quarto ano consecutivo de inflação numa trajetória de queda. Ela será, na média dos principais índices, em torno de 5% – uma inflação que este País não experimentava desde o início dos anos 50. É a inflação que tínhamos em cinco dias antes do lançamento do Real.

Dito isso, quero afirmar que não abriremos mão do controle da inflação, por três ordens de razão: primeiro, razão de ordem econômica. Está sobejamente demonstrado que a inflação sob controle aumenta a eficiência do funcionamento de uma economia, ao alargar o horizonte de tempo em que deci-

sões de investimento, poupança e de organização do orçamento doméstico têm lugar.

Segundo, uma razão de natureza política. Estamos absolutamente convencidos de que é isso o que espera de nós a esmagadora maioria da população brasileira: a preservação do poder de compra do salário do trabalhador.

E a terceira razão é de natureza social. A inflação alta é um imposto compulsório que incide desproporcionalmente sobre os mais pobres deste País.

Por esse conjunto de razões, não abriremos mão de nosso compromisso de manter a inflação sob controle.

Devo esclarecer que manter a inflação baixa não é um objetivo que se esgote em si mesmo, é apenas um dentre vários outros.

Passo ao segundo, que é a criação das condições para um crescimento sustentado da economia brasileira. Quero sublinhar aqui o sustentado, pois, assim como 1997 é o quarto ano consecutivo de inflação numa trajetória de queda, 1997 é o quinto ano consecutivo de crescimento do produto e do Produto Interno Bruto per capita na economia brasileira.

Pode parecer algo trivial, mas a última vez que este País experimentou cinco anos consecutivos de crescimento do Produto Interno Bruto per capita foi na segunda metade dos anos 70, desde então, não tivemos cinco anos consecutivos. A taxa média de crescimento, nesse período, foi superior a 4%, que não é uma taxa brilhante em relação ao nosso desempenho no passado, mas não é desprezível para o nosso País e para nenhum outro no mundo.

Estamos criando as condições para taxas de crescimento sustentadas maiores na perspectiva intertemporal adequada, que é uma perspectiva de médio e longo prazo e não de curto prazo, que gera uma bolha de crescimento que não se sustenta, porque se esvai em pressões inflacionárias, seja pelo lado de custos, seja pelo lado das demandas. Estamos observando um aumento expressivo da produtividade média da economia brasileiro no agribusiness, em setores da indústria e de serviços, que é a base de crescimento futuro, ao mesmo tempo em que estamos investindo no ativo mais importante que tem o País, que é a sua gente, investindo em saúde básica, educação básica. É isso que aumenta a empregabilidade futura e assegura a produtividade futura, que é a base de crescimento sustentado no futuro.

Assim como manter a inflação sob controle não é objetivo em si mesmo, ter um crescimento sustentado não é um objetivo em si mesmo. Ambos são

condições absolutamente indispensáveis para que um terceiro objetivo, este sim – e é o fundamental –, possa ser alcançado, que é a melhoria continuada das condições de vida da maioria da população brasileira, vale dizer, a incorporação de um número crescente de brasileiros e brasileiras ao mercado de consumo privado, acesso à bens públicos, como educação básica e saúde básica, e uma ampliação do espaço para o exercício da cidadania, que tem a ver com a consolidação do Estado democrático de direito, com a idéia de preservação e ampliação do espaço da liberdade individual e da busca da redução das nossas vergonhosas desigualdades, a fim de termos um acesso à justiça, a igualdade perante a justiça e maior igualdade de oportunidades que, de novo, é acesso à educação e à saúde básica.

Esse era, é, continua sendo e será o grande desafio.

Esses três objetivos estão interligados; era a estratégia que vínhamos seguindo. No ponto de vista macroeconômico, ele tem e exige no Brasil, como em qualquer País do mundo, a manutenção sob controle dos dois déficits gêmeos – como se chama na literatura dita especializada –, que é o déficit fiscal e o déficit em conta corrente do balanço de pagamento. No que diz respeito ao déficit fiscal, há quatro anos, dissemos que é aqui que residem os problemas fundamentais que temos a enfrentar: reduzir o excessivo déficit consolidado do setor público, vale dizer, o fato de que a sociedade brasileira tem demandas legítimas, que excedem de muito a capacidade que sejam atendidas a curto prazo. Isso expressa, de alguma maneira, no fato de que o setor público consolidado, o conjunto das empresas públicas nos três níveis de Governo: Previdência Social, nossos 27 Estados e 5.525 Municípios, mais o Executivo Federal gastam, no seu conjunto, muito mais do que são capazes de arrecadar, ou que a sociedade está disposta a entregar-lhes sob forma de tributos. Essa redução do déficit fiscal consolidado era, é e continua sendo o grande desafio a ser enfrentado, e ele tem uma contrapartida e uma ligação com o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, que é uma expressão de um desequilíbrio entre poupança e investimento. Este País investe algo como 20% do PIB e poupa apenas cerca de 16%, e isso se expressa através da necessidade de financiamento externo, que é o déficit em conta corrente. Reduzir o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos significa a necessidade de reduzir o déficit do setor público consolidado. A razão é a seguinte: é preciso elevar a poupança doméstica com

proporção do PIB. E a poupança doméstica tem dois componentes: a poupança privada, que está aumentando e continuará aumentando, e a poupança negativa, é a "despoupança" do setor público, que é o déficit do setor público consolidado que precisa ser reduzido para que baixe o déficit em conta corrente. Não se responde a déficit em conta corrente visto como elevado através de maxidesvalorizações cambiais – que nós não faremos – nem tampouco através de retorno ao protecionismo, que também nós não faremos.

Dito isso, o que mudou no contexto internacional que nos fez não mudar a nossa estratégia, não alterar os rumos que continuam os mesmos, mas evidenciou a necessidade de acelerar o passo, com maior sentido de urgência e apostar na continuidade deste processo de reestruturação do setor produtivo que vinha em curso, de reorganização do Estado, que está em curso e a aprovação pela Câmara dos Deputados, no segundo turno, da Reforma da Administração Pública, foi um passo extremamente importante entre os vários que precisam ser dados para modernizar o Estado e aumentar a sua eficiência operacional ao longo do tempo, mas é preciso fazer mais nessa área assim como temos que avançar nesse processo de reconstrução político-institucional do País.

A crise internacional por que estamos passando não acabou e estará conosco por algum tempo. V. Ex<sup>as</sup> viram o que aconteceu ontem com o anúncio da Coreia, 11<sup>a</sup> maior economia do mundo, 12<sup>a</sup> maior país em termos de comércio internacional, tinha sido promovido, no ano passado, ao rol dos países industrializados, teve que recorrer – por problemas que, infelizmente, não tenho tempo de me estender aqui, mas, se houver alguma pergunta sobre o assunto, terei o maior prazer em responder – a uma assistência financeira internacional que variará entre o mínimo de US\$30 bilhões e o máximo de US\$100 bilhões, para lidar com problemas sérios que se acumularam ao longo do ano, resultado de uma crise na Ásia, não é mais Sudeste Asiático, envolve países já mais avançados, inclusive Japão – a segunda maior economia do mundo, que está, há anos, tentando sair de uma crise de dificuldades do seu sistema financeiro.

Esta percepção de que a situação, o contexto internacional mudou – e mudou para pior – e que a saída deste contexto internacional mais desfavorável ainda não nos é dado conhecer ou perceber exige, e não é por parte do Governo, exige por parte do Brasil como País que tenhamos uma resposta adequa-

da e apropriada. E a resposta adequada e apropriada certamente não é que nós nos consideremos vítimas passivas de eventos externos totalmente fora do nosso controle, ao qual nos cabe simplesmente lamuriar, temos que responder com convicção e confiança que nós, brasileiros, o País como país, não é só o Executivo Federal, tem condições de responder aos desafios da hora presente a uma situação internacional que se tomou marcadamente mais desfavorável de uma maneira não previsível por ninguém. Se algum dos senhores disser que ouviu alguém, alguma vez, prever o que estaria acontecendo hoje, por favor, contrate-o, porque os senhores terão encontrado alguém com esta capacidade que alguns alegam que têm depois do fato ocorrido desse exercício de futurologia do passado, que são capazes de prever o futuro nos seus mínimos detalhes, inclusive com a data exata em que crises acontecerão.

O viver é perigoso, a história tem suas peripécias e o que vem acontecendo nos últimos meses surpreendeu, sim, a todos os analistas, a todos os mercados e continuaremos numa situação de incerteza e turbulência por algum tempo. Ao que começou, parecia no início que seria uma reedição, talvez na melhor das hipóteses, da crise que houve no México entre o final de 1994 e início de 1995, e que acabou ficando restrita à América Latina. Houve uma reação muito rápida do governo mexicano, obviamente uma reação muito rápida do governo norte-americano, por razões óbvias, e do Fundo Monetário, que levaram o México a um custo altíssimo; seu PIB caiu quase 7%, em 1995; o salário real caiu 19%, em termos reais, em 1995; a inflação que estava em um dígito chegou a 80%, em 1995; o desemprego aumentou. Mas a reação, tanto do México, quanto da Argentina, quanto a nossa, devo dizer, em 1995, foi rápida; e a situação, embora, dolorosa – o PIB argentino também caiu em 4,5%, 1995; o desemprego chegou a 17% –, era uma situação que estava sendo vista em vias de superação, a um custo inicial altíssimo para os países desenvolvidos, mas recortada e restrita à América Latina.

Quando começou a crise no sudeste asiático em abril, maio deste ano, também parecia que era de novo uma crise restrita há alguns poucos países emergentes. Começou com Tailândia, espalhou-se para Malásia, Indonésia e Filipinas. Foi visto como um problema de um ciclo em expansão que havia chegado ao seu fim; as fragilidades dos sistemas financeiros dessas economias, que não haviam passado pelo processo de reestruturação que nós passamos aqui, foi visto como preocupante, houve des-

valorizações de 20 a 40% em termos nominais, mas havia ainda a esperança ou a expectativa de que pudesse ser, a exemplo da crise mexicana, restrita a alguns poucos países emergentes da segunda geração do sudeste asiático.

O fato de que a desvalorização de Taiwan, uma economia com 90 bilhões de dólares de reserva, superávit de balanço em conta corrente, o ataque especulativo contra Hong Kong, que levou à queda da Bolsa em mais de 30%, e, no dia seguinte, devido a fuso horário, a maior queda da história da Bolsa de Nova Iorque, em termos de números de índices Dow Jones, não foi em termos percentuais, mas em tomo da queda do índice de pontos Dow Jones, foi a maior queda da história da Bolsa de Nova Iorque em 27 de outubro, levou a que o dia 28 fosse de uma enorme turbulência, cujos efeitos são conhecidos aqui, que obrigaram o Banco Central do Brasil a, primeiro, fazer sua primeira linha de defesa. Utilizamos 8,3 bilhões de dólares de reservas internacionais na última semana de outubro. Tivemos sim, porque era necessário fazê-lo, que elevar as taxas de juros, que é a resposta correta de qualquer Banco Central sob ataque, em uma situação como essa. E deixamos claro, dentro do Governo, ao Congresso e à opinião pública que a resposta a ataque especulativo não podia ficar restrita à ação da autoridade monetária, que o Governo e o País teriam que também mostrar a sua capacidade de reação.

Fizemos esse conjunto de medidas que estaremos discutindo hoje, que necessita gerar um ganho fiscal da ordem de 20 bilhões de dólares – por quê? Porque é preciso fazê-lo. Queria agradecer aqui o entendimento expressivo das lideranças dos partidos que apóiam o Governo, avançando nesse processo de votação de reformas e outras medidas que se encontram no Congresso. Por que isso? Porque a melhor resposta que podemos, devemos, na verdade a única, dar não é nos considerarmos vítimas ou fazer discursos contra algum agente internacional, mas é mostrar – e aqui insisto em um ponto, não é mostrar à comunidade financeira internacional – para nós mesmos, para a sociedade brasileira, em seu conjunto, que o País tem condições de responder, tem condições de encontrar dentro de si as forças para se erguer à altura do desafio do momento presente; que o País tem condições de reduzir a vulnerabilidade que é percebida no momento, quando se compara, por exemplo, o déficit fiscal do Brasil com o déficit fiscal de várias economias, com as quais estamos sendo comparados, em tempo real, 24 horas por dia, hoje: 4,6% de déficit consolidado do setor público

em relação ao PIB é um número excessivamente elevado hoje na perspectiva de quem analisa comparativamente dezenas de economias no mundo.

Um déficit em conta corrente como tínhamos, a expectativa de que lidaríamos com esse problema numa estratégia gradual, dada a magnitude do programa de privatizações, o fato de que mais da metade dele – do déficit em conta corrente – está sendo financiado com investimento direto estrangeiro, que chegou a US\$16,8 bilhões nos 12 meses terminados em 31 de outubro de 1997, o volume do programa de privatizações, que é um dos mais importantes do mundo hoje em andamento, fazia-nos ter confiança na estratégia gradualista brasileira, sob determinadas hipóteses de evolução do contexto internacional.

Houve uma alteração nessas hipóteses, portanto a estratégia gradualista tem que ser repensada. Não que o rumo tenha que ser alterado, mas nós temos que apertar o passo, temos que acelerar o processo de redução do déficit público consolidado, e é isso que vai nos permitir reduzir o déficit em conta corrente, que são essas percebidas vulnerabilidades.

Não queria me estender demais sobre isto, mas eu queria dizer que, ontem, com a crise chegando à 11ª maior economia do mundo, com o pedido de assistência financeira a governos de países industriais e ao Fundo Monetário, algo que envolverá dezenas de bilhões de dólares ao longo dos próximos meses e anos, com o terrível ajuste pelo qual terão que passar as economias de Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e agora a Coreia – o Japão, que está tentando o seu ajuste já desde o início desta década, sem conseguir dele emergir; anunciou, também nesta semana, o seu conjunto de medidas, mais de 100, para tentar sair da crise em que se encontra já há cinco, seis anos, o fato é que estamos, hoje, numa situação disjuntiva: nós temos que conseguir demonstrar que existem problemas, sim, que têm a sua explicação, que estão sendo analisados em profundidade na Ásia – não só no Sudeste Asiático – envolvendo não só os chamados "tigres de segunda geração", mas os "velhos tigres", em particular a Coreia, que era o mais visível e mais importante dentre eles, e também problemas sérios de fragilidade do sistema financeiro na própria economia japonesa, que é a segunda maior do mundo, e que certamente haverá de lidar com eles a um custo que demorará algum tempo – mas haverá de lidar – e temos que mostrar que nós, nesta região, na América Latina, no Brasil, temos condições de responder de maneira adequada, sem ser contagiados e contami-

nados por uma percepção de que o que ocorreu no resto do mundo está fadado a se reproduzir aqui.

Os graus de incerteza levam, num primeiro momento, a atitudes de proteção que são perfeitamente naturais. Como eu disse na Câmara, na semana passada, é perfeitamente natural que uma empresa, com o grau de incerteza aumentado, que tem obrigações denominadas em moeda estrangeira, procure ter ativos também denominados em moeda estrangeira, como medida de precaução. Esse processo pode adquirir uma dimensão maior e pode fazer que, aí sim, aqueles que não estão só procurando casar ativos e passivos, mas querendo apostar que o País será obrigado e forçado a uma maxidesvalorização da sua moeda – e entram outros tipos de jogadores nesta questão – ganhem. Temos que mostrar condições de evitar esse tipo de coisa, e a melhor maneira é aquela pela qual o Governo e o País respondem a essa vulnerabilidade real ou percebida – no nosso caso, parte real e parte percebida, não importa.

Não cabe especular qual é a palavra mais adequada, mas tivemos dias muito difíceis, como o dia 28 de outubro e alguns outros, que nos obrigaram a elevar a taxa de juros. Na semana seguinte, fomos obrigados a mostrar que não ficaremos paralisados, aguardando o desenrolar dos acontecimentos e correndo o risco de ter uma solução totalmente desordenada, como a do México, em 1994, a da Tailândia, a da Coreia, agora, e as de outros países que não adotaram, a tempo, com o sentido de urgência, coerência e determinação, as medidas necessárias para mostrar que tinham condições de, sem ser comunicados, seja por mercado, seja por instituições internacionais, diagnosticar a situação internacional interna e adotar as medidas apropriadas, com a velocidade necessária. O que fizemos indica que o Brasil tem rumo, projeto, direção e capacidade de resposta a eventos externos, fora do seu controle, dos quais não há sentido que se considere apenas uma lamúria vítima.

Era isto que eu gostaria de dizer, à guisa de introdução. O objetivo desta discussão – como, de resto, foram as horas que passei na Câmara dos Deputados, na semana passada – é esclarecer para os Srs. Senadores as razões que nos levaram a propor uma conjunto de medidas, situando-as no contexto, e deixar claro que a crise não acabou. Portanto, não podemos esmorecer e achar que, em razão de termos conseguido fazer algum progresso em alguma área, podemos relaxar, esquecer o resto do mundo, dizer que nós estamos imunes a qualquer coisa, porque somos brasileiros; que não precisa-

mos acelerar esse processo, porque somos brasileiros; que não seremos objeto de escrutínio adicional, porque somos brasileiros. Nós fazemos parte de um mundo integrado. Não existe hoje nenhuma economia no mundo que possa se considerar, do ponto de vista econômico, como uma ilha isolada. Nós estamos integrados na dimensão comercial, financeira, de investimento direto, tecnologia, em razão da tecnologia de informação que hoje faz que aquilo que nós estamos fazendo aqui, por exemplo, seja apresentado em tempo real, em várias outras partes do mundo, e que haja pessoas derivando as suas análises, as suas decisões daquilo que estão observando aqui. Temos que mostrar que nós, como País, temos condições de nos erguer à altura do desafio do momento presente e de dar as respostas adequadas.

Peço perdão, Sr. Presidente, por ter me estendido mais do que deveria, mas gostaria que os Srs. e Sr.ªs Congressistas compartilhassem comigo esse sentimento de quão importante é o País mostrar que entendeu a natureza do problema, que tem condições de dar uma resposta a ele sem precisar de conselhos e de ajuda, e que vai fazê-lo – o que é mais importante – não só no âmbito do discurso, mas no âmbito das ações concretas que propôs e que vão efetivamente ser implementadas.

Muito obrigado a todos pela atenção. Desculpe-me por esta palestra um tanto descosida, mas estaremos, obviamente, o Ministro Kandir, eu e respectivas equipes, pelas horas que forem necessárias, à disposição de V. Ex.ªs, para discutir o que quer que seja do que apresentamos e do que achamos que deve ser a continuidade da resposta brasileira a esse contexto internacional que se tornou subitamente bem mais adverso, por um período de tempo que não nos é dado saber ainda, no momento – e a ninguém o é – quanto tempo demandará.

Muito obrigado a todos pela atenção.

Estou à disposição de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Os Srs. Senadores que desejarem poderão marcar a sua presença no painel.

Com a palavra o Ministro Antônio Kandir.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antônio Kandir) – Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, Sr.ªs e Srs. Senadores e Deputados, em primeiro lugar gostaria de destacar a minha enorme satisfação por estar hoje no Congresso Nacional, junto com o Ministro Malan, nesta hora em que é mais do que necessária uma discussão pro-

funda sobre o momento que o mundo vive, o momento que o Brasil vive, sobre os novos desafios que estão colocados e a necessidade de uma ação conjunta do Executivo, do Congresso e da sociedade brasileira. E a satisfação é ainda maior porque, nesta semana, o Congresso Nacional, interpretando o sentimento das ruas, respondeu de maneira rápida e bastante eficaz aos primeiros desafios.

Quero saudar o Congresso Nacional, que, com enorme rapidez, votou inúmeras matérias de importância não só no curto mas também no longo prazo. Eu destacaria aqui somente duas, que foram, pelo lado da Câmara dos Deputados, a aprovação da reforma administrativa, que não só melhorará as contas públicas mas, talvez, mais importante do que isso, criará condições para que o Estado possa servir melhor ao cidadão. Em segundo lugar, o Senado Federal, que aprovou, de maneira terminativa, o Fundo de Estabilização Fiscal, criando também condições de melhor administração dos recursos públicos.

Nesta exposição inicial, eu gostaria de complementar as observações feitas pelo Ministro Pedro Malan, talvez enfocando mais a análise do porquê de o Brasil, hoje, encontrar-se numa situação nova.

Todos os cidadãos estão se perguntando por que uma crise lá longe, na Ásia, a desvalorização de alguns ativos importantes representa um constrangimento à sua vida. Por que eu, que não especulo em ações, que não tenho nenhuma relação direta com a Ásia, sou chamado a dar uma colaboração neste momento? Por que existe esse desafio? Eu gostaria de centrar objetivamente a minha exposição inicial explicando, em primeiro lugar, por que essa crise internacional rebata sobre o Brasil e afeta o cotidiano de cada um de nós e por que temos, sim, condições de responder positivamente – e já estamos respondendo – a estes desafios. Seja eu, seja o Governo Federal, seja o Congresso, seja a sociedade brasileira estamos confiantes na capacidade de enfrentar esses desafios e de vencê-los, mas é preciso – e este é o objetivo desta nossa discussão – entender objetivamente qual é a situação que estamos vivendo.

Eu diria, em primeiro lugar, como o Ministro Malan colocou, que nós, nos últimos meses, estamos enfrentando um novo cenário internacional, uma crise realmente profunda, que ainda não acabou. É uma crise profunda, que poderá ter desdobramentos ainda mais graves. É exatamente por isso, por haver a possibilidade de desdobramentos, por haver uma ameaça, que precisamos ter uma estratégia

para enfrentar esse desafio. E temos essa estratégia, motivo pelo qual estamos aqui, hoje, a fim de explicar os 13 pontos dessa nossa estratégia de enfrentamento a essa ameaça.

Internacionalmente, o que aconteceu? Uma crise importante, que levou à desvalorização uma quantidade monumental de ativos financeiros. Para ser mais preciso, essa desvalorização, no mundo todo, chegou a mais de US\$2 trilhões. Quando se tem uma desvalorização desse nível, significa que há uma diminuição enorme na capacidade de financiamento, isto é, todos os agentes econômicos do mundo, que têm capacidade de emprestar, passam a ser, racionalmente, de maneira compreensiva, mais cautelosos e também a ter menor capacidade de financiamento.

O que estamos vivendo no mundo, quando os economistas dizem que está havendo um problema de crise de liquidez internacional, é o seguinte, objetivamente: falta dinheiro para emprestar. Todos aqueles que podem emprestar, primeiro, estão amargando prejuízos enormes, realmente monumentais e, mais do que isso, estão passando a ser extremamente cautelosos, ou seja, estão passando a pensar, muitas vezes, se vão ou não emprestar o dinheiro. A desconfiança passa a ser uma marca de todo o sistema, que passa a viver de forma intranquila.

Ontem mesmo, a quarta maior instituição de valores do Japão entrou em colapso. Existe uma enorme falta de confiança sobre a situação financeira de todas as instituições, de empresas e até de países. Passa a haver uma aversão ao risco, uma tendência a se emprestar menos dinheiro.

Quando isso ocorre, especialmente aqueles países que têm déficits maiores e, portanto, podem ter problemas mais importantes na manutenção do valor de suas moedas acabam sendo afetados. Dito de outra forma: quando há um enorme estreitamento da liquidez e um aumento da aversão do risco, passa a ser mais atrativo, para alguns especuladores, especular com relação a algumas moedas. Alguns países, por algumas razões, passam a ser mais prejudicados ou mais ameaçados por uma falta de liquidez e, por conseguinte, poderão ter maiores dificuldades em financiar suas contas; esses países passam a ser passíveis de terem suas moedas desvalorizadas de maneira abrupta.

É isso o que acaba ocorrendo: uma série de atores, percebendo a fragilidade maior de alguns países, procuram armar posições para criar uma situação de desvalorização de suas moedas para lu-

crarem com essas desvalorizações. Daí há o chamado "ataque especulativo" a determinadas moedas.

O que estamos fazendo em relação a isso? Estamos justamente criando uma série de condições para afastar, de uma vez por todas, toda e qualquer tentativa de ataque ao Real. Não queremos – e quando digo não queremos é a sociedade brasileira que não quer – em hipótese alguma, a volta à inflação. O que estamos fazendo é criar as condições para não haver a hipótese da volta à inflação. É por isso que temos um conjunto de ações, 13 pontos basicamente, que garantem a defesa da nossa moeda e a não volta à inflação.

Para deixar claro qual a razão desses 13 pontos, quais são as condições para eventualmente uma moeda ser atacada, se os Senhores me permitem, eu queria fazer aqui uma tipologia dos países que têm maior propensão a ter um ataque especulativo. Eu diria, de maneira bastante estereotipada, que um país que é candidato número um a ter a sua moeda atacada, ou seja, ter especulações no sentido de esperar que vai haver uma desvalorização, seria um país que tivesse nove características. Em primeiro lugar, ter um regime de câmbio extremamente rígido. Se for um regime de câmbio fixo, é um dos aspectos que é levado em consideração para eventualmente a moeda ser objeto de ataque. O segundo aspecto é ter a moeda extremamente valorizada. O terceiro aspecto é ter um sistema financeiro muito desequilibrado.

Só para falar um pouco sobre este ponto, um país que eventualmente tenha um regime de câmbio fixo, a moeda muito valorizada e o sistema financeiro muito desequilibrado, como era o caso dos países do Sudeste asiático, não tem condições para, em defesa, aumentar as suas taxas de juros, porque, se o sistema financeiro é desequilibrado, o aumento da taxa de juros leva à propensão de uma enorme desvalorização de ativos e, portanto, a uma fuga de capital.

A quarta característica é ter um importante desajuste nas suas contas externas.

O quinto aspecto é ter um importante desajuste nas suas contas públicas, porque, obviamente, como o Ministro Malan mencionou, à medida que se tem um desajuste nas suas contas públicas, abre-se caminho para um desajuste nas contas externas.

A sexta razão seria ter uma enorme dificuldade na sua capacidade de financiamento. Seria, por exemplo, estar no fim de um ciclo de expansão, não ter mais projetos importantes de desenvolvimento, o

que não é o caso do Brasil. Então, se há déficits e se não há capacidade de financiar, há um fator a mais para se tornar objeto de ataque especulativo.

Em sétimo lugar, uma dificuldade enorme para fazer ajustes, ou seja, a existência de falta de governabilidade, falta de capacidade política de reagir a problemas que se colocam, em um prazo mais curto.

A oitava característica é ter ativos extremamente valorizados, ou seja, quando você percebe claramente que vai haver um processo de desvalorização e, portanto, uma propensão a retirar dinheiro desse país.

A nona característica é ter um sistema econômico onde a captação de poupanças interna e externa não são canalizadas preferencialmente para a produção de produtos transacionáveis, ou seja, produtos que são exportados ou que concorrem com a importação.

É óbvio que essas nove características não têm o mesmo peso; algumas têm peso mais importante em um curto prazo, enquanto outras têm peso mais importante em um longo prazo.

Eu diria que a tendência a ter especulação é muito forte – e isso aconteceu na Ásia – quando quatro dessas características são marcantes. Ou seja, quando, em primeiro lugar, o sistema financeiro é extremamente desequilibrado, quando se têm ativos extremamente valorizados, quando há dificuldade de financiamento momentânea aguda e quando há dificuldade política de fazer os ajustes. Não é esse definitivamente o caso do País. O Brasil, por essa razão, tem capacidade de reagir, mas tem que atacar o conjunto desses nove pontos que colocam em risco o potencial e admitem a possibilidade de ataque especulativo. A estratégia do Governo foi justamente montar uma ação de treze pontos para evitar isso.

Inicialmente, o Ministro Pedro Malan fez o ataque direto e o primeiro instrumento foi o cambial. Ou seja, o uso das reservas, que foi feito no final do mês de outubro, e, ao mesmo tempo, operações especiais que permitiram fazer uma proteção dos que estão sob ameaça, percebendo que pode haver mudança cambial com operações de vendas de ativos cambiais. Essa é a primeira linha de ação.

A segunda linha de ação, obviamente, é aumentar a taxa de juros com o objetivo de penalizar a especulação. Toda ação especulativa tem um custo. E obviamente aqueles países que não têm um sistema financeiro frágil podem e devem aumentar a taxa de juros para penalizar aqueles que imagi-

possível especular contra a moeda. Ou seja, precisa ficar caro especular contra a moeda.

Mas, no entanto, sabe-se que aumentar a taxa de juros por um prazo longo não é suficiente, nem é sustentável, nem é desejável. É exatamente por isto que o Governo propôs um ajuste fiscal de R\$20 bilhões, um ajuste grande, para que possamos reduzir a taxa de juros o mais rápido possível, como já começamos a fazer. Isso, aliás, é preciso ser dito com todas as letras. Não é desejo de o Governo manter a taxa de juros elevada por muito tempo, sob pena de criar condições para uma nova aposta contra o Real. Se se mantém a taxa de juros elevada por muito tempo, fragiliza-se a situação dos devedores. Fragilizando-se a situação dos devedores, coloca-se em risco a estabilidade do sistema financeiro e, obviamente, passa ser atrativo atuar contra a moeda. Se se mantiver alta a taxa de juros por tempo prolongado, haveria recessão profunda, o que seria desastroso do próprio ponto de vista fiscal. Portanto, só terá sustentação, só terá consistência a política de defesa do Real, se ela não vier acompanhada de um processo de necessidade de manter a taxa de juros alta por muito tempo. É exatamente por isso que se precisa fazer um esforço fiscal muito forte. Essa é a terceira linha de ação.

A quarta linha de ação é quase a decisão de se fazer um ajuste fiscal de R\$20 bilhões. É mostrar com toda clareza – e daí a importância do Congresso Nacional – que queremos, sim, que o Real seja forte. Nós, como sociedade, não queremos a volta da inflação.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, um Governo que toma atitudes de tal nível de coragem, não o faz no ar; toma-se atitudes porque percebe-se que a sociedade brasileira quer, de fato, que o Real seja forte. Foi por essa razão que o Congresso respondeu rapidamente e mostrou que, de fato, é isto que a sociedade quer: a demonstração de união nacional não em torno do vazio, mas de valores básicos, como a sustentação do Real, única base sustentável para um crescimento permanente. Esse sentimento, quando se expressa de maneira muito convicta – não se trata de um sentimento do Presidente da República, da equipe econômica, da equipe de Governo; é um sentimento da sociedade – evita, desestimula operações de especulação contra a moeda. Percebe-se que essas medidas foram tomadas e, como esse é um sentimento nacional, outras medidas, se for necessário, virão, porque não há hipótese de o País querer voltar. O País não quer mais a inflação de volta.

Por essa razão, o Governo está disposto, sem dúvida, a mostrar o que o levou à adoção dessas medidas. Está disposto a convencer a sociedade brasileira, através do Congresso, de que é preciso, sim, agir, e agir forte agora para evitar que se repitam acontecimentos anteriores do nosso e de outros países.

A quinta linha de ação refere-se ao prazo de duração do ajuste fiscal: curto prazo. O que vai, de uma vez por todas, proporcionar tranquilidade no que diz respeito à situação fiscal é a realização das reformas. Daí o empenho de todos nós – e o Congresso já mostrou isso – de aprovar, no prazo mais curto possível, as reformas administrativa, previdenciária e fiscal.

É importantíssimo, como já disse, criar condições para que esse conjunto de medidas, nas áreas monetária e fiscal, não represente forte desaceleração na economia. Como disse, precisamos, sim, criar condições para a economia continuar crescendo, e daí a importância de inúmeros projetos em várias áreas. Diga-se de passagem, o Congresso Nacional, através do Senado, na semana passada, aprovou o sistema de financiamento imobiliário, que será uma forte alavanca para o crescimento na construção civil, que gerará empregos de maneira bastante expressiva. Da mesma forma, há programas na área de exportações e de estímulo à pequena e média empresa, para que possa haver crescimento econômico. Outros setores estão sendo incentivados, como, por exemplo, a fruticultura do Nordeste.

É preciso ter habilidade e agilidade para tomar medidas em outras áreas, que permitam ter um crescimento mínimo. Não queremos e não podemos ter uma desaceleração forte da economia brasileira.

Em sétimo lugar – e aqui é preciso dizer –, devem-se melhorar as contas externas pela canaleta do esforço fiscal, pois, sem esforço fiscal, não há como melhorar as contas externas. No entanto, não basta somente trabalhar na área fiscal para melhorar a área externa; é preciso atuar diretamente também nas contas, de maneira complementar; é preciso, sim, um apoio forte às exportações. O Presidente deixou claro ontem, no encontro dos exportadores no Rio de Janeiro, que seria muito bom que toda a sociedade se organizasse para que, em cinco ou seis anos, pudéssemos dobrar as nossas exportações.

Precisamos, sem dúvida, aumentar fortemente as exportações, crescer a um nível mínimo de 7% ao ano. O Governo tomou várias medidas nessa

área. Não falarei sobre elas agora para não me entender demais, mas há mais de quatro delas voltadas diretamente para o apoio às exportações.

Além disso, em oitavo lugar, é fundamental acabar com a concorrência desleal das importações. Daí a importância de um decreto que será editado brevemente – na verdade, já foi anunciado e será concretizado em questão de dias – é o estabelecimento de um código de valoração aduaneira, criando condições para que a importação subfaturada possa ser tributada com base nos preços praticados internacionalmente, ou sobre os preços declarados. Esse será um forte inibidor para o subfaturamento de importações, criando uma concorrência mais leal no País.

Em nono lugar, estamos também estruturando algumas operações especiais de importação. Refiro-me à chamada Operação *swap* de petróleo. O que quer isso dizer objetivamente? A Petrobrás, junto com o BNDES, está-se associando a empresas privadas para que elas participem de projetos de aumento de produção de petróleo doméstico. A sua participação nesse investimento é feita por meio de troca de petróleo, ou seja, entrega de petróleo hoje – sem que isso represente despesas de importação – que é pago com a produção de petróleo, que será maior com os investimentos em exploração desse produto.

Em décimo lugar, temos a atuação, em diversas áreas, no que diz respeito à conta de serviços. V. Ex<sup>as</sup> sabem muito bem que só em viagens internacionais são gastos hoje US\$5 bilhões, fora o que vem com as importações. Então, é preciso, neste momento especial, criar condições para reduzir, ainda que não totalmente, o gasto líquido com vários serviços, em particular, viagens.

Em décimo primeiro lugar, é importante que se diga que todas essas medidas no campo fiscal de importações, exportações e serviços destinam-se a diminuir o tamanho do déficit de transações correntes. Acreditamos que se possa diminuir de maneira expressiva o tamanho do déficit de transações correntes. Esse déficit menor precisa ser financiado de maneira mais fácil e a melhor forma de fazê-lo é por meio do estímulo ao investimento direto estrangeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – (Faz soar a campanha)

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kandir) – Sr. Presidente, peço-lhe mais três minutos para expor os três pontos finais.

O estímulo ao investimento direto estrangeiro.

*A melhor forma para estimular o investimento* direto estrangeiro é ampliar o escopo das privatizações. A realização dos últimos leilões mostraram, de maneira clara, que o interesse em investimentos de longo prazo, no Brasil, ou seja, a expectativa de lucro a médio e longo prazo continua grande, e os setores interessados na privatização manterão seu interesse. É preciso ampliar o escopo do programa de privatizações para facilitar isso.

Em décimo segundo lugar, diria que podemos fazer várias operações que facilitem a colocação de papéis no exterior. Daí a importância dessa operação, que está sendo estruturada, de venda de títulos com base nos recebíveis da Eletrobrás. A Eletrobrás, por exemplo, tem recebíveis só com o sistema de Itaipú de US\$17 bilhões. Isso permite fazer um programa de emissão de títulos lastreados num conjunto de contas absolutamente seguro, porque são contas de energia elétrica. Então, esse título tem alta qualidade, do ponto de vista de colocação externa, o que facilita o financiamento às contas externas. Isso permitirá, por exemplo, em 1998, eventualmente lançamentos da ordem de cinco bilhões, que não só representarão entrada importante de recursos externos, mas também abaterão a dívida pública brasileira.

Em último lugar, é preciso reconhecer que, no curto prazo, há problemas obviamente de desconfiança com relação à capacidade de sustentação de determinadas operações financeiras, ou seja, existe a dúvida sobre as condições da economia, num prazo médio. Por essa razão foi muito importante o Banco Central reduzir o prazo para emissão e renovação de papéis emitidos no exterior, de três anos para seis meses.

Esse é basicamente o conjunto de medidas, que, a nosso ver, resolve a questão do ponto de vista interno. Mas, é preciso dizer que o Governo brasileiro está empenhado, também, numa luta política internacional, cujo papel, embora secundário, é importante, que é o de estimular o debate internacional para evitar uma concorrência selvagem de desvalorizações cambiais na Ásia, que poderá não só afetar os países asiáticos, mas, inclusive, a própria economia norte-americana que terá o seu déficit na balança comercial acrescido, sendo necessário aumentar a taxa de juros para valorizar o câmbio, que poderá afetar o mundo todo. E, mais que isso, avançar em uma regulamentação que desestime as práticas pouco prudentes do mercado financeiro. Isso precisa ser resolvido em termos internacionais..

Tenho certeza, e quero pedir desculpas a V. Ex<sup>as</sup> pelo tempo que me excedi, quero dizer que sentia que era importante fazer um esclarecimento objetivo de toda a estratégia do Governo e, tenho certeza absoluta, que, com esse debate, nós poderemos colaborar no sentido de entender realmente a profundidade dessa questão. Vamos debater, conhecer melhor os aspectos disso, discutir as medidas, e tenho certeza de que todos nós juntos teremos condições de demonstrar uma capacidade de união e de ação que, certamente, ajudará muito a fazer com que não haja a hipótese de volta à inflação, que é aquilo que toda a sociedade deseja. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Para facilitar o entendimento dos Srs. Deputados e dos Srs. Senadores, vou esclarecer a ordem dos inscritos na primeira lista. Falarão, respectivamente, o Senador José Serra, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; o Senador Jefferson Péres; o Deputado Haroldo Lima; o Senador José Eduardo Dutra; o Deputado Vicente Cascione; o Senador Ney Suassuna, e os oradores se seguirão de acordo com a ordem de inscrição e a alternância dos Blocos e Partidos políticos.

Com a palavra o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador José Serra. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 5 minutos.

S. Ex<sup>a</sup> poderá falar da bancada ou da tribuna, como assim o desejar.

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB – SP. Para interpellar.) – Sr. Presidente, inicialmente, queria cumprimentar os Ministros pelas exposições aqui feitas e cumprimentá-los também pelo esforço que têm feito à frente das suas Pastas desde o início desta crise que partiu da quebra da Bolsa de Hong Kong.

Sr. Presidente, creio que, independentemente dos diagnósticos, as medidas, a curto prazo, que o Governo adotou, independentemente da análise das causas e por que as coisas aconteceram, foram na direção inevitável, quais sejam o aumento da taxa de juros, como recurso para reter no País e atrair na direção do País os fluxos de divisas. Em segundo lugar, medidas relacionadas com o ajuste fiscal, seja para contrabalançar o peso dos juros elevados nas despesas públicas, seja para melhorar as expectativas dos investidores com relação ao nosso País. Em terceiro lugar, vender divisas quando sob pressão, mas sem estabelecer controles administrativos exagerados. A experiência dos controles administrativos exagerados, no caso de alguns países do Sudeste Asiático, terminou se revelando negativa, porque

piorou as expectativas com relação às suas economias.

Afora as causas, os diagnósticos, enfim, as análises mais gerais, é muito importante que nos fixemos nas consequências da crise sobre a economia e sobre a sociedade e em tudo que podemos fazer, no sentido de amenizá-las. Por isso, gostaria de me deter em dois pontos e saber, especificamente, qual é a reação do Ministro Pedro Malan a eles.

Como disse, a minha preocupação é de que o Governo possa, juntamente com o Congresso Nacional, quando necessário for, adotar medidas que tenham efeito de atenuar as consequências econômicas e sociais da crise. Uma delas, que várias vezes tenho apresentado, inclusive quando integrava o Governo, é a extinção da TR, da Taxa de Referência, como indexador na economia. Por quê? Porque, a TR é uma média de taxa de juros; quando os juros sobem, sobe o indexador. E ficamos diante de uma situação paradoxal de termos um índice de correção da inflação acima da inflação. São duas as consequências: primeiro, aumentam os passivos públicos, porque são reajustados, pela TR, acima da inflação, não todos; mas um bom conjunto de passivos públicos. Portanto, a medida teria consequências positivas sobre o déficit. Em segundo lugar, tem consequências sociais claras sobre os mutuários do Sistema de Habitação, especificamente, aqueles que têm financiamentos do Fundo de Garantia, e Estados e Municípios que também têm financiamentos na área de saneamento.

Lembraria que o fato de se ter utilizado a TR e não o IGP – a TR foi criada, diga-se de passagem, em 1991 –; de 1994 para cá foi responsável pelo aumento do passivo do Fundo de Compensações e Variações Salariais em cerca de 10 bilhões. Ou seja, o FCVS é 10 bilhões maior pelo fato de que foi utilizado a TR e não o IGP. Há outros passivos que são reajustados. O próprio Fundo de Garantia, o estoque que se tem depositado na Caixa; os depósitos judiciais – 18 bilhões na Caixa Econômica –, tudo isso crescendo acima da inflação, quando os juros sobem e a TR vai atrás.

Com relação aos mutuários, há notícias que apontam um índice de inadimplência na Caixa Econômica Federal de 27%. Pois bem, se eu reajusto o FGTS pela TR, tenho que reajustar as prestações dos mutuários do FGTS pela TR. O que levará a aumentar a inadimplência, de um lado, e do outro, a pressionar também o FCVS. O Fundo de Compensação de Variações Salariais é passivo do Governo e aumentou, aproximadamente, do potencial de 30

para 60 bilhões, desde que começou o real. Isto é, em grande parte, reflexo tanto da TR, elevar o reajuste do próprio FCVS, como no sentido de aumentar as inadimplências.

O que creio que deveria se fazer, meu caro Ministro Malan, é substituir a TR pelo IGP – Índice Geral de Preços. Em geral, são levantadas – o que tenho visto pela imprensa – dois tipos de objeções. Primeiro, que se estaria indexando a economia, na medida em que se coloca o índice de preços, como indexador. Evidentemente não faz sentido, pois é melhor um índice de preço do que um superindexador. Segundo, a questão da poupança: se a remuneração da poupança não subir, haverá fuga da poupança e descasamento nas sociedades de poupança e empréstimo. Não me refiro àquela parcela do financiamento que é do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, pois sobre ela creio que não há discussão e, portanto, dever-se-ia eliminar a TR imediatamente. Neste caso, não haveria o descasamento.

Pois bem, pode-se alterar a lei da poupança, estabelecendo que o indexador é o IGP, se fixa um juro de meio por cento, mensal, como é hoje, e se permite que o Conselho Monetário aumente o juro, no sentido de permitir uma remuneração atraente para a poupança. Se poderia dizer: bom, mas aí há o problema das prestações dos mutuários desse sistema. Sem dúvida, há um conjunto de questões a serem equacionadas, mas me parece que com um pouco de esforço pode-se promover essa alteração que é tão importante. No caso da Caixa Econômica, os mutuários do fundo de garantia são cerca de 750 mil, portanto os efeitos sociais estão claros e para isso não é preciso mexer na poupança.

Sr. Presidente, vou me deter nesta primeira sugestão. A outra o Ministro Pedro Malan também conhece, como conhece esta, que é a da retirada do Imposto de Renda na fonte dos títulos públicos, que, na verdade, não traz receita líquida para o Governo e, por outro lado, termina subindo a taxa de juros desnecessariamente em 5, 6, 7 pontos, segundo as diferentes simulações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Quero agradecer ao Senador José Serra, é sempre um prazer ouvir uma avaliação tão competente e propostas sempre interessantes formuladas pelo Senador.

De início, quero dizer que estou de total acordo com o Senador José Serra, quando diz que o impor-

tante, a essa altura do jogo, não é tanto descrições sobre como foi o desenrolar desta crise, a resposta do Governo, as incertezas que ainda existem, embora seja fundamental situar o que estamos fazendo num contexto mais amplo; o importante é olhar adiante, principalmente a obrigação do Governo e desta Casa também procurar concentrar-se nas conseqüências e reduzir o custo envolvido deste inevitável, devo dizer, processo de ajuste pelo qual teremos que passar.

Reduzir o custo significa não deixar de fazê-lo, como a opinião de alguns, felizmente não a maioria, mas é a preocupação com uma distribuição razoavelmente compartilhada do ponto de vista social dos custos do inevitável processo de ajuste.

O Senador José Serra chama a atenção para dois temas: sobre a questão da TR, uma proposta, aliás, que S. Ex<sup>a</sup> já apresentou formalmente aqui e que merece toda a atenção, como tudo que é da lavra e iniciativa de S. Ex<sup>a</sup>, que tem razão ao dizer que a TR tem um vício de origem, foi pensada para ser uma taxa referencial de juros, uma média de cotações de certificados de depósitos bancários, mas acabou evoluindo como sendo uma espécie de indexador – superindexador, para usar a expressão de S. Ex<sup>a</sup> –, na qual se adiciona a uma taxa de juros, o que tem levado a algumas questões de "descasamentos" do processo de correção de ativos e passivos na economia, que é um problema muito real, para o qual S. Ex<sup>a</sup> chama a atenção.

A proposta de alteração e de substituição tem que ser avaliada com enorme cuidado, cautela e atenção, porque o fato é que a poupança no Brasil é hoje a forma preferida de poupança do pequeno poupador; temos quase R\$90 bilhões na caderneta, é óbvio que há uma distribuição que não é igualitária, pois reflete um pouco a vergonhosa distribuição de riqueza e de renda na sociedade brasileira, inclusive há dezenas de milhões de pequenos poupadores brasileiros que têm na caderneta o seu instrumento preferido de poupança.

Portanto, é algo já estabelecido, enraizado e qualquer mudança tem que ser avaliada com enorme cautela, cuidado, sendo explicada com transparência para os poupadores e para o conjunto da sociedade. Não pode ser feita de chofre, de surpresa, sem um claro processo de discussão.

Dito isso, a sugestão do Senador merece a atenção e ela, como S. Ex<sup>a</sup> sabe mesmo, vem sendo discutida no âmbito técnico do Governo, no momento, com a atenção e o cuidado que a sensibilidade do tema impõe.

Sobre a retirada do Imposto de Renda na fonte de títulos públicos, também é uma proposição formalmente apresentada pelo Senador José Serra. O argumento faz sentido, há problemas operacionais que estão sendo analisados. O fato é que a retirada do Imposto de Renda na fonte de títulos públicos geraria problemas de remunerações diferenciadas sobre títulos públicos e privados e se retirarmos dos dois tipos de títulos – públicos e privados –, aí, sim, ocorreria uma redução da arrecadação e não apenas a correção daquele efeito que o Senador tão bem apontou.

Se retirarmos somente dos títulos públicos haveria arbitragens entre os dois papéis, coisa que a Diretoria do Banco Central considera algo potencialmente problemático.

Dito isso, quero assegurar ao Senador que tanto a primeira, quanto a segunda, de suas sugestões são constantemente objeto de atenção e discussão no âmbito técnico, tanto no Ministério da Fazenda, quanto no Banco Central.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O Senador José Serra terá 2 minutos para a réplica, se assim o desejar.

**O SR. JOSÉ SERRA** (PSDB – SP) – Sr. Presidente, Exm<sup>o</sup>. Ministro Pedro Malan, de fato, no que se refere à TR, a poupança é um problema. A minha proposta é no sentido de permitir que o Conselho Monetário Nacional fixe os juros acima de 6%, quando julgar necessário, para manter a competitividade da poupança.

Agora, com relação ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, não há dúvida alguma, para retirar já a TR, porque trata-se de poupança compulsória. Não há manifestação nas ruas para se subir a remuneração deste Fundo, que pode refletir a variação de um índice de preços mais uma taxa de juros real. Com isso, estaremos defendendo 750 mil mutuários e lutando contra o aumento do déficit público. Ao mesmo tempo, não há perda, não há inconveniência.

Com relação à poupança, evidentemente, o assunto toma-se um pouco mais complexo, mas creio que se possa caminhar na direção que apontei.

Quanto à questão dos títulos – não tive oportunidade de me deter nesse ponto –, V.Ex.<sup>a</sup> tem razão quando diz que, se eliminarmos o Imposto de Renda na fonte de títulos públicos, teremos um problema de arbitragem com relação aos títulos privados.

Este é um problema. Por isso me parece necessário, agora, debruçar-nos nele com um pouco de imaginação criadora, que não falta a muitos técni-

cos do Governo, no sentido de se encontrar uma saída.

Uma simulação a esse respeito mostra o seguinte: sem o Imposto de Renda a taxa básica de juros de títulos públicos poderia cair de 41%, hoje, para 32,5%. Quer dizer, é uma queda absolutamente significativa num momento em que as taxas de juros elevadas são o elo entre a crise internacional e a crise doméstica, com conseqüências bastante adversas, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista social.

Portanto, a meu ver, é um investimento de esforço e de criatividade que merece ser feito no caso desses títulos públicos.

Creio, Sr. Presidente, que se essas duas medidas, a referente à indexação, à TR, que é como eu disse, um superindexador, e a referente aos títulos públicos fossem adotadas teriam um efeito econômico e social positivos no sentido de atenuarem as conseqüências da crise.

Era isso o que queria dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Deseja V. Ex.<sup>a</sup> treplicar?

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Na verdade, gostaria apenas de reiterar o que disse antes, ou seja, que as propostas do Senador merecem a total e inteira atenção do Governo, que há discussões técnicas em andamento, no momento.

Posso assegurar-lhe que continuaremos conversando sobre essas coisas.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT/BLOCO – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex.<sup>a</sup> pediu a palavra pela ordem baseado em que artigo do Regimento?

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT/BLOCO – SP, Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos fazendo esta sessão baseados em um acordo. V. Ex.<sup>a</sup> está empenhado em viabilizar o debate. Há um problema, ou seja, o risco do esvaziamento da sessão, ou então, ficarmos aqui muito tempo e perdermos o debate. Como estamos fazendo esta sessão do Congresso Nacional sem o Regimento Interno prever a audiência pública, V. Ex.<sup>a</sup> – esta é a questão de ordem – pode, consultando os dois Ministros, determinar que realizemos os questionamentos com blocos de três ou cinco questionamentos, a fim de que S. Ex.<sup>as</sup> respondam, para efeito de dar oportunidade a todos os Srs. Senadores e Deputados. Dessa forma, penso que poderemos manter a sessão com presença representativa, pois,

nesse ritmo, com o número de inscritos, que são algumas dezenas, poderemos ter um processo de esvaziamento da sessão do Congresso Nacional, o que não é politicamente recomendável.

Esta é a questão que formulo a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Os Ministros já concordaram, entretanto, é preciso que os Líderes partidários também concordem. (Pausa)

Não há entendimento, no Bloco, quanto à questão.

Deputado José Genoíno, fica difícil, pois se não há entendimento na sua base, não poderá haver em relação ao Plenário.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, há entendimento, sim.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, o efeito prático dessa proposta é que se abra mão da réplica. Mas entendo que, para viabilizar que o maior número de Parlamentares use da palavra, poderemos abrir mão da réplica, porque, na verdade, quando há uma réplica, há uma tréplica dos Ministros. Assim, penso que a forma de viabilizar a fala do maior número de Parlamentares é exatamente adotando a proposta do Deputado José Genoíno.

Faria um apelo aos Parlamentares da Oposição e da Situação no sentido de concordarem com essa proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Da minha parte, a concordância é total. Agora depende dos Srs. Líderes.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA** (PFL – PE). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Nobre Presidente, creio que essa proposta resolve a questão da participação de todos. Isso tem sido utilizado em várias reuniões e sessões, quando há um grande número de inscritos para debater. Penso que dá possibilidade a todos os Srs. Parlamentares de se manifestarem. Se acaba a réplica, é um problema a ser discutido depois.

Apóio a proposta do Deputado José Genoíno.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (Bloco/PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>. Mas gostaria de lembrar que as questões de ordem podem prorrogar a ses-

são por mais tempo, prejudicando o andamento dos Parlamentares que estão inscritos regularmente.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (Bloco/PSB – PA). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de contraditar a proposta do Deputado José Genoíno, porque este debate não está sendo feito somente para nós, Parlamentares, mas também para a sociedade. Está sendo transmitido pela Rádio Senado, pela TV Senado, e o povo brasileiro precisa de esclarecimentos. Se alguns Senadores e Deputados quiserem sair, permanecerão os que desejarem continuar debatendo, tendo oportunidade de formular suas perguntas.

Penso que, quanto mais tempo houver de debate, quanto mais oportunidade de esclarecimento seja dada nesta sessão, será positivo para a sociedade brasileira.

Precisamos aprofundar estas discussões; não importa quanto tempo se gaste.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, retiro a minha proposta, a fim de que não percamos mais tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Deputado José Genoíno, lamento que a proposta de V. Ex<sup>a</sup> não tenha sido vitoriosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PSDB – AM). Para interpelar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me dirigir a ambos os Ministros, agradeço a qualquer dos dois que me responda.

Srs. Ministros, em primeiro lugar, devo dizer que compreendo perfeitamente a necessidade das medidas que o Governo tomou, tenho consciência de que, se não fossem adotadas, tanto a elevação dos juros quanto as medidas de austeridade, o País hoje estaria imerso numa crise de graves proporções.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Fazendo soar a campanha.) – Há um Congressista na tribuna.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PSDB – AM.) – A única ressalva que faria, *en passant*, é quanto à crise que começou na Tailândia em agosto. Creio que aquilo foi um sinal amarelo, que já mereceria a adoção de medidas acauteladoras. Não sei se houve excesso de otimismo quando se disse que aquela crise poderia até nos beneficiar ao desviar capitais para cá. Não sei se houve excesso de otimismo ou erro de cálculo.

As minhas divergências com as medidas são pontuais.

Gostaria de fazer contestação ao corte de incentivos fiscais e, especificamente, porque sou representante do Amazonas, ao corte dos incentivos do distrito industrial de Manaus. E falo em distrito e parque industrial de Manaus, não em Zona Franca, por uma questão que não é meramente semântica, Sr. Presidente. É porque não se está atingindo uma área de livre comércio, mas, sim, o parque industrial de um Estado pobre. Entendo que, se vão fazer cortes que atingem todos os setores e segmentos, não há por que as Zonas Francas ou os distritos industriais serem excluídos. Entendo e não quero ser privilegiado. Apenas questiono a eficácia da medida.

Srs. Ministros, em primeiro lugar, há um equívoco muito grande – agradeço pela oportunidade de esclarecê-lo – de que se ergueu um parque industrial artificial em Manaus, graças a uma enorme renúncia fiscal, de que se ergueram fábricas ali que não recolhem tributos à União. Isso é absolutamente inverídico. O Amazonas é um dos cinco ou seis maiores contribuintes *per capita* de tributos federais do País, graças aos efeitos colaterais da industrialização. O Dr. Everardo Maciel está presente e pode confirmar isto: o Amazonas responde sozinho pela metade da arrecadação federal da região Norte. O seu vizinho, o Pará, tem mais que o dobro da nossa população, e recolhemos aos cofres federais mais do que esse Estado. O Amazonas é um dos maiores contribuintes *per capita* de receitas federais. Só uma visão míope não entende que, num primeiro momento, a União abre mão de receitas, para recolhê-las logo adiante, numa segunda etapa.

Sr. Ministro, o que vai acontecer? Evidentemente, haverá um congelamento na industrialização do Estado. Não haverá novos investimentos nem em novos empreendimentos, nem na expansão dos atuais. Esta não é uma previsão; este é um fato. Já foram anunciados oficialmente inúmeros cancelamentos de investimentos em Manaus. Posso enumerá-los, se for necessário. Vamos estar congelados; o Estado vai ser, portanto, afetado gravemente, porque o congelamento e a impossibilidade de expansão implicam o início de um estiolamento.

Qual o efeito disso? Será um custo enorme para o meu Estado.

Qual o benefício disso? Efeito fiscal? Veja bem: esses investimentos, que não mais irão para Manaus, para o Amazonas, irão para onde? Para o Nordeste não irão. Eu precisaria de tempo – do qual infelizmente não disponho – para demonstrar que, para o Nordeste, não irão, por uma série de razões. Esses novos investimentos só terão dois destinos,

Srs. Ministros: ou irão para a região Sudeste – e aí haverá benefício fiscal à custa do esmagamento de um Estado pobre em termos de correção de desequilíbrios regionais, o que, me permitam, é uma aberração –, ou, então, irão para o Paraguai, para países do Mercosul. Portanto, haverá o custo do esmagamento de uma região pobre sem nenhum benefício fiscal.

É este o questionamento que faço a V. Ex<sup>as</sup>.: qual foi a lógica econômica por trás dessa medida?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, o Ministro Malan ou o Ministro Kandir.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Queria agradecer ao Senador Jefferson Péres. É sempre um prazer ouvi-lo.

Falarei sobre a questão que especificamente lhe ocupou nessa intervenção. E noto, com satisfação, Senador Jefferson Péres, que V. Ex<sup>a</sup> observou que tem divergências apenas pontuais com o conjunto de medidas, com cujo teor geral está de acordo.

A divergência pontual a que V. Ex<sup>a</sup> fez referência diz respeito à redução, em 50%, de incentivos e renúncias fiscais.

Na verdade, a decisão que apresentamos obviamente à consideração desta Casa, que é soberana, foi pelo princípio da universalidade da medida, na linha da minha resposta ao Senador José Serra. Vamos passar por um período turbulento, a um custo – estou convencido e o senhor mesmo reconheceu na sua intervenção inicial – muito menor do que aquele que teríamos se tivéssemos ficados inertes, à espera de que alguma coisa positiva ocorresse no contexto internacional, ou seja, o custo seria muito maior, como mostram as próprias experiências mexicana, tailandesa e, agora, coreana, da demora em tomar decisões apropriadas.

A observação do Senador José Serra de que esse custo deveria ser distribuído de maneira mais ou menos equânime seria terrivelmente problemático se começássemos a pensar que tipo de renúncias fiscais ou incentivos para o setor A, B ou C deveriam ser preservados ou excepcionalizados para que outros fossem efetivamente cortados.

Então, considero que a decisão correta, do ponto de vista de equanimidade, foi o princípio da generalização da medida, que não é uma eliminação de incentivos. Em relação ao que o senhor mencionou, gostaria de notar que apenas estamos reduzindo à metade. Quer dizer, a Zona Franca de Manaus, o seu Estado, continua com o estímulo, a localização

de decisões de investimento na região, na medida em que o resto do País recolhe o IPI e o Imposto de Importação e essa região pode fazê-lo recolhendo apenas 50% do IPI. Portanto, isso é uma vantagem do ponto de vista locacional que não deveria passar despercebido. A outra razão é que estão preservados os direitos adquiridos e os contratos. A medida não tem efeitos retroativos, afeta apenas novas decisões de localização na região.

O outro ponto que valeria a pena, talvez, mencionar é que a norma constitucional que estabelece incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus não implica perpetuidade dessas normas e incentivos. Não se pode cogitar da constitucionalização de leis, decretos e portarias e dar a eles um caráter de perenidade que não lhes é assegurado na própria Constituição, que é a Carta Magna da Nação.

Gostaria que V. Ex<sup>a</sup>, Senador, e aqueles que tão bem representam como V. Ex<sup>a</sup> os interesses do seu Estado e da região, procurassem, de novo, como sugeriu o Ministro Antonio Kandir, e eu com menos competência, levar em conta o contexto maior em que estamos inseridos e a necessidade de resposta. É uma contribuição que está sendo pedida para a sociedade em seu conjunto e que, na verdade, é uma redução à metade de um benefício que já configura, ele mesmo, uma vantagem para a região em relação a outras partes do País. E essa redução, só para concluir, é que explica o fato de que haverá um ganho fiscal líquido na operação. Achamos que a Zona Franca continuará atrativa no que diz respeito à análise comparada que se faz de investimentos na região em relação a outras partes do País, porque os 50% de incentivos e benefícios continuam vigiando para novos projetos e nenhuma decisão anterior é afetada por essa medida.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Jefferson Péres, se V. Ex<sup>a</sup> deseja os 2 minutos para réplica pode utilizá-los.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PSDB – AM) – Sr. Ministro, há uma divergência entre mim e V. Ex<sup>a</sup> que só pode ser dirimida, talvez, em nível técnico. Gostaria muito de conversar com a sua assessoria em companhia de meus assessores.

Evidentemente, V. Ex<sup>a</sup> não poderá recusar isso porque, se recusasse, seria por dois motivos que, realmente, não estão por trás de sua decisão. Um seria a arrogância de pensar que tem o monopólio da verdade, e o outro seria a fraqueza de não argumento. Não é o caso de V. Ex<sup>a</sup>.

Não quero, Sr. Presidente, discutir com emocionalismo. Só me honro de ser um ser eminente-

mente racional. Quero, quem sabe, convencê-lo ou porventura ser convencido. Vou entregar a V. Ex<sup>a</sup> um **paper** de duas páginas que minha assessoria preparou, mas gostaria muito de discutir isso em gabinete, em nível técnico e com argumentos técnicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Senador, posso lhe assegurar, desde já, que sua proposta está aceita, estamos à sua disposição a partir de segunda-feira, a qualquer momento, para essa discussão e terei o maior interesse em ler o trabalho técnico a que V. Ex<sup>a</sup> fez referência. Estou seguro, pelo apreço que tenho pela competência com que V. Ex<sup>a</sup> defende o Estado do Amazonas e a região, que a conversa técnica será extremamente bem-sucedida.

Por último, posso lhe assegurar – e tive oportunidade de fazê-lo inúmeras vezes quando estive na Câmara, semana passada – que nós, seguramente, não temos, nunca consideramos que tivéssemos, o monopólio da verdade, o que de resto também não reconhecemos em ninguém.

Exatamente por isso é preciso o diálogo, a troca de idéias que, desde já, está aceita, e teremos o maior prazer em recebê-lo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Deputado Haroldo Lima. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 5 minutos.

**O SR. HAROLDO LIMA** (Bloco/PCdoB – BA) – Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Srs. Ministros de Estado, Srs. Senadores e Srs. Deputados, o Ministro Malan fez uma exposição começando por salientar o que seriam os três objetivos macroeconômicos do Governo atual: conter a inflação, o desenvolvimento sustentado e a melhoria continuada das condições de vida do povo brasileiro. E creio que até o PCdoB estaria de acordo com esses objetivos. O problema é, para atingir esses objetivos, ou supostamente atingir esses objetivos, o que fazer? Aí vêm as minhas opiniões, Sr. Ministro. O Governo fez coisas de forma sintética e, seguramente, deficiente. Primeiro, sobrevalorizou a moeda e ancorou-a ao dólar, modelo em voga no mundo e muito já prejudicado e superado. Segundo, fez uma abertura rápida e precipitada das importações. Terceiro, dilapidou o patrimônio público brasileiro. E, quarto, continuou com a política tributária e fiscal injusta e flexível – injusta para com o povo e os assalariados e flexível no aqodamento com a sonegação.

O resultado disso, em minha opinião, é a alta vulnerabilidade do Brasil frente ao capital financeiro internacional. O Brasil, hoje, é refém das flutuações das finanças internacionais; quebrou a produção nacional, industrial e agrícola; desenvolveu a polarização brasileira – as polarizações entre ricos e pobres e entre regiões ricas e pobres – e não conseguiu retomar, por cinco anos, o ritmo histórico de desenvolvimento de nosso País.

Srs. Ministros, não tenho tempo para desenvolver as minhas divergências com relação ao pacote e aos objetivos macroeconômicos a que ele serve. A minha divergência começa com esses objetivos ou com os meios que têm sido postos em prática pelo Governo para atingi-los.

No entanto, no âmbito das discussões aqui postas e das perguntas que posso formular, apresentaria as quatro perguntas seguintes:

1) Por que não foi possível ao Governo, apesar de tudo, apresentar um pacote não recessivo no Brasil?

Está aqui a manchete da **Folha de S.Paulo**: "Japão anuncia pacote anti-recessivo." Na mesma situação, enfrentando o mesmo problema, o Japão partiu para esse caminho. A primeira medida chave foi ampliar o crédito das pequenas e médias empresas; a segunda, expandir o programa governamental de empréstimos à construção civil, para empregar pessoas; terceiro, construir uma rede nacional de fibras óticas e um aeroporto internacional, para empregar mais e preparar o país para as tecnologias avançadas. Por que o Brasil não elaborou algo deste tipo, ao contrário, elaborou um "pacote" profundamente recessivo?

Segunda pergunta: fala-se que se quer economizar US\$20 bilhões, cortando gastos e aumentando receitas, com o aumento de impostos, como o de Renda, etc. Srs. Ministros, para que essa quantia, para que os US\$20 bilhões? Para fazer o quê?

O Ministro Malan, respondendo a uma pergunta semelhante que fiz a S. Ex<sup>ª</sup>, na Câmara dos Deputados, não disse – na minha opinião – de forma clara, mas deu a entender que o pensamento que eu e diversos Deputados formulávamos estava correto, ou seja, que os US\$20 bilhões são exclusivamente para pagar juros adicionais. Os juros previstos para o ano que vem, de US\$38 bilhões, aproximadamente, tiveram uma adição, por causa do "pacote", de US\$20 a 25 bilhões. E o arrocho sobre o povo brasileiro é precisa e exclusivamente para arrancar US\$20 bilhões para cobrir os juros?

Terceira pergunta: segundo dados do **The Economist**, de outubro passado – que faz uma lista de 40 países do mundo e acentua qual é a taxa real de juros de cada um deles –, o Brasil é campeoníssimo. Ah, se fosse a copa do mundo! Somos campeoníssimos! Dentre 40 países, com todo o G-7 incluído e os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, só ficando de fora os mais atrasados, os mais inexpressivos, o Brasil está com 37.5% de taxas reais de juros. O G-7 tem uma taxa média de juros de 2.9%, e a menor taxa nesse grupo é 0.5%, por ano.

Significa que o Brasil tem uma taxa de juros 13 vezes maior que a média dos juros dos países mais desenvolvidos do mundo – eu poderia dissertar sobre os países não desenvolvidos, mas não tenho tempo. Minha pergunta é se V. Ex<sup>ª</sup>s não percebem que esses juros muito mais altos – eles não são o dobro, o triplo, o quádruplo, o quádruplo, apenas –, 13 vezes maiores, 1.300% mais altos do que os do segundo colocado, podem sinalizar para o resto dos financiadores, para os homens que têm dinheiro no mundo, que este País está prestes a quebrar. Não é esta a jogada que todo banco que está às vésperas de quebrar usa, aumentar os juros, para poder atrair capital? E não é por isso mesmo que não atraem os capitalistas – porque eles sabem que esse é o canto do cisne dos que estão prestes a se arrebentar?

Quarta pergunta: por que o capital financeiro não participa, solidariamente, da alavancagem desses US\$20 bilhões? Por que só o povo contribui, através do Imposto de Renda, das demissões? Por que só há cortes na área social, na educação? Por que só há cortes nas regiões mais pobres do País? Onde entram, nas 51 medidas, se por acaso V. Ex<sup>ª</sup> me desmentir, ficarei satisfeito, aquelas que atingem o capital financeiro? Afirmando que o capital financeiro não vai participar, de maneira nenhuma, do esforço para alavancar US\$20 bilhões.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – (Faz soar a campainha.)

**O SR. HAROLDO LIMA** (Bloco/PCdoB – BA) – Sr. Presidente, peço mais um minuto e meio para terminar de fazer as minhas perguntas.

Quinta e última pergunta: refiro-me a uma situação que nos diz respeito, Sr. Presidente, ou seja, às regiões pobres. Uma das medidas fala em corte linear de 50% dos benefícios tributários, dos incentivos fiscais, etc.

Um baiano, o mais famoso, pelo menos no passado, o tribuno Rui Barbosa, tinha uma formulação muito precisa, clara e dura com que chamava a

atenção e criticava todos aqueles que dão tratamento igualitário a situações desiguais. Entretanto, vem o Governo e estabelece corte linear para todos os incentivos fiscais.

Vamos aos incentivos fiscais. Tenho aqui fotocópia de documento fornecido pelo Ministério da Fazenda, pela Receita Federal. Incentivos fiscais para o ano de 1998, Nordeste brasileiro – estão aqui os números absolutos, mas vou dizer os números relativos dados pelo Ministério –, 13,7% dos incentivos fiscais brasileiros; para o Sudeste, o Governo sulista propõe 44,2%. É daí que vêm as desigualdades entre essas regiões. E a Constituição prevê que é preciso existir esforço oficial para diminuir as disparidades regionais, que não estão diminuindo e não estão aparecendo como esforço definido nesse terreno.

E aí pergunto: será que a V. Ex<sup>as</sup>, movidos pelo dispositivo constitucional de que é necessário fazer um esforço para diminuir as disparidades, diante de uma disparidade desse tipo, não ocorreu outra idéia senão a de fazer um corte linear, pelo qual quem tem 13 passa a ter 6, e quem tem 44, 22, quase quatro vezes mais do que quem precisa? Eram estas as perguntas que eu queria fazer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Ministro Antonio Kandir.

O Ministro Malan prefere falar em primeiro lugar. São três minutos para cada um dos Srs. Ministros.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kandir) – Em primeiro lugar, caro Deputado Haroldo Lima, eu queria dizer que, de fato, temos algumas divergências com relação aos princípios mais gerais, pelo que entendi da sua exposição. O Governo tem compromisso com a abertura e com o estímulo à privatização, por uma razão muito objetiva: nós acreditamos que o que realmente move o crescimento econômico são os investimentos, e o que move a capacidade desses investimentos se traduzirem em benefícios sociais para todos é o aumento da produtividade.

Então entendemos que o processo de abertura econômica, como acontece em todo o mundo, facilita os ganhos de qualidade e de produtividade em todo o sistema econômico. Tenho certeza absoluta de que, hoje, nós temos ganhos de produtividade e atraímos investimentos, que é o que gera emprego, exatamente pela concorrência saudável que o processo de abertura econômica propicia e estimula. E o processo de privatização tem como sua principal motivação facilitar os investimentos que não pode-

riam ser feitos se não fossem resultado de uma cooperação com o setor privado, ou seja, o setor público, por várias razões, se encontra em situação fiscal muito difícil que, diga-se de passagem, é a base da explicação por que a taxa de juros é muito alta. E exatamente para propiciar aqueles investimentos que são necessários ao desenvolvimento econômico, a privatização joga um papel decisivo, na medida em que viabiliza a participação do setor privado.

Gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup>, agora entrando no campo da concordância, que nenhum de nós aqui deseja a taxa de juros alta. A idéia de que parte desse conjunto de medidas tem como objetivo o pagamento dos juros precisa ser relativizada, porque, na verdade, se não fizéssemos o conjunto de medidas, teríamos uma perspectiva de taxa de juros alta por muito tempo. A idéia é exatamente o contrário, é reduzir a taxa de juros. Quanto maior o esforço fiscal, maior o espaço para a redução da taxa de juros.

Essa, diga-se, de passagem, é a razão por que temos uma taxa de juros muito alta. Estamos fazendo um ajuste de curto prazo, mas o que de fato decide se vamos poder baixar a taxa de juros de uma maneira mais expressiva é se vamos ter aquilo que os economistas chamam de mudança no regime fiscal. Se se imagina que, no futuro, o Governo poderá entrar em colapso financeiramente, pelos seus gastos e em função de não mexer na maneira como funciona o Estado, ou seja, se se percebe com clareza que os gastos na área da Previdência, os gastos com a máquina do Estado crescem exponencialmente, se se tem certeza de que aquele que é o tomador principal de recursos, que é o Estado, está com despesas cada vez maiores, exige-se maior taxa de juros, para poder financiá-lo.

Quanto pior a perspectiva para não aprovação das reformas, mais difícil fica baixar as taxas de juros. Por esta razão, inclusive, na medida que o Congresso Nacional começou a responder, de maneira mais acelerada, aos desafios do momento, abriu-se a possibilidade de começar a reduzir as taxas de juros.

Gostaria também de comentar com V. Ex<sup>a</sup> a respeito dessa questão dos subsídios. Aqui, se V. Ex<sup>a</sup> me permite, há uma observação a ser feita: V. Ex<sup>a</sup> apresentou estatísticas da Receita Federal sobre a origem das renúncias fiscais, e não sobre a destinação dos recursos de renúncia fiscal. Quero dizer, como V. Ex<sup>a</sup> mesmo mencionou, que existe hoje maior renda e maior produção em outras regiões que não nas do Norte e Nordeste. Então, se existe maior renda no Sudeste ou no Sul, obviamente

te existe maior Imposto de Renda a ser pago. Se existem incentivos fiscais, a capacidade de deduzir é maior para quem tem mais impostos a pagar. Eu diria que é óbvio que nas estatísticas da Receita Federal a distribuição de renúncia fiscal é maior onde há mais renda. Dessa forma, por definição, de fato, a maior renúncia fiscal ocorre naquelas regiões em que há maior renda.

A pergunta que temos de fazer é para onde vão os recursos dessa renúncia fiscal; eles vão, prioritariamente, para as áreas que precisam ser beneficiadas. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que a redução é linear, mas não tem uma consequência linear. Os benefícios fiscais são diferenciados conforme a região. O corte é linear, mas os benefícios da política fiscal continuam sendo diferenciados, conforme a região.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Muito obrigado, Deputado Haroldo Lima, é sempre um prazer ouvi-lo.

O tempo é curto, o Ministro Antonio Kandir já respondeu, mas não posso me furtar, ao ouvi-lo falar com tanta eloquência, de fazer alguns comentários.

Primeiro, fico satisfeito em saber que o senhor concorda com os objetivos deste Governo, como, de resto, creio que deveriam ser os objetivos de qualquer governo que nos suceda: manter a inflação sob controle, assegurar as condições de crescimento sustentado e melhorar as condições de vida da maioria. Aparentemente, suas dúvidas e questões dizem respeito às maneiras de se tentar conciliar esses três objetivos ao que estamos fazendo.

Eu queria fazer um comentário rápido. Em primeiro lugar, não concordo com os seus quatro pontos iniciais. Não sobrevalorizamos a moeda e a ancoramos ao dólar, temos um arranjo cambial, que é flexível. Não temos uma taxa fixa em relação ao dólar, como tem, por exemplo, a Tailândia; 13 anos, 25 bahts por dólar sem alteração em termos nominais. Creio que todos conhecem a flexibilidade do nosso arranjo cambial, e não temos nenhuma ancoragem fixa ao dólar.

Sobre o **growing** em que fizemos a abertura comercial, o ponto é o seguinte: o Brasil era e ainda é uma das mais fechadas economias do mundo, em termos de importação e exportação em relação ao produto, e o fato de que tínhamos uma inflação alta, crônica e crescente em um mercado protegido era uma forma de apenar o consumidor e de não permitir ganho de produtividade. Qualquer empresário brasileiro repassava ao consumidor todo e qualquer au-

mento de custo, porque se defrontava com um mercado protegido e com uma inflação crescente, em que ele podia jogar para frente, para o consumidor todo e qualquer aumento de custo. Aqui, temos uma divergência – porque política é melhor esclarecer: não entendemos que estamos dilapidando o patrimônio público, para usar a sua expressão, e presumo que o senhor se refere à privatização. Defendemos a privatização sim, não por razões de natureza político-ideológica, como às vezes somos erroneamente acusados, mas porque achamos que ela melhora a eficiência da economia em seu conjunto, ela reduz a pressão fiscal e, por último, e não menos importante, permite que recursos públicos escassos sejam canalizados para a área social, para investir em gente, educação básica, saúde básica, e não para produzir aço ou distribuir energia elétrica, tirar minério debaixo da terra, o que o setor privado sabe fazer tão bem ou melhor que o setor público. Portanto, não é dilapidação, é concentração naquilo que importa, que é ter recursos públicos escassos dirigidos para o social.

Sobre se a política tributária fiscal é injusta, não é a nossa percepção, mas estamos sempre abertos a sugestões, para torná-la menos injusta. Não cremos que o Brasil é refém hoje de ninguém. Seríamos muito mais reféns, Deputado, com toda honestidade, se tivéssemos tentando fazer algo que é impossível no mundo de hoje, que é virarmos uma autarquia fechada para o que acontece no resto do mundo.

Não entendemos que temos quebrado a produção agrícola e industrial; pelo contrário, o Brasil mudou, está mudando, vai mudar e para melhor.

Temos um **agribusiness** melhor e mais eficiente e uma indústria melhor e mais eficiente do que tínhamos quando éramos uma economia fechada, vivendo num processo hiperinflacionário.

Não achamos também que está havendo um agravamento dos desequilíbrios regionais, está havendo uma enorme desconcentração da atividade econômica no Brasil, no **agribusiness**, na indústria, na direção do Centro-Oeste, do Nordeste, que, na verdade, é uma redução dos desequilíbrios regionais que marcaram o passado.

Por último, se não conseguimos retomar o ritmo histórico do crescimento, ainda não, mas estamos criando condições para tal. Volto a lembrar: entre 1980 e 1993, não tivemos, como tivemos agora, cinco anos consecutivos de crescimento do Produto Interno Bruto **per capita**, e ninguém pareceu reclamar muito disso naquele período.

Dois comentários rápidos: V. Ex.<sup>a</sup> pergunta por que não foi possível apresentarmos, como fez o governo japonês, um pacote não recessivo.

O Japão, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, nos últimos cinco, seis anos, teve uma taxa média de crescimento entre 1% e 2% e um processo praticamente recessivo. Portanto, é compreensível que o pacote que apresenta agora tenha uma caráter não recessivo, porque querem emergir de uma recessão.

O nosso ajuste fiscal não é e não poderia ser um ajuste expansionista, dado exatamente a nossa situação.

Sobre a questão dos 20 bilhões e o seu uso – já tivemos oportunidade de discutir isso na Câmara, há poucos dias –, o estudo que nos foi encaminhado de alguém que mostra que o Brasil vai precisar gastar vinte e tantos bilhões de reais adicionalmente de juros no ano que vem precisa estabelecer certas hipóteses quanto à permanência das atuais taxas de juros ao longo do ano que vem. Eu gostaria de saber se, nesse estudo, já incorporaram a hipótese da queda que ocorreu agora; duas semanas depois, já baixamos os juros. Quero saber se essa trajetória de queda já está embutida no estudo que chega a esses números que V. Ex.<sup>a</sup> mencionou aqui. Não é correto que seja para pagar juros; precisamos fazer esse ajuste porque gastamos excessivamente em relação ao que arrecadamos. Precisamos fazer esse ajuste porque 4,6% do PIB é, como eu disse, extremamente excessivo, na visão de qualquer pessoa que analise o Brasil comparativamente com outros países.

V. Ex.<sup>a</sup> tem razão quando diz que a taxa real de juros no Brasil é a mais elevada do mundo. Exatamente por isso queremos baixá-la. E para que possamos fazê-lo, Deputado, é preciso aprovar o ajuste fiscal, exatamente para que possamos baixá-la e acelerar, como o Congresso vem fazendo, o passo na questão das votações do processo de mudança.

Por último, só para concluir – já noto a inquietação do Presidente com o tempo –, a questão dos incentivos.

Devo dizer que há certos incentivos que não podem ser revogados ou reduzidos, porque envolvem relações contratuais inalienáveis por leis. Outros têm caráter meramente compensatório, como, por exemplo, o ressarcimento do crédito presumido do IPI para compensar o PIS e a Cofins nas exportações. E os incentivos que podem ser reduzidos foram alcançados pela regra geral de redução de 50%. E se uma região do Brasil tinha uma parcela despro-

porcional desses incentivos, eles também serão reduzidos na mesma proporção.

Desculpe, Presidente, ter-me estendido demais, mas é sempre um prazer ouvir os discursos do Deputado Haroldo Lima.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Deputado Haroldo Lima, V. Ex.<sup>a</sup> dispõe de 2 minutos.

**O SR. HAROLDO LIMA** (Bloco/PCdoB – BA) – Sr. Presidente, penso que os comentários dos Ministros Antonio Kandir e Pedro Malan devam ser levados em conta. Entretanto, continuo em desacordo, pois não é fácil chegarmos a um solução sobre questões de fundo.

Vejam a preocupação do Ministro Antonio Kandir com relação à abertura. Trata-se de uma espécie de discurso a um comunista no sentido de que não cabe mais a economia oligárquica, digamos assim, economias fechadas. Dizer isso para mim, a essa altura, não acarreta muita consequência. Temos a compreensão de que, nas condições atuais do mundo, não cabe mais, verdadeiramente, um desenvolvimento fechado, uma economia absolutamente centrada em si própria, etc.

É necessário haver abertura. O nosso problema é que tipo de abertura, qual a maneira de fazê-la, o que abrir e com que rapidez fazê-lo. Na nossa opinião, houve muitos erros.

Todo o pano de fundo do discurso do Ministro Pedro Malan é para demonstrar que o Brasil está, hoje, vulnerável. Tomemos cuidado! Quem está vulnerável? Hoje, V. Ex.<sup>a</sup> fala muito na crise mundial. Ela existe, sobretudo para os países que estão vulneráveis ao capital financeiro e abriram-se demasiada e precipitadamente. Não estão em crise os países que não se abriram. A crise chegou a todos os países que sustentaram essa abertura, como Hong Kong e Tóquio; ela não chegou aos Estados Unidos ou à França, mas ao Brasil. Ela nem sequer chegou à China, que é um país em desenvolvimento também. A crise chegou ao Brasil porque abrimos espaço para isso. Penso que a responsabilidade do Governo nesse terreno é muito grande.

O Ministro Antonio Kandir fala que o Real não está ancorado. Está ancorado! Se não está rigidamente ancorado, como acontece na Tailândia – felizmente –, está bastante ancorado através da banda. Essa é uma ancoragem substancial. A flutuação é absolutamente insatisfatória.

Permita-me meio minuto a mais, Sr. Presidente, porque o Ministro Kandir referiu-se ao discurso do Presidente Fernando Henrique durante um congres-

so dos exportadores. Sua Excelência disse que agora vai ajudar os exportadores. No entanto, não foi essa a opinião dos exportadores que lá estavam, Ministro. Trago aqui a opinião deles. Dizem: "O Presidente não anunciou nenhuma medida para estimular as exportações". Esse é o Presidente que temos! O que o Presidente disse foi o seguinte: "O Governo vai aplaudir os esforços dos empresários que querem exportar." Tenha paciência, Sr. Ministro!. Finalmente, o Presidente anunciou a criação de uma agência de propaganda da exportação. Não é assim que se ajuda o nosso País!

Muito obrigado. Desculpe-me se me excedi um pouco, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Ministro Antonio Kandir.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kandir) – Dado ao tempo, refiro-me diretamente a essa última questão, relativa às exportações. Em primeiro lugar, o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse algo que é preciso ser lembrado aqui: o Governo brasileiro já tem uma política de promoção das exportações que já traz resultados. Vou apresentar e passar ao Deputado Haroldo Lima uma estatística feita pela Funcex, que não é um órgão do Governo, mas, diga-se de passagem, uma instituição que sempre alertou para os problemas da área exterior, preocupou-se com o que está acontecendo com as exportações. Se o senhor observar aqui o índice de **quantum** das exportações de produtos manufaturados – não estou me referindo ao setor agrícola, que realmente se superou nas exportações este ano –, exportados em setembro de 1996, e comparar com setembro de 1997, irá observar que o aumento foi de 18,4%. Se o senhor referir-se a valores de janeiro a outubro desse ano e comparar com os do ano passado, verá que o crescimento é superior a 10%.

Para estabilizarmos nossas contas externas, precisamos de um crescimento mínimo de 7% ao ano, e este ano já estamos crescendo a 10%. E o que é mais alentador: na ponta dos manufaturados, já estamos crescendo 18,4%.

Existem várias medidas já tomadas: a mudança na lei complementar do ICMS, a atuação extremamente competente do Bndes. Aproveito para sublinhar a importância do trabalho de toda a equipe do Bndes, capitaneada pelo Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros. Estão desenvolvendo um trabalho de defesa da criação de oportunidades, em relação ao qual a Embraer é um exemplo dessa nova forma de atuação. O Governo tem essas 51 medidas e ainda

mais quatro, novas, para promover ainda mais as exportações.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Sr. José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, inicialmente faço comentários sobre as afirmações dos Ministros e do Presidente da República no sentido de que só vamos resolver os problemas quando votarmos as reformas estruturais: Previdência, Administrativa, Tributária. Registrar que a proposta de reforma da Previdência ficou nesta Casa durante seis meses, sem indicação do Relator pelo PSDB, partido do Presidente da República, porque, naquele momento, a prioridade era a votação da reeleição.

O Ministro Pedro Malan falou que o Brasil não é uma ilha, que está em crise, que há uma crise internacional; chegou a adotar até um certo tom quase de terrorismo. Mas não foi sempre assim. Em julho de 95, o Ministro Pedro Malan disse:

"O Brasil terá um pequeno déficit em conta corrente este ano, mas o mundo não termina em 31 de dezembro de 95. Importante é a tendência projetada para 96. E não vamos ter, no Brasil, essa trajetória crescente de deterioração da balança de pagamentos que marcou a experiência mexicana."

O déficit de 95 foi de R\$15 milhões, e a tendência otimista de 96 foi de agravamento, R\$27 bilhões.

O Dr. Gustavo Franco em 11 de fevereiro de 96 desdenhou os estudos que apontavam um limite para o déficit de conta corrente, classificando-o de mito. Segundo a sua declaração, vários países em desenvolvimento mantêm um déficit em conta corrente superior a 4% do PIB, sem problema para financiá-los. O Brasil poderia fazer o mesmo. Não só o Brasil, mas todos os que mantiveram esta mesma linha, tiveram e estão tendo sérios problemas.

Em outra ocasião, mais uma vez, o Dr. Gustavo Franco, em palestra na Febraban, em 16 de agosto de 1996, minimizava a situação externa, com uma autoconfiança que beirava a onipotência: Agora o fluxo externo é de cem bilhões e as versões mais pessimistas projetam um déficit de três bilhões. "Ajustar isso é sopa".

Depois que o déficit da balança comercial chegou a cinco bilhões, o Ministro Antonio Kandir, na Comissão de Assuntos Econômicos, para defender a lei que acabou levando o seu nome, disse o seguinte: "A partir da aprovação desta lei, teremos uma explosão de crescimento de exportações que irá eliminar o déficit da balança comercial". Disse em

Washington que a economia brasileira passaria a crescer 9% e que a estrutura produtiva brasileira iria se transformar numa máquina de exportações.

No fim do ano passado, foi feita a previsão mais surrealista. Segundo a **Folha de S. Paulo**, o Dr. Gustavo Franco disse o seguinte: "O Diretor do BC disse, entretanto, que o crescimento do déficit não causa nenhum tipo de preocupação, pois seria facilmente financiado. "Teremos um ano monótono, como 96". Para Gustavo Franco, se o déficit fosse de 3, 5 ou 7 bilhões não seria importante.

O Congresso Nacional já ajudou a equipe econômica, ao aprovar recentemente um projeto de lei de iniciativa do Deputado Aloysio Nunes que retira da lei das contravenções Penais o art. nº 27. Caso isso não tivesse acontecido, a equipe econômica possivelmente estaria correndo o risco de ser apenas com um a seis meses de cadeia por explorar a credulidade pública mediante sortilégios, predição do futuro, explicação de sonhos ou práticas congêneres.

Não venham me dizer que essas são frases pinçadas fora do contexto, porque qualquer pessoa minimamente informada neste País acompanhou a posição da equipe econômica toda vez em que economistas de oposição ou mesmo da base do Governo apresentavam restrições à condução temerária da política econômica. Esses eram classificados como "catastrofistas de plantão" ou como antipatriotas.

Srs. Ministros, estamos cansados dessa terrível monotonia de sempre, de os ajustes serem pagos pela classe média, via aumento de impostos, e pelos trabalhadores, via desemprego. Estamos cansados da monotonia de o Governo nunca adotar medidas que taxem o capital financeiro, para fazer com que o mesmo contribua com a dissolução dessa crise.

Quero insistir numa pergunta feita pelo Deputado Haroldo Lima, a qual não foi respondida pelos Ministros: entre essas 51 medidas, quais atacam o capital financeiro? Este Governo reduziu a Contribuição sobre o Lucro Líquido dos bancos de 30% para 18%. No jornal de hoje – confesso que não entendi nada –, foi publicado um artigo em que se disse que a intenção da Receita é reduzir essa contribuição de 18% para 8%. A alegação é a de que as instituições financeiras utilizam um artifício para não pagar os 18%. Depois de se livrarem do Cofins, essas instituições repassam os recursos para empresas do grupo que não são financeiras e, por isso, acabam pagando uma contribuição de 8%. Ao invés de serem tomadas medidas para evitar essa mutreta feita pelos bancos, reduz-se a contribuição para 8%, para, na

prática, poder fazer com que os bancos não quebrem.

A primeira pergunta, insisto, segue os mesmos caminhos da pergunta do Deputado Haroldo Lima, até porque essa pergunta eu a faria.

Pergunto se os Ministros, que têm a capacidade de fazer tantas simulações de cálculos com rigidez matemática, calcularam, a partir da previsão feita – que não foi assumida como uma previsão, mas como uma citação –, quando da entrevista que apresentou o pacote, se não me engano, feita pelo Secretário do Ministério do Planejamento, que concordou que as previsões de crescimento para 1998, que seria de 4%, seria reduzida para 2%. Quais as contas feitas, e qual o seu resultado, principalmente em relação ao desemprego, e em que essas medidas vão refletir a partir da sua implantação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, o Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Muito obrigado.

Senador José Eduardo Dutra, em primeiro lugar, deixe-me dizer que o Senhor mencionou que eu teria constatado que o Brasil não é uma ilha. Senador, tenho dezenas de anos de atividade profissional, e, se o V. Ex<sup>a</sup> se der ao trabalho de olhar o que escrevi ao longo desses anos verificará que sempre insisti no fato de que o Brasil não é compreensível, inteligível ou analisável corretamente fora do contexto internacional – e o é cada vez menos. Portanto, sempre tive essa percepção.

Quanto à declaração, que V. Ex<sup>a</sup> descobrirá, que eu teria feito, em junho de 1995, vou reiterá-la aqui. Devo ter dito, sim, algo parecido com o que o V. Ex<sup>a</sup> disse: que nós não permitiríamos que o Brasil tivesse a mesma trajetória – e V. Ex<sup>a</sup> usou as minhas palavras – que marcou a experiência mexicana.

O que é a experiência mexicana, Senador? Um déficit de conta corrente que sobe de 3 para 8% do PIB ao longo de cinco anos.

Isto eu disse. Não permitiremos que isso aconteça no Brasil. É nesse sentido que eu usei a experiência mexicana. Não foi dizer que ele jamais poderá subir pouco mais de zero ponto percentual de um ano para outro. Penso que, nessas coisas, é preciso olhar a perspectiva de tempo apropriada. Da mesma maneira, quando afirmei que não éramos como a Tailândia, o déficit de conta corrente naquele país ficou entre 5 e 6% do PIB, em 1992, 1993 e 1994, e 8% do PIB, em 1995 e 1996. Disse que não permitiríamos que a nossa situação chegue à situação da-

quele país. Não era bravata, nem uma coisa "curtoprazista". Tomaremos as medidas necessárias, como tomamos.

O Ministro Antonio Kandir disse muito corretamente: as exportações brasileiras cresceram 11% nos dez primeiros meses deste ano, o que resultou em três coisas: primeiramente, as medidas que tomamos ao longo dos dois últimos anos, de desoneração do ICMS, de criação de empresas de seguro de créditos de exportação, de alargamento de cobertura e recursos do PROEX, novos financiamentos do Bndes, o ACC indireto para insumos de exportações, o fundo de aval, agora, para micro e pequenas empresas desenvolverem uma cultura de exportação, nossas conversas com o Sebrae e com os Estados para fazerem o mesmo.

A outra dimensão é estrutural: está havendo um aumento da produtividade e da produção exportável brasileira, **agribusiness**, em várias indústrias e um aumento da produção doméstica eficientemente competitiva com importações. Vou-lhe dar um dado: V. Ex<sup>a</sup> mencionou que o déficit na balança comercial chegou a US\$5,5 bilhões no ano passado, o que já tinha sido um aumento em relação ao ano anterior, e este ano, 1997, começou com previsões catastrofistas, sim, Senador, de déficit na balança comercial de 12, 13, 14, 15, eu cheguei a ver de 16 e 17 bilhões de dólares de déficit na balança comercial, em 1997.

Pois bem, o acumulado nos dez primeiros meses deste ano, R\$6,775 bilhões, que ainda será corrigido para baixo porque ainda vamos cancelar declarações de importações registradas e não desembaraçadas após 60 dias. Portanto, vamos terminar o ano com um déficit, em muito, mas muitos bilhões de dólares inferior ao dos catastrofistas, que estavam prevendo no início do ano. Estamos melhorando, como registrou o Ministro Antonio Kandir, a nossa capacidade de aumentar tanto a produção exportável quanto eficientemente competitiva com importações.

Portanto, vou dizer, não vamos ter uma experiência do tipo da que marcou a experiência mexicana e tailandesa. Vale dizer, não assistiremos passivamente, ao longo do tempo, a um acumular de déficits em conta corrente de 5, 6, 7, 8% do PIB. É nesse sentido que o que disse em 1995, reafirmo aqui. Como, aliás, reafirmo tudo o que disse ao longo dos últimos anos. Não tenho nenhum receio de fazê-lo. Disse e escrevi, e não me arrependo de nada do que disse e escrevi.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE) – Ainda bem que não segue o exemplo do Presidente.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

– Não. O Presidente, como já declarou Sua Excelência, também não disse tal coisa. Não cabe a mim falar em nome de Sua Excelência.

Mas era isso que gostaria de mencionar.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kandir) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, queria reafirmar aquilo que comentei por ocasião da discussão da lei complementar do ICMS. Ela era e é extremamente importante para criar condições para o aumento das exportações em todos os campos. Não só no campo da exportação dos semi-elaborados e dos primários. Porque, como V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem, Sr. Senador, essa lei complementar retirou a possibilidade de se onerar também a compra de equipamentos. Ou seja, permitindo o crédito financeiro pleno de máquinas e equipamentos. Por essa razão, teve, sim, um impacto importante nas exportações. E as exportações cresceram, sim, a partir da lei, das medidas relativas ao financiamento, ao seguro de crédito, à melhoria da infraestrutura. Houve, sim, uma mudança dramática na nossa capacidade de exportações. Não é só no caso dos agrícolas, mas é bom ressaltar o que aconteceu nos produtos agrícolas. A soja em grãos cresceu a sua exportação em 144%. O Brasil foi o maior exportador mundial de soja no ano de 1997. No caso do café em grãos, o crescimento foi de 75%.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não se trata somente de um crescimento expressivo na área de produtos básicos. Vou dar alguns exemplos na área dos manufaturados. No caso de veículos de carga, aumentamos a nossa capacidade de exportação em 52,93%; no caso de máquinas para terraplanagem, crescemos 37,02%; no caso de veículos automóveis, aumentamos nossas exportações em 123% e no caso de aviões, crescemos nossas exportações em 214%. Ou seja, de fato, as exportações estão respondendo. O País está se transformando efetivamente num grande exportador.

Com relação ao setor financeiro, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que tomamos, sim, três medidas nesse conjunto. Em primeiro lugar, estamos dando prioridade máxima, e o Congresso, mais uma vez, está respondendo, aprovou rapidamente, ao projeto de lei sobre a lavagem de dinheiro. Esse projeto, sem dúvida nenhuma, permitirá um tipo de fiscalização sobre operações financeiras que, certamente, vai penalizar vários setores que atuam nessa área.

Em segundo lugar – e é importante dar esse esclarecimento – o Governo enviou um projeto de lei complementar para poder haver a contribuição por

parte do sistema financeiro com relação a determinadas contribuições. Aqui precisa ser dito, ao contrário do que algumas análises superficiais dizem, que a necessidade de projeto de lei complementar é objetiva. Se fosse possível fazer por medida provisória, teríamos feito. Por que não foi feito? Porque exatamente o setor financeiro ganhou, na Justiça, a contestação da cobrança de contribuições, porque as contribuições são cobradas sobre faturamento. Do ponto de vista do Direito, o faturamento é entendido como uma operação com base mercantil. E com base exatamente no fato de não ser uma operação mercantil, o setor financeiro ganhou essa questão, e só existe a possibilidade de mudar a base das contribuições se se fizer isso por lei complementar. É o que rege a Constituição. Tenho certeza de que o Senador colaborará muito para a aprovação dessa matéria no Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE)– Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é estranho. O Ministro Pedro Malan, para demonstrar que a condução da política econômica está sendo correta, compara os números reais com possíveis previsões catastróficas. Confesso que nunca ouvi ninguém prever que haveria 14 bilhões de déficit. É possível que tenha acontecido. Mas o fato é que em 1997 foi de 5 bilhões. O Ministro Kandir, em setembro, disse que, com a aprovação da lei que levou o seu nome, ia acabar com o déficit. As notas taquigráficas estão lá, se quiserem, podemos mostrar.

O Sr. Ministro Pedro Malan vem e diz que, em 1997, em dez meses chegou-se a US\$6,5 bilhões, que é maior do que os US\$5 bilhões do ano passado. E S.Ex<sup>a</sup> apresenta como vantagem o fato de não ter chegado aos índices previstos pelos catastrofistas.

Ora, Sr. Ministro, convenhamos que aí é uma forma muito fácil de comprovar a justeza da política!

Com relação às medidas que taxariam os ricos, a diferença é essa: quando é para taxar os ricos, vamos pelos caminhos mais longos; quando é para taxar o rico, não se tem prioridade, porque o Governo fala tanto em reformas estruturais, mas, até hoje, não moveu uma palha para aprovar a Reforma Tributária, que faz com que um país como o Brasil, ao contrário de todos os países modernos do mundo, ainda continue tendo a maior parte da arrecadação decorrente de impostos indiretos, que são impostos altamente regressivos, que faz com que um país

como o Brasil, que tem a maior taxa de concentração de terra do mundo, arrecade ITR no ano menos do que arrecadaram de IPTU num bairro grande de São Paulo.

Nós, da Oposição, não aceitamos essa história de que temos que aprovar o pacote da forma como está, porque senão será uma catástrofe, será o terrorismo, estamos, sim – e desafiamos o Governo a fazer isso –, dispostos a aprovar matérias que realmente possibilitem a taxação dos ricos. Vamos aprovar a Reforma Tributária, vamos aprovar imposto sobre grande fortunas, vamos aprovar aumento do ITR, vamos aprovar um aumento de Imposto sobre Patrimônio, vamos aumentar a participação de impostos diretos no conjunto da arrecadação tributária brasileira, vamos fazer isso. No entanto, o Governo, quando é essa questão, não tem pressa, mas quando é para aumentar Imposto de Renda da classe média, quando é para aumentar juros, quando é para tomar medidas que chegam ao grau até de maldade, que é essa questão da LOAS, aí é rápido, é vir medida provisória, porque o resto não tem problema.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Muito obrigado, Senador José Eduardo Dutra. Em primeiro lugar, agradeço profundamente a expressão de apoio de V. Ex<sup>a</sup>, e presumo venha de todo o Partido que tão bem representa e os partidos a ele ligados ...

**O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** (Bloco/PT – SE) – Dentro do que falei tem todo apoio. Mas o Governo não quer esse apoio.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) ...para que possamos aprofundar ou acelerar o processo de discussão de uma reforma fiscal e espero que nas linhas gerais do que foi apresentado pelo Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Pedro Parente, no Congresso Nacional, ao longo dos próximos meses, porque achamos que ali está o embrião de um sistema tributário, de uma reforma fiscal adequada ao País no Século XXI. Tomei os seus comentários como um sinal da sua disposição em participar da aceleração do passo nessa discussão tão fundamental para o País.

Sobre as outras sugestões que V. Ex<sup>a</sup> mencionou sobre reforma tributária, obviamente o Governo está sempre aberto a sugestões, embora devo lembrá-lo que existe hoje uma tendência, em todo o mundo, de taxar o dispêndio, o consumo, porque as

experiências demonstram que não há experiências bem sucedidas de tributação sobre patrimônio, que de resto não tem liquidez e, na verdade não tem a menor condição de gerar o volume de recursos fiscais necessários ao tipo de redução do déficit fiscal que hoje temos pela frente a obrigação de fazer como sociedade.

Não sei se o Ministro Kandir teria algo a dizer.

Quero fazer um comentário, corrigir um equívoco referente a uma redução, mencionada por V. Ex<sup>a</sup>, de 30 para 18% na contribuição sobre o lucro líquido das instituições financeiras. Como V. Ex<sup>a</sup> sabe todo e qualquer imposto é o produto de uma alíquota que incide sobre uma base de cálculo. Essa adequação foi feita porque houve um aumento da base de cálculo e, porque houve o aumento da base de cálculo para manter a contribuição, se reduziu a alíquota. Não tem sentido olhar apenas a alíquota e esquecer a base de incidência daquele imposto, que é a base de cálculo do imposto.

Portanto, não houve benefício algum para instituições financeiras derivados dessa mudança.

Por último, quero lembrá-lo que a Medida nº 11, que foi listada e está à disposição de V. Ex<sup>as</sup>, é uma revisão da legislação das contribuições sociais de modo a estabelecer tratamento isonômico entre instituições financeiras e não-financeiras. O fato é que a situação atual, pela via do planejamento fiscal-legal, beneficia instituições financeiras. O objetivo dessa lei que está pronta, chegando ao Congresso Nacional brevemente, é exatamente eliminar esses benefícios e essa distorção.

Devo lembrar também que ao reduzirmos os incentivos e benefícios estaremos afetando empresas financeiras e não-financeiras que se beneficiavam indiretamente desses incentivos e renúncias fiscais.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Com a palavra o Deputado Vicente Cascione. (Pausa)

Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Para interpelar) – Srs. Presidente, Antonio Carlos Magalhães e Michel Temer, Srs. Ministros Pedro Malan e Antonio Kandir, a população da minha região, o Nordeste, nele incluída a Paraíba, é majoritariamente constituída por ninguéns e assim entendo os despossuídos.

Para formular a minha pergunta, gostaria de ler um breve trecho de Eduardo Galeano que serve à perfeição para enquadrar no contexto do homem e o seu bem estar, que é o fim da política econômica, a

questão que nos propomos a debater. O texto é o seguinte:

Os "ninguéns".

As pulgas sonham com comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico a sorte chova de repente, que chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chove nem ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura.

Os ninguéns: os filhos de ninguéns, os donos de nada.

Os ninguéns: os nenhum, correndo soltos, morrendo a vida, perdendo a esperança dia a dia.

Que não são, embora sejam.

Que não falam idiomas, falam dialetos.

Que não praticam religiões, praticam superstições.

Que não fazem arte, fazem artesanato.

Que não são seres humanos, são recursos humanos.

Que não têm cultura, têm folclore.

Que não têm cara, têm braços.

Que não têm nome, têm número.

Que não aparecem na história universal, aparecem, quando muito, nas páginas policiais da imprensa local ou como número nas catástrofes."

Quero lembrar com essa situação, dizendo que nós do Nordeste temos majoritariamente essa situação, que existe um preceito constitucional, e até o Deputado Haroldo Lima já falou nele aqui, que determina tratamento diferenciado para a região Nordeste, com vistas à redução dos desequilíbrios inter e intra regionais.

Relembrar que o Nordeste já perdeu e muito com o FEF, com a guerra das isenções fiscais, com o Fundo de Valorização do Magistério, o Fundão, e outros.

As medidas que visam a redução da renúncia fiscal, no meu entendimento, Srs. Ministros, parecem-me tímidas e até um pouco desfocadas e se sentam maciçamente quase sempre contra os "ninguéns" e quase sempre das regiões Norte e Nordeste.

Cinquenta por cento dos incentivos fiscais do Nordeste, que o Deputado Haroldo Lima até leu as estatísticas e mostrou que representariam 13% que foram cortados, e com isso o Finor praticamente sumiu. Na realidade, a meu ver, trata a prática preponderante ou com preponderância que, mais uma vez,

os interesses dos "alguéns", do Sul e Sudeste, que têm cidadania, emprego e tudo mais contra os ninguéns de sempre, sem emprego, sem moradia, sem água para beber.

Deu-me vergonha, Srs. Ministros, ir a Soledade e a toda região do Cariri, ir a Juazeirinho, e ver que lá os "ninguéns" não têm sequer água para beber, quatro latas d'água por semana para uma família de 10 pessoas. Deu vergonha de ser brasileiro.

Penso que o pacote tinha que ser feito: é uma batata quente, que o Governo dividiu ao meio, ficou com um bom pedaço – louvo-o pela coragem – e passou a outra para o Congresso. Estamos tentando ver o que podemos fazer com o pedaço que nos toca. Temos que ver o que há de injustiça.

Observei que, na Medida Provisória nº 1.602, principalmente no que se refere a medidas de proteção sobre o crédito tributário – medidas duras – foram tomadas para se arrecadar mais. Mas, por que não terceirizamos a cobrança das dívidas dos "alguéns" que representam quase R\$300 bilhões? Ou, por que não vendemos, por exemplo, os bens que são patrimônio da União, de terras de Marinha: 3,5 milhões apartamentos que representam quase R\$100 bilhões?

Fui ao Ministro Pedro Malan e ao Ministro José Serra, na época, e mostrei esses dados: R\$35 bilhões do INSS, R\$70 bilhões da Caixa Econômica, R\$20 bilhões do Banco do Brasil, um outro tanto do Banco Central – sempre de alguém –, dos quais não temos agilidade na cobrança.

Sei que o Secretário da Receita está fazendo o que pode para agilizar. Mas temos que ter vontade política, inclusive fazendo como o Canadá, Argentina, Alemanha, Estados Unidos e outros, que terceirizaram a cobrança, cobrando dos alguém dívidas que têm de ser pagas para ajudar os "ninguéns".

Essa é a minha colocação. Se isso fosse feito, Srs. Ministros, com certeza não faltariam esses R\$20 bilhões do pacote, nem tampouco os R\$2 bilhões de que necessitamos para a transposição das águas do São Francisco, que cortaria situação como essa que acabei de narrar, que envergonha qualquer brasileiro, qualquer ser humano.

Não consigo entender, Ministro Malan e Ministro Kandir, como é que, a cada frente de seca, gastamos R\$800 milhões, quando, com R\$2 bilhões resolveríamos todo o problema de 16 milhões de pessoas, nos Estados de Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará.

Faço parte da base do Governo, mas creio que é hora de termos coragem de tirar os procuradores

da cobrança e colocar cobradores. Porque se os procuradores fossem cobradores, eles teriam a denominação de cobradores e não de procuradores. Se os seus salários chegam, no final do mês, com toda a tranquilidade, por que eles vão se esforçar para receber uma dívida que atinge mais de R\$200 bilhões? Podíamos vender as terras de Marinha, os 3,5 milhões de imóveis que dariam outros R\$100 bilhões.

Essa é a minha colocação.

Gostaria de ouvir S. Ex<sup>as</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Ministro Malan e, posteriormente, ao Ministro Kandir.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna. Conheço a qualidade literária e o toque humano que caracterizam os textos de Eduardo Galeano, e agradeço-lhe a oportunidade de ouvir esse magnífico texto.

Sobre a questão dos incentivos, como presumo que este é um tema que será levantado por outros Parlamentares, gostaria de chamar a atenção de V. Ex<sup>as</sup> para a sua dimensão, importância relativa no conjunto de medidas que apresentamos. Refiro-me aqui, especificamente, ao Governo Central, embora haja medidas para Estados, Municípios e Previdência Social também, mas na questão que diz respeito a empresas estatais, quanto ao Governo Central, do efeito desse conjunto de medidas total, cerca de R\$11,9 bilhões, dos quais R\$6,6 bilhões elevação de receita líquida e R\$5,3 bilhões cortes e despesas.

Desses R\$6,6 bilhões de elevação de receita líquida, a redução de incentivos representa R\$570 milhões. Não é uma quantia desprezível, mas, em relação ao conjunto, na verdade, é uma proporção que deve ser levada em conta; é uma contribuição que está sendo pedida, uma redução à metade, sem afetar decisões anteriores e o estoque preexistente. Mas não é correta a percepção de que é uma das grandes medidas em termos de seu efeito quantitativo no conjunto do pacote, embora isso não signifique que, por não ser a medida principal em termos do seu efeito quantitativo, ela deva ser eliminada. Defendemos a sua permanência porque exatamente procuramos apresentar um conjunto amplo de medidas para que não houvesse a penalização excessiva sobre apenas um tipo de atividade ou apenas em uma área. E, só para deixar este assunto, temos uma visão que não é só nossa, é a visão que prevalece hoje no mundo, de que imposto deve ser neutro, que imposto não deve ser usado para funções

locativas através de renúncias fiscais e incentivos de toda ordem.

Sobre a questão da dívida ativa da União, processo de cobrança, agilização e terceirização, reconhecimento, com satisfação, o papel fundamental que V. Ex<sup>a</sup> desempenhou em nos estimular a avançar nessa área.

O Senador Eduardo Suplicy teve a gentileza de me entregar e anunciar na TV Senado que havia me entregado, lendo neste plenário, de antemão, o tipo de perguntas que estaria fazendo a mim.

Por essa razão, tenho aqui uma série de dados que mostra o que fizemos desde 1995, em termos de inscrição em dívida ativa, seu ajuizamento, em termos de transformação de depósitos judiciais em rendas da União. São dados eloqüentes, que mostram o que fizemos.

Na resposta à intervenção do Senador Eduardo Suplicy, direi, sem aborrecê-los com números, aquilo que fizemos e estamos fazendo e propondo fazer nessa área de cobrança e agilização. E queria reconhecer aqui o papel fundamental que V. Ex<sup>a</sup> teve em nos estimular a avançar com celeridade nessa área.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Ministro Antonio Kandir.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kandir) – Em primeiro lugar, queria dizer da satisfação de ouvir o Senador Ney Suassuna, que, realmente, tem estimulado muito a Equipe do Governo, desde a época do Ministro José Serra, a discutir questões relativas à cobrança das dívidas. E, como o Ministro Malan vai enumerar mais à frente, há uma série de medidas que foram tomadas.

Como V. Ex<sup>a</sup>-mesmo lembra, inclusive agora, na própria proposta de Medida Provisória nº 1.602, há mudanças importantes que ajudarão nessa linha.

Queria somente dar uma informação adicional que diz respeito à sua preocupação, absolutamente correta, de usarmos melhor o patrimônio da União.

Tivemos uma reunião nesta semana, no dia 19, na quarta-feira, do Conselho Nacional de Desestatização, na qual tomamos oito decisões importantes, no sentido de ampliar e melhorar a capacidade do programa de desestatização e uma outra, de enorme relevância, que foi pedir ao BNDES que, até o final de dezembro, já coloque um edital nos jornais para contratar uma empresa de consultoria para estudarmos diversas formas de desestatização do patrimônio da União.

Tenho certeza de que o BNDES, como sempre, poderá contratar uma boa empresa de consulto-

ria, que apresentará vários modelos e, então, teremos realmente uma mudança muito forte nisso. Muito forte, digo, porque não só serão propostos modelos, mas também sugestões à legislação e sugestões de gerenciamento desse programa de desestatização do patrimônio da União. E concordo com V. Ex<sup>a</sup> que certamente ganharemos muito e, com isso, poderemos diminuir o esforço fiscal que é requerido neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Ney Suassuna, V. Ex<sup>a</sup> desistiu da réplica?

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Não, quero só fazer uma colocação, Sr. Presidente.

Gostaria de dizer ao Ministro Malan que fico satisfeito com as demais respostas, menos com a de que apenas não é significativo o Finor. Pode não ser para o País, mas, para o Nordeste, ele é de fundamental importância. O que o Poder faz, ele pode desfazer. Desfaça isso em relação ao Nordeste, porque, para nós, é realmente prioritário.

Em relação ao Ministro Kandir, dou-me por satisfeito com as suas respostas.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

**O SR. FERNANDO GABEIRA** (PV – RJ. Para interpelar) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Senadores e Srs. Deputados, não vou fazer preâmbulos nem introduções, exceto dizer que tenho muito prazer em discutir com os Ministros Malan e Kandir sempre que a oportunidade se dá.

As minhas perguntas são quatro, e vou tentar partir da ordem de complexidade.

A primeira delas se diz da medida que congela a verba para idosos, deficientes e mendigos, enfim, pessoas que necessitam da assistência social e que estão, de uma certa maneira, beneficiada pela LOAS.

Na quarta-feira, o Ministro Malan, respondendo a uma pergunta, se não me engano do Deputado Arlindo Chinaglia, afirmou que essa medida é temporária, evidentemente, e que ela se devia também ao fato de que muitas falsificações ocorriam nesse processo.

Ora, com todo o respeito – e permito-me uma metáfora, porque escritores gostam de metáforas –, parece-me a idéia de entrar em uma UTI sabendo que há um impostor recebendo oxigênio, e cortar o oxigênio de todo mundo até se descobrir quem é o impostor.

Gostaria de fazer, nesta primeira pergunta, um apelo para que o Governo revisse essa medida.

Faço este apelo, colocando-me no território, em primeiro lugar, dos direitos humanos. Essa medida entra em contradição com a nossa política de direitos humanos, com a nossa face internacional de respeito aos direitos humanos. Além disso, essa medida, ao ser eliminada, sinaliza a todos os governos do Brasil, como um marco da nossa civilização, que, quaisquer que sejam as nossas dificuldades econômicas, jamais deixaremos cair os idosos e os portadores de deficiência física.

A segunda questão diz respeito à relação contraditória entre aumento dos juros e redução das despesas do Estado. Foi apresentado ao Ministro, também na quarta-feira, um cálculo da assessoria da Câmara dos Deputados, mostrando que as medidas se anulavam e, mais ainda, que o aumento de juros representava mais do que propriamente a redução das despesas do Estado.

O Ministro contestou esse cálculo, e concordo com S. Ex<sup>a</sup> quando diz que as variáveis apresentadas naquele estudo estavam imprecisas, sobretudo porque não se trabalhava com a redução da taxa de juros que o Governo tinha em mente. No entanto, pareceu-me, sinceramente, que não há da parte dos senhores um estudo empírico, correto e fundamentado, afirmando que, realmente, o aumento da taxa de juros não iria neutralizar essa redução das despesas do Estado. Quer dizer, é verdade que o estudo da Câmara dos Deputados é impreciso, mas não foi apresentado, da parte do Governo, nenhum estudo que nos convencesse.

A terceira pergunta se refere a uma medida que determina a cobrança de US\$90,00 de taxa de aeroporto no Brasil. Evidentemente, todos nós vemos boa intenção nessa medida, mas sabemos também que ela pode ter repercussões que não foram avaliadas. Por exemplo, cerca de cento e oitenta a duzentos mil argentinos vêm a Santa Catarina todos os verões. Eles pagam para vir de Buenos Aires até Florianópolis US\$220. Com mais US\$90 de taxa de aeroporto, essa viagem vai ficar desinteressante. Assim, poderemos ter, objetivamente, uma redução do turismo em Santa Catarina, uma redução do turismo no Nordeste e conseqüências econômicas que não foram balanceadas, que não foram equilibradas na medida, exceto se há fundamentos que desconheço.

Passei algumas noites ouvindo os Ministros falando pela televisão e não vi o trabalho empírico que fundamenta essa medida. Portanto, gostaria de saber realmente se a equipe econômica do Governo tomou consciência desse potencial de redução da

nossa indústria turística e conseqüentemente da depressão que pode existir nessas áreas.

A última pergunta é mais complexa e realmente me interessa muito. Apesar de estar cuidando da prisão dos meninos do **Planet Hemp**, eu passava as noites ouvindo o Ministro Kandir e outros Ministros falando pela televisão e tenho observado que todos falam da importância do pacote, das suas possibilidades e chega um momento em que dizem o seguinte: mas depende também da situação internacional. É claro, depende da situação internacional. Mas, usando mais uma metáfora, a sensação que tenho é que o Governo brasileiro nos coloca e se coloca um pouco como naquela história dos três porquinhos, ou seja, nós estamos construindo a nossa casa sem saber exatamente qual é a força do sopro do lobo. E, na verdade, temos algo mais a fazer além de construir a nossa casa. Temos que ter uma intervenção internacional. No que tange a intervenções internacionais, o Presidente da República, cujas declarações sigo bem, só as fez teoricamente como intelectual, mas ainda não as fez como estadista. Por exemplo, precisamos controlar um pouco mais internacionalmente o fluxo de capitais. O Presidente François Mitterand apresentou uma proposta concreta há alguns anos que não foi incorporada pelo Brasil.

Então pergunto: vamos atuar no sentido de internacionalmente buscarmos um controle maior desses capitais? O Brasil vai atuar no sentido de buscarmos uma governança mundial? Quais são os passos dados até agora e por que não deu mais?

Penso que o Brasil poderia convocar e propo-nho agora aos senhores, embora reconheça que não esteja no âmbito das suas decisões, um encontro internacional no Brasil para que discutamos as possibilidades da governança mundial. É uma atividade de estadista, é um caminho que tem que ser tomado, como penso também ser uma atividade de estadista impedir que sejam cortadas as verbas da assistência social, uma vez que os economistas fazem seus cálculos. E alguém tem que pensar no Brasil politicamente, alguém tem que pensar no Brasil como civilização e, muitas vezes, quem pensa no Brasil politicamente como civilização tem que entrar em confronto direto com essas medidas que, numericamente, podem ser atraentes, mas nos atrasam muito.

São essas as minhas indagações.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

— Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

— Muito obrigado, Deputado Fernando Gabeira.

Em primeiro lugar, sobre essa questão da Loas e os recursos para idosos e deficientes físicos, o senhor mesmo reconheceu que é uma medida de caráter temporário enquanto se faz um recadastramento. Não havia uma ou outra fraude, as auditorias feitas mostraram um excesso de fraudes, o que justifica a questão de responsabilidade pela gestão da coisa pública, maior cuidado e atenção na maneira pela qual o processo vinha se desenvolvendo. Obviamente, compartilho de todas as suas preocupações com a preservação dos direitos humanos envolvidos.

A diferença principal aqui, Deputado, é que, em vez da concessão de 45 dias, o início da fluência para o benefício, passa para 90 dias e, portanto, o argumento de que houve um atraso de 45 dias não se justifica tanto. O que estamos fazendo é tentando organizar um pouco algo que não estava avançando como era a intenção inicial e particular para definições do que constitui, na prática, deficiência física. Não quero listar aqui a longa e caricata lista de definições e concessões, coisas que são, no mínimo, questionáveis. Penso que seja, simplesmente, uma parada para arrumação. Posso assegurar que temos a mesma preocupação de V. Ex<sup>a</sup> com a defesa dos direitos humanos, de idosos e deficientes físicos que merecem, efetivamente, esta denominação.

Sobre a questão do aumento de juros e redução de despesas do Estado, isso está sendo analisado num estudo que recebi, quando estive na Câmara dos Deputados esta semana. Hoje, perguntei, aqui, a um interlocutor que levantou esta questão se, no estudo feito pela Assessoria da Câmara, a partir de quando incorporaram o início da queda de juros e se já incorporaram o início da trajetória de queda que teve lugar duas semanas depois da elevação, como foi decidido semana passada. E qual é, na verdade, a trajetória de juros para o ano que vem que estão trabalhando.

V. Ex<sup>a</sup> me cobra que não viu um estudo empírico correto e fundamentado de autoria do próprio Governo sobre isso. Serei muito franco: não podemos fazê-lo. O Governo, quando faz um estudo como esse e o distribui ao público, está dizendo aos mercados "olha, este aqui é o curso futuro dos juros". Equivale a uma afirmação do tipo "este aqui é o curso futuro do câmbio". Essa é uma informação estratégica que não nos interessa revelar a especuladores de qualquer natureza no momento atual. O importante é dizer, como dissemos desde o início, o seguinte: a trajetória é declinante, o seu início será tanto mais rápido quanto a nossa avaliação de que estamos respondendo como país aos desafios do

momento. Portanto, começamos o declínio já agora, duas semanas depois da elevação, e a intensidade, o ritmo e a velocidade da queda serão tantos maiores quanto mais possamos, na prática, mostrar que estamos respondendo da forma adequada.

Entendo que são hipóteses baseadas em exercícios de especulação querer, a esta altura, calcular exatamente qual será o custo do serviço da dívida pública derivada de uma suposta trajetória de declínio da taxa de juros que deveria ficar explicitada. Mas o Governo não pode fazê-lo, porque seria dar informação para o mercado.

Sobre a taxa de embarque, recebemos várias sugestões e comentários. Devo dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem razão, principalmente em relação a preços de passagens para determinadas regiões. Nossos colegas de ministério dos países do Mercosul levantaram questões extremamente pertinentes a esse respeito que estão sendo analisadas no momento.

Em relação a sua última observação, com ela eu não poderia concordar mais. A nossa intenção, ao insistir que nós precisamos dar a nossa resposta como país, com a capacidade que nós temos de equacionar e resolver os nossos próprios problemas ao longo do tempo, que são inúmeros na área econômico-financeiro; político-institucional, cultural, como V. Ex<sup>a</sup> sabe bem, e social. Para usar a expressão de Sérgio Buarque de Hollanda, em sua obra-prima "Raízes do Brasil", temos que organizar a nossa desordem de forma democrática, para mostrar a nós mesmos – não ao mundo – que temos condições de fazê-lo.

De forma alguma quero dar a entender que não há nada a ser feito na linha do que V. Ex<sup>a</sup> chamou de "intervenção internacional no Brasil", na qual vimos trabalhando, sem bravatas, há algum tempo.

Devo lembrar a V. Ex<sup>a</sup> e a todos os presentes que o Presidente Fernando Henrique Cardoso encaminhou uma longa e bem arrazoada carta aos Presidentes e Chefes de Estado do G-7, no início de seu Governo, em 1995, chamando a atenção para o fato de que era necessário, à luz da experiência mexicana, um grau muito mais elevado de cooperação internacional do que o que havia prevalecido até aquele momento. Sua Excelência insistiu na necessidade da figura de um emprestador de última instância, em determinados momentos de conflito, que é o que está sendo discutido agora no contexto internacional, com a participação do Brasil, que hoje é membro do Banco de Compensações Internacionais, o banco central dos bancos centrais, e que é resultado da ação deste Governo. Hoje, o Brasil se senta em

blocos onde estão sendo discutidas essas questões. Portanto, há uma ação internacional também.

Não estamos voltados somente para a construção da casinha doméstica, sem nos preocuparmos com os sopros ocorridos no resto do mundo e sem influirmos na construção de uma institucionalidade que permita a criação da figura do emprestador de última instância, que existe no mercado financeiro doméstico e não existe no contexto internacional, e que é parte responsável pela turbulência por que estamos passando neste momento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Deputado Fernando Gabeira, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra para uma réplica de 2 minutos.

**O SR. FERNANDO GABEIRA** (PV – RJ) – Sr. Presidente, seria bom se V. Ex<sup>a</sup> me concedesse também uma tréplica.

Quanto à primeira questão, na Câmara dos Deputados temos trabalhado com os portadores de deficiência. A medida que o Governo tomou tem um grande valor simbólico. Reitero o pedido para que ela seja suspensa também por esse valor simbólico. É importante que a sociedade sinalize claramente para as pessoas portadoras de deficiência que não há absolutamente a intenção de penalizá-las quando há uma crise econômica.

Portanto, peço encarecidamente ao Governo que examine esse valor simbólico.

Quanto à segunda questão, a dos cálculos, não pedi ao Governo um estudo empírico; pedi que o Governo tivesse esse estudo com ele, que o Governo tivesse segurança a respeito da relação entre a alta taxa de juros e as despesas públicas, que, na intervenção de V. Ex<sup>a</sup> – pode ser que o Governo tenha, mas não senti isso –, não me pareceu haver.

Finalmente, quanto à taxa de embarque, é necessário, cada vez que se tome uma medida, contrabalançar todas as variáveis possíveis. Parece-me, sinceramente, que o Governo está tomando conhecimento delas à medida que elas se desdobram, o que não foi avaliado no momento em que se assinou o pacote, com todas as suas dimensões.

Por último, quanto à questão mundial, é fundamental que o Brasil – eu também não sou voluntarista, não penso numa ação internacional do Brasil superior às nossas forças – tenha um espaço internacional, que existe e que o Presidente da República ocupou intelectualmente. Sua Excelência fez algumas declarações, mas não tomou medidas que, no meu entender, ele têm nas mãos e que podem ser tomadas. Uma delas é convocar para o Brasil uma

série de debates e reflexões sobre a governança mundial.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Para a tréplica, o Ministro Antonio Kandir.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kandir) – Em primeiro lugar, o Governo Fernando Henrique tem dado sinais muito objetivos de ter preocupação com a assistência daqueles que são mais fortemente excluídos. A prova disso é a própria evolução dos números da Loas. Em 1995, a despesa foi da ordem de R\$100 milhões; em 1996, triplicou, foi para R\$300 milhões, e, neste ano, já é superior a R\$700 milhões. Ou seja, em dois anos foi multiplicada por sete. Quem faz um aumento dessa ordem e gasta esse valor, é óbvio que mostra, claramente – e o Governo Fernando Henrique faz isso –, a preocupação de continuar a atender todos aqueles que têm tido má sorte, por várias razões.

O que é preciso – e é somente este ponto que o Ministro Pedro Malan ressaltou – é criar condições para se poder fazer uma avaliação melhor, quer dizer, continuar fazendo as concessões, porém em bases onde não haja nenhum tipo de fraude. V. Ex<sup>a</sup> há de convir que, provavelmente, aquilo que vai de 100 para 300 e para 700 com essa rapidez pode ter – e tem, infelizmente – algumas indicações de fraude. E para não comprometer essa política, é preciso fazer a avaliação, coisa que, diga-se de passagem, ia ser feita em qualquer circunstância.

Em segundo lugar, com relação aos juros, vou voltar a dizer aquilo que o Ministro Malan falou: obviamente, temos todos os estudos, com várias simulações. Mas não é correto, do ponto de vista de uma política de juros adequada, anunciar a trajetória, porque se estaria beneficiando quem está trabalhando com essa forma de aplicação.

Com relação à taxa de embarque, o Ministro Malan já comentou que, de fato, a medida que foi tomada era a única que, naquele momento, não tinha nenhum tipo de contestação jurídica. Estamos conscientes da importância do chamado turismo receptivo. Estamos estudando alternativas que não foram implementadas, porque ainda não há segurança jurídica com relação a elas. Demos o sinal e vamos fazer o ajuste num prazo bem curto de tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, por cessão, na mesa, do Sr. Francelino Pereira, o Senador Vilson Kleinübing.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** (PFL – SC. Para interpelar) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares,

vou fazer uma pergunta aos dois Ministros sobre algo que me chamou a atenção na crise na Ásia.

Por que, Srs. Ministros, a crise na Ásia afetou, neste momento, mais o Brasil do que os nossos vizinhos? O Brasil está mais vulnerável? Por quê? Talvez a Argentina tenha feito ajustes na época da crise do México. Mas também fizemos. O Brasil chegou a perder 10 bilhões das suas reservas naquela oportunidade.

Uma das preocupações de todos nós, brasileiros, é a seguinte: já levamos um susto com o pacote, que só não foi maior, felizmente, Ministro Pedro Malan, porque as maquininhas não voltaram aos supermercados. Graças a Deus a inflação continua sob controle. Mas desta vez o Brasil sofreu mais do que qualquer país vizinho.

A segunda pergunta é sobre a tributação. Já tínhamos uma grande concentração de renda com a taxa de juros anterior. A taxa de juros do passado já provocava uma das maiores concentrações de renda do planeta. Agora, com a nova taxa de juros, vai piorar, seguramente, ainda mais. No Brasil, hoje, quem produz e quem trabalha está ganhando muito menos do que quem especula ou tem dinheiro para emprestar. É possível corrigir essa distorção a curto prazo? É possível tributar os que ganham com a especulação financeira ou com os déficits fiscais enormes que ainda estamos gerando? Há alguma previsão a curto prazo? Porque precisamos diminuir a concentração que o Brasil faz através de taxas de juros elevadas sobre a dívida pública.

Eram estas as questões que eu queria apresentar neste momento, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

– Muito obrigado, Senador Wilson Kleinübing. Na primeira pergunta, V. Ex<sup>a</sup> quer saber por que o Brasil é afetado por essa turbulência internacional relativamente mais do que alguns dos nossos vizinhos, como Argentina e México. Há uma razão importante, que é o tamanho, a importância e a relevância relativa do Brasil no mundo. Um país do interior do continente africano é afetado menos.

Por que somos mais afetados? Primeiro, porque temos uma das maiores Bolsas do mundo. A Bolsa de Valores brasileira deve estar, provavelmente – não quero me arriscar aqui –, entre as doze ou treze maiores do mundo, em volume de ação e **market capitalization**. Os títulos da nossa dívida externa são os que têm maior liquidez no mundo e são um volume expressivo também. A nossa é a oitava

maior economia do mundo, com amplo processo de interação com o resto do mundo.

Mas V. Ex<sup>a</sup> pode indagar: por que somos afetados ou percebidos como sendo potencialmente mais afetados que os vizinhos? Há uma diferença que é fundamental. E vamos falar francamente: tanto a Argentina quanto o México avançaram muito mais nos seus respectivos processos de reforma fiscal e modernização do Estado do que o Brasil. Para se ter uma idéia, o déficit do setor público fiscal consolidado, tanto na Argentina quanto no México, é inferior a 2% do Produto Interno Bruto de cada um desses Países. Isso chama a atenção quando se olha a capacidade que tem um país de lidar, equacionar e enfrentar seus próprios problemas, além da dimensão maior. A Bolsa brasileira é superior à soma de todas as Bolsas latino-americanas juntas, todas somadas têm uma capitalização de mercado inferior à Bolsa brasileira. Os títulos da dívida externa brasileira têm mais liquidez, como mencionei.

Existe essa percepção de que somos grandes, muito grandes para sermos ignorados, estamos sob observação permanente e somos vistos como um País que está mais atrasado do que outros na capacidade de equacionar seus próprios problemas domésticos, dentre eles, avultando essa questão dos déficits gêmeos, fiscal e em conta corrente, ao qual o déficit fiscal ou a incapacidade de reduzir o déficit fiscal está associado. Creio que essa é uma razão.

Se me permitir um comentário um tanto ousado, com a eclosão da crise coreana e a sua "resolução" – porque, ao longo dos próximos anos, pelo menos em manifestação de apoio internacional, é como se tivéssemos numa dijuntiva: ou bem conseguimos nos desconectar da Ásia, do Sudeste Asiático; lá, há problemas que são específicos, característicos de grau de alavancagem, de relacionamento entre setor real e financeiro, fragilidades dos sistemas financeiros excessivamente alavancados e ligados a setores industriais, também excessivamente alavancados, e uma correção de preços de ativos que está em curso, que não são característicos da nossa região, América Latina, em geral, e Brasil, em particular. O que seria ideal é a capacidade de desligar ou desconectar na visão do resto do mundo, de problemas dessas duas regiões. É nesse sentido que estamos trabalhando e conseguiremos o mais rapidamente – de novo – mostrar que estamos resolvendo os nossos problemas.

Mas existe uma outra possibilidade também, que é a de o mundo perguntar: se a Coréia, de alguma maneira, conseguiu, há um custo que será altís-

simo, o apoio internacional para equacionar seus problemas ao longo do tempo, qual é a próxima área de incerteza, vulnerabilidade e turbulência? Portanto, em vez de o foco se concentrar na Ásia e em seus inúmeros problemas, continuaremos com o foco, procurando outras vulnerabilidades em outras partes do mundo. Mais uma razão para acelerarmos aqui o nosso processo de resposta a esses desafios.

Quanto à questão de tributação, o senhor mencionou essa grande concentração de renda que, lamentavelmente, marca a nossa economia e a nossa sociedade e atribui isso à taxa de juros alta no passado. A taxa de juros elevada, na verdade, é uma expressão da nossa incapacidade de tratar da questão fundamental, que é a questão fiscal. Tenho dito, há anos, que se tivéssemos condições de avançar mais rapidamente e mostrar nossa capacidade de viver, respeitando restrição orçamentária no âmbito federal, estadual, municipal, nas contas da Previdência e empresas estatais, não precisaríamos ter taxas de juro tão elevadas como temos. Elas são a expressão de nossa incapacidade de avançar na área fiscal, que é o que importa. O que baixa a taxa de juros é a demonstração de que o setor público, como um todo, não está pressionando o mercado, tendo que se financiar – no nosso caso, mais de R\$35 bilhões a cada ano –, porque, seja no presente, seja no passado, sistematicamente, gastamos muito mais do que arrecadamos, o que está expresso no excesso de gastos em relação à capacidade de arrecadação.

Se é possível corrigir essa distorção? É! Fazendo o quê? O que estamos propondo que seja feito, como, de resto, não há novidade alguma. E é como todo e qualquer país do mundo tem que resolver essas questões: mostrando a capacidade de conviver diante de restrição orçamentária.

Outro dia, em um debate, ouvi um parlamentar, cujo nome não quero citar, dizer que respeito à restrição orçamentária era lógica de Direita, o que é um absurdo monumental! Respeito à restrição orçamentária é lógica de qualquer regime político em qualquer lugar do mundo, seja ele de extrema Esquerda, de extrema Direita, de Centro-Esquerda, Centro-Direita ou Centro propriamente dito. É algo que tem que ser respeitado. Nenhum país pode, durante um período prolongado de tempo, sistematicamente, gastar muito mais do que arrecada, endividando-se no processo ao longo do período e, portanto, comprometendo renda futura, sinalizando elevações de impostos no futuro e sinalizando reduções de gastos que sempre são dolorosos fazer no futuro, em razão de dívidas do passado. Isso vale para Governo Fe-

deral, para Estados, Municípios e para várias instâncias de Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing.

**O SR. VILSON KLEINÜBING** (PFL – SC) – Ministro, já que temos que tributar, já que temos que aplicar taxas de juros elevadas e isto concentra renda – temos vários exemplos a esse respeito –, a questão é: não haveria uma forma de tributarmos mais os ganhos de capital, especialmente nesse momento de especulação?

Um outro comentário, Sr. Ministro. Quando houve a crise da Tailândia, não saiu um dólar do Brasil. Os comentários foram os seguintes: "não saiu porque muito do dinheiro que aqui está é de brasileiro, que veio pelo Anexo IV". E os brasileiros não estavam assustados o suficiente ainda. Quando veio a crise da Coreia, os dólares começaram a sair. Quem se assustou primeiro? O investidor estrangeiro ou o brasileiro do anexo quatro?

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Primeiro, anotamos aqui a sua sugestão no que diz respeito a pensar nos efeitos da elevação das taxas de juros sobre certo tipo de rendimento. Não tenho condições de entrar em detalhes agora ou avançar um pouco mais a discussão.

Sobre a segunda pergunta, quem se assusta primeiro, é difícil dizer, porque, na verdade, há uma combinação das duas coisas. Há indicações, por exemplo, de que, no caso do México, final de 94, quem piscou primeiro foram os próprios nacionais do país em questão. E uma vez que eles o fazem, transmitem aos que não são nacionais a idéia de que, se os próprios nacionais não têm confiança no seu próprio país e na capacidade de o país responder de maneira adequada àquilo, por que os estrangeiros o fariam?

Essa é a razão pela qual sempre insisto neste ponto: o que precisamos fazer aqui não é para convencer o resto do mundo, mas para convencer a nós mesmos da capacidade de lidar com isso. Na verdade, quando há essa falta de convicção por parte dos nacionais, realmente não há sentido – V. Ex.<sup>a</sup> tem toda a razão – pedir que a convicção exista por parte dos não-nacionais. Daí a importância não só de o Governo brasileiro, mas de os brasileiros expressarem sua confiança na capacidade de o País enfrentar o problema e lidar com ele. Quando o estrangeiro percebe que há dúvidas, incertezas e, o que é pior, ações concretas que demonstram essa falta de confiança, obviamente que isso pode virar "água morro abaixo", como aconteceu no México, no final de 94,

início de 95; na Tailândia e, aparentemente, estava por acontecer na Coreia a qualquer momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, poderíamos, se o Plenário aceitar, porque evidentemente tenho que cumprir, como estou fazendo, o dispositivo regimental, mas talvez possa haver uma proposta que concilie. Marcaremos um tempo, para não dizer que se está tolhendo a pessoa que vai falar agora, e, daqui a 30 minutos, passaremos a esse sistema. Cada um que estivesse inscrito faria uma pergunta, teria a resposta e, assim, um maior número de Senadores e Deputados poderia participar do debate, porque, fora daí, evidentemente, apenas participariam 14 ou 15 no máximo, mesmo que a sessão fosse até quase 16h.

Essa proposta é apenas uma sugestão. Se o Plenário aceitar, nós a faremos; se não, continuaremos a cumprir a norma.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – A não ser, Sr. Presidente, que suspendêssemos e reabrissemos às 15h30min ou 16 horas e entrássemos noite adentro

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Acho um perigo a suspensão da sessão em não ter o mesmo êxito em que está tendo perante à opinião pública esta que estamos realizando. É um grande trabalho dos Srs. Deputados, dos Senadores e conseqüentemente acho que seria. Mas estou disposto a suspender e voltar, se for a decisão do Plenário.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – V. Ex<sup>a</sup> disse que a sessão vai até às 16 horas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Até a hora que os senhores desejarem e os Ministros puderem.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Se houver uma interrupção de 40 minutos, voltaremos, e poderemos entrar noite adentro. Os Ministros estão aqui, tranquilos, à nossa disposição. Para nós, Senadores, que já vamos ficar aqui amanhã pela manhã, seria uma forma positiva.

**A SRA. MARTA SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, é interessante a sua idéia, porque muitas das perguntas provavelmente seriam repetidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Quero dar oportunidade a todos. Essa seria uma vantagem, mas só posso fazer isso quando houver consenso do Plenário.

**O SR. LINDBERG FARIAS** (Bloco/PCdoB – RJ) – Sr. Presidente, tenho uma proposta. Por que não fazemos bloco de cinco perguntas?

**O SR. ISRAEL PINHEIRO** (PTB – MG) – É isto, exatamente isto: bloco de cinco perguntas, como fizemos na Câmara com o Ministro Pedro Malan, e funcionou muito bem.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (Bloco/PSB – PA) – Sr. Presidente, pergunto: há algum problema de tempo para terminar a sessão? Se não há problema de tempo...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Pelo prazo regimental, a sessão termina às 14 horas, mas pode ser prorrogada.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (Bloco/PSB – PA) – Se pode ser prorrogada, penso que deve continuar está. Quem quiser ficar até o final para se manifestar fique; quem não quiser sai. Penso que deve continuar como vínhamos fazendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Havendo divergências, vamos cumprir a forma regimental.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permite, sugiro apenas manter a forma regimental, com um intervalo considerado razoável e curto, lá por volta das 14 horas, para um lanche ou um almoço muito rápido, prosseguindo 40 minutos depois.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Não vai ser interrompida. A sessão prosseguirá, e quando houver menos de 20 ou 30, encerro.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Tudo bem! Prossigamos regimentalmente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Só prorrogarei enquanto tiver número realmente efetivo no plenário; fora daí, não prorrogo.

Com a palavra o Deputado Paes Landim.

**O SR. PAES LANDIM** (PFL – PI. Para interpelar) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Ministros, inegavelmente a postura do Ministro Pedro Malan tem sido um sinônimo de garantia da confiabilidade e da tranqüilidade dos mercados, pela maneira com que diplomaticamente vem se conduzindo ao longo da sua gestão no Ministério da Fazenda. Essa administração se S. Ex<sup>a</sup> deu seqüência, aliás, à sua gestão como o melhor negociador da dívida externa brasileira, sem maiores bravatas nacionais, mas com uma postura honrada e discreta.

Mas, Sr. Ministro, sei que a estabilidade da moeda é uma obrigação e não uma non – V. Ex<sup>a</sup> tem repetido isso sempre com muita propriedade – para

alavancar o desenvolvimento nacional e para melhorar as condições de vida do povo brasileiro.

Farei rapidamente não propriamente perguntas, mas duas ponderações a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Ministro, referentes aos incentivos fiscais do Nordeste. Uma das medidas para evitar a sua diminuição seria exatamente, como V. Ex<sup>a</sup> com muita propriedade disse em entrevista ao **Jornal do Brasil** logo após o surgimento da crise internacional – V. Ex<sup>a</sup> também disse que numa economia **on line** os problemas internacionais afetam as economias nacionais a todo instante –, o aprofundamento das privatizações. Por que não, Sr. Ministro, no caso seria o Ministro Antonio Kandir, Presidente do Conselho Nacional de Desestatização, incluímos logo nesse rol das privatizações o setor petrolífero, especialmente, com mais rapidez, a Petrobrás Distribuidora?

Por último, Sr. Ministro Pedro Malan, V. Ex<sup>a</sup>, em várias oportunidades, valendo-se da propriedade do professor que sempre foi, quando brilhou na grande universidade particular que é a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, tem insistido na questão da educação como fator de alavancagem do ensino nacional. Sabemos que os próximos serão séculos em que o conhecimento será fator fundamental para a competitividade das nações.

Mediante a medida provisória que dispõe sobre o Imposto de Renda, o Governo pune, de certa maneira, o setor privado, as escolas profissionais religiosas, laicas. Isso me preocupa, porque se o Estado, Sr. Ministro, não tem condições de atender ao imperativo constitucional de educação a todos do Ensino Básico Fundamental, 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus, consequentemente o setor privado supre a deficiência do Estado. Como puni-los, então, com a proibição da isenção e até da imunidade constitucional?

Seria o caso até de um questionamento das tecnicidades jurídicas, porque ponho dúvida até os aspectos constitucionais do problema. Mas, no meu entender, Sr. Ministro, se o setor público não é capaz de atender toda a demanda nacional por escolas em quantidade e, sobretudo, em qualidade, parece-me que se teria que encontrar um mecanismo compensatório – deixando de lado os questionamentos jurídicos – para essa perda das exceções, imunidades, sobretudo de escolas tradicionais que vêm prestando grandes serviço à formação da cidadania e de profissionais em nosso País.

Eram estas as preocupações que eu gostaria de levantar, neste momento.

*Durante o discurso do Sr. Paes Landim, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presi-*

*dente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heráclito Fortes, 1<sup>o</sup> Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Heráclito Fortes) – Para responder a S. Ex<sup>a</sup>, tem a palavra o Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Muito obrigado, Deputado Paes Landim, por suas duas ponderações. A primeira refere-se aos incentivos fiscais do Nordeste, como de resto o corte generalizado, isonômico, 50%, que estamos propondo. A nosso ver, o corte é parte integrante do conjunto de medidas, às quais estamos pedindo apoio e contribuição.

Acho que a questão que V. Ex<sup>a</sup> mencionou, o aprofundamento do processo de privatizações, merece ser tratada, sem dúvida alguma, mas não como uma troca em relação a outro componente do conjunto de medidas, porque não sabemos quanto tempo demandaria a continuidade do processo nessa ordem. Estou seguro que o Ministro Kandir terá algo a dizer, rapidamente, sobre o assunto.

Quanto à outra ponderação, o imposto de renda incidente sobre entidades na área de educação, meu comentário é o seguinte: imposto de renda só pagam instituições que têm lucro. Quem não tem lucro, entidades sem fins lucrativos, as que se declaram como tal não serão afetadas pela medida. Para falar com franqueza, já que estamos aqui num debate aberto, existem inúmeras instituições absolutamente sérias e corretas, que são instituições filantrópicas, mas existem também outras instituições – peço perdão por não mencionar nomes – que são conhecidas não apenas no âmbito do Governo, mas por um expressivo número de analistas, como "pilantrópicas". Essas têm lucro, apesar de serem consideradas instituições sem fins lucrativos. Acharmos que a medida não afetaria as instituições filantrópicas, sem fins lucrativos. Se não têm lucro, não terão imposto a pagar.

Mas talvez o Ministro Kandir queira dizer algo sobre a parte de aprofundamento do processo de privatização, preservação da proposta de redução de 50% dos incentivos fiscais e também sobre a questão das entidades filantrópicas.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kandir) – Prezado Deputado Paes Landim, em primeiro lugar, estamos realmente procurando ampliar o escopo do programa de privatizações. Nessa reunião do dia 19, abrimos a possibilidade de ser incorporado todo o patrimônio na União. Estudamos a possibilidade de estudar toda a

malha rodoviária federal. Já definimos um programa que abrange cerca de 15 mil quilômetros, que serão privatizados ao longo dos próximos três anos. Avançamos também no instituto do resseguro. Poderemos estudar outras alternativas, desde que obviamente isso não crie nenhum tipo de dificuldade, em função da existência de lei em algumas áreas, como, por exemplo, a área petrolífera, que impõe alguns condicionantes. Estaremos sempre estudando a possibilidade de aprofundar. Entendemos que o programa que temos hoje já é bastante ambicioso. A nossa expectativa, apesar de toda essa mudança internacional, é de ter privatizações no ano que vem que chegam a R\$30 bilhões, podendo chegar a R\$33, 34 bilhões. Já é um programa ambicioso, mas estaremos sempre estudando a possibilidade de ampliá-lo ainda mais.

*Durante a resposta do Sr. Antônio Kandir ao Deputado Paes Landim, o Sr. Heráclito Fortes, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, para a réplica, o Deputado Paes Landim.

**O SR. PAES LANDIM** (PFL-PI) – Sr. Ministro Pedro Malan, não há a menor dúvida de que, em todos os setores da sociedade civil, há os que desculparam as regras da ética e dos compromissos realmente sociais. Mas isso não justificaria, Sr. Presidente, esse é o meu questionamento, que se o Estado não cumpre as suas funções, e sabemos que as escolas públicas, entre outros problemas, estão em péssima qualidade e há greves constantemente, prejudicando a formação do cidadão comum, sobretudo dos pobres ou da classe média, que, às vezes, procura uma escola particular, porque a escola pública não atende à demanda de um bom ensino. Por que não criamos determinadas compensações no caso de escolas sérias que realmente prestam um serviço público da maior relevância, independentemente de serem do setor público ou do privado, pois este está suprimindo a deficiência daquele? É nesse sentido que a dispensa da isenção de Imposto de Renda, de certa maneira, pode estimulá-las a diminuir o nível de ensino, a remunerar mal os professores, prejudicando, conseqüentemente, a formação da cidadania, até porque as escolas públicas, nesse momento, não conseguem corresponder a esses anseios.

O rumo da educação brasileira está sendo muito bem conduzido pelo Ministro Paulo Renato. Mas é muito cedo para se pensar que, nos próximos anos,

somente a escola pública responderá essa necessidade de se alavancar a educação nacional e, conseqüentemente, promoverá em melhores condições o desenvolvimento nacional.

Muito obrigado.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (Bloco/PSB-PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (Bloco/PSB-PA) – Sr. Presidente, quando houve a proposta do Deputado José Genoíno e V. Exª se manifestou no plenário, entendi que V. Exª manteria a sessão enquanto Senadores ou Deputados Federais estivessem dispostos a fazer indagações aos Srs. Ministros.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em número regimental.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (Bloco/PSB-PA) – Veja bem, diante desse quadro, V. Exª deveria contribuir conosco e com a sociedade brasileira e manter a sessão enquanto os Parlamentares estivessem dispostos a questionar os Ministros. Esse é o meu entendimento. Mas, se V. Exª não pretende conduzir dessa forma, encerrando quando não houver número regimental, se essa for a decisão de V. Exª, deveríamos mudar a forma de questionamento para permitir que muitos que estão aqui durante horas possam fazer suas indagações. Ainda defendo que devêssemos continuar independentemente do número de Parlamentares presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Como V. Exª está defendendo isso, atenderei à solicitação de V. Exª.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (Bloco/PSB-PA) – Agradeço a V. Exª a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (PPB-SC. Para interpellar.) – Srs. Ministros, desejo, mais do que fazer um questionamento, solicitar aos Srs. Ministros que nos dêem alguma informação sobre que providências o Brasil pode ajudar a obter junto ao FMI e outros órgãos próprios do sistema financeiro internacional, até porque o Brasil isoladamente teria condições muito difíceis e precárias para tentar o objetivo, para estabelecer regras adequadas ao interesse nacional, no caso do Brasil e no caso de outros países que têm sofrido os efeitos da atuação do chamado capital volátil, capital especulativo – prefiro chamá-lo dinheiro de motel. Para não assustar ninguém da indústria própria, uso essa expressão no sentido de

ser um dinheiro que tem interesse de passar uma noite e não constituir família em um país. O que é possível fazer para que as economias possam auferir alguns benefícios e não sejam submetidas aos sobressaltos e prejuízos, muitas vezes imensuráveis, da atuação deste capital especulativo por todo o mundo?

Lembro que seria importante saber qual a tributação existente, hoje, em termos de IOF, para os recursos do chamado Anexo 04, da CC-5\*, referidos, há pouco, pelo Senador Vilson Kleinübing.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)**

— Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Pedro Malan)**

— Muito obrigado, Senador Esperidião Amin. Posso assegurar-lhe, acelerado pelo que aconteceu no México, particularmente desde o início deste ano, no sudeste asiático e, agora, na Coréia, um processo de crescente interação e diálogo sobre essa questão de regras, como objeto de cooperação internacional, por definição, que procurem levar em conta essas vulnerabilidades, associadas a um mundo marcado por essa maior integração no que diz respeito à dimensão financeira. Não é algo simples. Mas, o fato é que desde 1995 o mundo vem-se movendo para aprofundar essa discussão. Quero crer que esse movimento, essa discussão adquirirá uma nova velocidade a partir de agora. Por exemplo, daqui a duas semanas haverá uma reunião na América Latina, em Santiago, no Chile, país que também impõe, como nós impomos, certas restrições, a certo capital de mais curto prazo, embora por métodos diferentes, com todos os Ministros da Fazenda do continente americano. Estarão presentes o Secretário do Tesouro norte-americano e o Ministro da Fazenda do Canadá, exatamente para dar continuidade a uma discussão que tivemos sobre isso e que começou numa reunião desse tipo, com Ministros da Fazenda, em Nova Orleans, no ano passado. Essa é uma matéria que tem sido crescentemente discutida no âmbito do Fundo Monetário Internacional e o foi também de novo agora na reunião de Hong Kong. e é crescentemente discutida no âmbito do Banco de Compensações Internacionais, do qual somos hoje um membro pleno, somos acionistas, com aporte de capital no BIS.

Assim, essas coisas são complexas pela sua natureza, mas posso assegurar-lhe que há um crescente interesse nacional e internacional na definição de certas regras prudenciais nessa área e naquilo que está sendo crescentemente, percebido como a grande lacuna que temos hoje, no âmbito da econo-

mia internacional; ou seja, hoje todo e qualquer estado, nação ou país tem o seu emprestador de última instância, que é o banco central, mas ainda não existe ainda tal figura no contexto internacional. Esses pacotes que são montados às pressas, sob a égide do FMI, constituem o embrião de algo que pode vir a ser no futuro a figura do emprestador de última instância, que, até agora infelizmente, só surge depois que a crise já se instalou e não de maneira um pouco mais preventiva, procurando se antecipar à crise e não entrar depois que o custo é muito maior, que a crise já se manifestou.

Por último, sobre essa questão do capital especulativo, devo lembrar mais uma vez que estamos num processo crescente de melhoria da qualidade do capital que financia nosso déficit em conta corrente. Neste ano, mais da metade do déficit de conta corrente brasileiro será financiado por investimento direto — que não é capital de motel, que não é capital volátil, que não é capital de curto prazo — e no ano que vem, quando todos os analistas já prevêem uma queda substancial do nosso déficit em conta corrente e ninguém prevê uma queda na entrada de investimento direto, teremos uma proporção bem maior, seguramente, que alguns estimam em mais de 60%, alguns chegam a estimar até dois terços do déficit em conta corrente, mais reduzido no ano que vem, financiado através de investimento direto que não é capital volátil.

Sobre a tributação que existe hoje sob a forma de IOF, nós a temos alterado desde o segundo semestre de 1994. Ora aumentamos, ora baixamos o IOF em função da nossa percepção sobre a situação internacional. Ele não é um imposto arrecadatório, mas regulatório de fluxos internacionais.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (Antonio Kandir)** — Gostaria apenas de complementar dizendo que, além dessa questão

específica do emprestador de última instância, de maneira mais organizada e automática, o que é uma necessidade, o Brasil tem tido um papel de destaque na discussão sobre a importância de se estabelecer algumas formas melhores de controle para o capital de curto prazo. E aqui quero destacar a atuação da delegação brasileira, capitaneada pelo Ministro Malan e pelo Sr. Gustavo Franco de justamente na última discussão do FMI, quando havia a idéia de avançar um pouco na discussão de uma maior liberalização nessa área, o governo mostrou prudência e liderança, ressaltando a importância de se aprofundar essa discussão para que não se caminhe para um processo de falta de governabilidade também nessa

matéria. Assim agindo, a delegação brasileira colaborou muito para que esse assunto seja discutido em maior profundidade, como vai acontecer agora.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB-SC)** – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar, à guisa de réplica, o seguinte. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem endereçado às autoridades internacionais, aos chefes de Estado, especialmente os do G7, colocações muito pertinentes a respeito dessa preocupação. Acho muito triste que o empresário, o empregado, o trabalhador fiquem à mercê do dinheiro administrado de forma mais desnaturada no mundo. Creio que o Brasil pode exercer uma função de liderança singular na busca de um processo não de moralização – não seria pertinente – mas de adequação aos interesses de cada país do uso desse capital especulativo. Por quê? Porque o Brasil tem diante de si aquele que talvez seja, em termos absolutos, o mais amplo programa de privatização do mundo, que é aquele que atrai o dinheiro antípoda a esse, de natureza diametralmente oposta ao capital especulativo.

O Brasil sofre a cada vez que um trabalhador deixa de ter emprego por causa da ação tida como "natural" desse capital e por isso acho que todos nós devemos ficar revoltados, no mínimo. O Brasil tem essa possibilidade de liderança viabilizada por seu amplo programa de privatizações – exemplo simbólico pode ser dado com o programa de privatização na área de telecomunicações. Com tal programa, temos possibilidade de atrair "dinheiro bom", segundo o nosso interesse, e por isso podemos liderar singularmente um esforço internacional no sentido de domesticar uma força livre de mercado, que é a especulação.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (Antonio Kandir)** – V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão quando diz que, de fato, temos a capacidade de atrair um capital de investimento de mais longo prazo. Ficou provado agora na última privatização – privatização da Enersul – quando três grupos estrangeiros apresentaram propostas com ágio muito elevado, a saber, a Enron, empresa americana, apresentou proposta de ágio de cerca de 65% sobre o preço mínimo; a CMS, também uma empresa americana, apresentou proposta com ágio de 63% e a Tracionel, empresa belga, apresentou proposta com ágio de 30%. Temos, de fato, e isso nos dá muita confiança, capacidade de, por intermédio do programa de privatizações, atrair capitais para as privatizações, mas também para investimentos que passam a ser atrativos, na medida em que a competitividade

da economia brasileira vai crescendo. Por essa razão, estamos muito confiantes em que realmente podemos financiar os nossos problemas de déficit em transações correntes com investimentos estrangeiros diretos.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPB-SC)** – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)** – Com a palavra o Ministro Pedro Malan que gostaria de fazer um comentário pertinente ao assunto e importante para melhor esclarecê-lo.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Pedro Malan)** – Acho que o Senador levantou uma questão muito importante, que diz respeito à possibilidade do exercício por parte do Brasil de um papel de maior liderança em foros internacionais nessa questão.

Posso-lhe assegurar que temos sido ativos em foros internacionais. V. Ex<sup>a</sup> mencionou as iniciativas do Presidente Fernando Henrique Cardoso nessa área. Mas me permita fazer um comentário rápido.

De longa data, tenho a visão de que, apesar de ser verdade o fato de que o Brasil é o quinto maior país do mundo, em termos de população e de extensão territorial, a oitava ou nona maior economia do mundo, em termos do tamanho do seu Produto Interno Bruto, e uma das vinte nações que estão à frente do comércio internacional, todo o mundo sabe disso. O resto do mundo tem conhecimento dessa questão; não adianta reiterá-la.

No fundo, as possibilidades desse exercício do papel de liderança, para não dizer do papel ativo, são tanto maiores quanto mais – volto ao meu tema recorrente – sejamos capazes de mostrar a nós mesmos e ao resto do mundo que podemos equacionar e lidar com os nossos problemas domésticos. É isto que dá estatura, prestígio e liderança a um país: mostrar que existem problemas na área econômico-financeira, na área político-institucional e na área social e que o país está sendo capaz de equacioná-los ao longo do tempo.

Eu não poderia concordar mais com o Senador, já que penso que podemos e devemos ter uma visão de longo e médio prazo, com a qual o Brasil poderá assumir uma postura cada vez mais pró-ativa nesse tipo de discussão, dada a importância desses temas para nós hoje e no futuro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)** – Concedo a palavra ao Deputado Lindberg Farias.

**O SR. LINDBERG FARIAS (Bloco/PCdoB-RJ)** – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente Michel Temer, Srs. Ministros Antonio Kandir

e Pedro Malan, quero começar a minha intervenção referindo-me a um chargista da **Folha de S. Paulo**, o Angeli, que, ontem ou anteontem, publicou, na segunda página desse jornal, uma charge em que tecnocratas estão dentro de um bloco de gelo e uma legião de mendigos, de pessoas que passavam fome, na frente, e os tecnocratas não percebiam o que estava existindo fora daquele cubo de gelo.

O funcionário público, a classe média brasileira, vive momentos de terror, está atormentada com o aumento do Imposto de Renda, com o pedido de demissões, com o aumento dos juros, que chega, para o cidadão comum, que deve no cheque especial, a algo em torno de 9 a 10% ao mês.

Então, primeiramente, quero fazer esta pergunta ao Ministro Antonio Kandir e ao Ministro Pedro Malan: será que daria para V.Ex<sup>as</sup> se imaginarem na condição de funcionário público, com medo de demissão neste momento, com dívidas no cheque especial, com aumento de Imposto de Renda e ao mesmo tempo às vésperas de Natal. Ministro Pedro Malan e Ministro Antonio Kandir, analisando sob o prisma do funcionário público, da classe média, que sentimento V. Ex<sup>as</sup>. teriam neste momento? Seria de terror, de medo? Que atitude V. Ex<sup>as</sup>. teriam se estivessem na pele de um funcionário? Qual seria a atitude? Seria aplaudir a decisão de Fernando Henrique Cardoso em trazer esse pacote? Ou seria de fazer protestos nas ruas?

A segunda pergunta que quero fazer é se V. Exas. conseguem achar, nos 51 pontos desse pacote, alguma medida, mais discreta que seja, que atinja ou pelo menos que incomode banqueiros ou especuladores?

A terceira pergunta que tenho a fazer é: no começo, quando surgiu a crise, o Governo brasileiro dizia que não tinha nada a ver com essa crise, porque ela era um problema internacional. Entretanto, o fato é que a crise achou solo fértil aqui no Brasil. Pergunto a V. Ex<sup>a</sup> se dá para, neste momento, fazer um balanço dos erros também. Pergunto, por exemplo, ao Ministro Pedro Malan: será que V. Ex<sup>a</sup> concorda com a afirmação do Presidente do Banco Central, Gustavo Krause, quando estourou a crise no Sudeste asiático, de que achava que seria bom para o Brasil, porque iria trazer capitais? Quais os comentários que V. Ex<sup>a</sup> tem a fazer sobre essa afirmação?

Há outra pergunta, ainda no aspecto dos erros: será que não dá agora para admitir para a Nação, para os Senadores e Deputados, que existiu erro na questão cambial? Hoje praticamente há consenso entre economistas de direita e de esquerda de que

houve erro quando o Governo não desvalorizou a moeda no momento adequado. Será que, neste momento de crise violenta em que vivemos, não seria melhor o Governo admitir "erramos ali; deveríamos ter desvalorizado a moeda naquele momento"?

Concluo a minha intervenção, tentando fazer uma análise futura sobre qual seria o cenário nacional se esta crise persistir. Um cenário é de desvalorização da moeda, que, creio eu, apesar de achar que o Governo errou no passado ao não desvalorizar a moeda no momento apropriado, essa é uma medida – quero saber a opinião do Ministro Antonio Kandir e do Ministro Pedro Malan – pelo menos de risco, porque pode vir um ataque especulativo em cima e desvalorizar, não na mão certa, digamos, 10% 15%, mas talvez desvalorizar violentamente a nossa moeda.

A outra saída que se vê, que se discute, é ir ao FMI. Existiu nesta semana uma polêmica entre o Ministro Pedro Malan e o Presidente do Banco Central, Gustavo Franco, sobre a ida ao FMI. O Ministro Pedro Malan chamou de "bravata nacionalisteira" a ida ao FMI. Talvez, nesse caso, achamos aí, pelo menos, uma identificação de opinião com o Presidente do Banco Central, Gustavo Franco. Acho também que é perda de soberania, não por fazer o acordo com o Fundo Monetário Internacional, mas pelas exigências do Fundo Monetário Internacional, exigências que, com certeza, o nosso povo não agüentará mais pagar, haja vista o acordo que foi feito na Argentina agora.

Queria, então, introduzir um terceiro cenário. Esse terceiro cenário é sobre a questão dos juros tanto da dívida interna, como da dívida externa. Houve um estudo na Câmara que mostrava que, por mais que esse pacote tivesse a intenção de cortar 20 bilhões, o aumento socialmente exagerado de juros naquele período ultrapassaria, em juros que teríamos que pagar, essa quantia. Creio, Sr. Presidente, que se trata de uma crise no sistema como um todo.

Qual a opinião do Ministro Malan e do Ministro Kandir sobre a possibilidade, sim, de discutirmos a suspensão do pagamento de juros da dívida externa ou talvez um alongamento do perfil da dívida interna. Acho que sim; essa seria uma saída mais apropriada ao grau de crise em que estamos vivendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)  
– Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)  
– Muito obrigado, Deputado Lindberg Farias. Não tive o prazer de ver essa charge da **Folha de S.**

**Paulo** a que V. Ex<sup>a</sup> fez referência, que apresenta supostos tecnocratas num bloco de gelo, separados do conjunto da população.

V. Ex<sup>a</sup> perguntou se eu ou o Ministro Kadir poderíamos nos imaginar na condição de funcionário público. Respondo a V. Ex<sup>a</sup> esclarecendo-lhe que sou funcionário público há 31 anos. Nunca fui outra coisa na vida, nem o pretendo ser. Vivo do meu salário, exclusivamente do meu salário, em todo esse período. Também tenho problemas de adequar os meus recebimentos, do meu salário exclusivamente, aos gastos e orçamento da minha família. Portanto, não é difícil, para mim, Deputado, imaginar o que eu seria, como condição pública, como se eu fosse uma pessoa que não tivesse essa característica ou que não tivesse todos os problemas que tem qualquer brasileiro ou brasileira, de viver respeitando, de alguma maneira, os seus rendimentos e adequar seus gastos e a sua capacidade de endividamento aos seus rendimentos. Creio que isso se aplica à esmagadora maioria das pessoas que conosco trabalha. Também são servidores públicos, devo dizer, exemplares e que, obviamente, não têm frieza alguma, distanciamento em relação ao conjunto dos problemas que vive – não de hoje, mas de longa data – o cotidiano do brasileiro e da brasileira.

Simplesmente achamos que é muito fácil, ou melhor, não seria nada difícil, para qualquer um de nós, fazer, diariamente, um discurso contra a fome, a miséria, a pobreza, a opressão, a violência, a injustiça, a exclusão, os desequilíbrios da distribuição de renda e riqueza que marcam, há século, a História deste País. Sabemos disso, sabemos quão difícil será caminhar no sentido de equacionar esses problemas ao longo do tempo, sem mágicas, piruetas e demagogias de todo o tipo. Não adiantaria discurso sobre isso porque essa é a dura realidade que temos que enfrentar e superar – e estamos fazendo, com a dimensão intertemporal adequada, a nosso ver –, sem promessas mirabolantes, fadadas a frustrar as expectativas daqueles que acham que esses problemas têm solução imediata. Quando aparentemente o tem, é porque alguém está apostando que a inflação, que será gerada por essas tentativas, não apenará os pobres por intermédio do imposto compulsório, que é a inflação, que medidas generosas podem engendrar sem se preocupar com o seu impacto inflacionário.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, sobre a questão das medidas que afetam o sistema financeiro, já respondi essa pergunta. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> estava presente, mas chamei a atenção para a lei com-

plementar que está sendo encaminhada a esta Casa. Disse também que não é correta essa visão de que toda atividade do sistema financeiro nacional ou internacional é de especulação; é uma atividade importante de intermediação financeira, sem a qual nenhuma economia do mundo moderno pode sobreviver. Portanto, a idéia de que é uma "galinha dos ovos de ouro" esperando para ser taxada e tributada e de que aquilo não tem efeito algum, não corresponde exatamente à nossa visão, o que não quer dizer que não haja imposto e tributação que incidam sobre essa atividade. Assim como não quer dizer que muitos, muitos, perderam – e muito, Deputado – com a crise do período recente.

Sobre essa questão do Brasil como solo fértil para o medrar dessas dificuldades internacionais, V. Ex<sup>a</sup> pergunta se não era possível fazer um balanço dos erros. Tenho dito de longa data que, assim como não temos o monopólio da verdade e nem o reconhecimento em ninguém, também não temos o monopólio de erros, e também achamos que ninguém os tem. Creio que seria pouco apropriado, neste momento, à medida que sempre haverá um elemento de julgamento, quando é tão importante olhar a situação atual e entender o que está acontecendo e olhar para frente, tentar descobrir em que ocasiões teria sido possível fazer diferente do que efetivamente foi feito. Isso caberá aos historiados do futuro e não ao debate político do momento presente.

Sobre a desvalorização da moeda, direi em alto e bom som: não conheço qualquer economista sério e responsável – conheço, sim, muitos levianos e irresponsáveis –, que diga que o Brasil deveria dar uma maxidesvalorização da moeda no momento. Os que fazem essa afirmação, prestam um desserviço ao País, na medida em que atizam a atenção de especuladores que crêem que aquilo é uma possibilidade concreta e se posicionam em favor dela eventualmente.

Devo lembrá-lo de que o México tentou realizar uma desvalorização "controlada" de 15% no final de 1994, e o mercado colocou mais 85% acima dos 15% que o Governo mexicano tentou, com efeitos desastrosos, como é conhecido.

Sobre a ida ao FMI, devo dizer que essa chamada polêmica entre mim e meu amigo de longa data, Gustavo Franco, na verdade, é aquilo que chamei, outro dia, da Batalha de Itararé; aquela que não teve lugar. É uma perda de tempo procurar explorar grandes problemas e dificuldades em pequenas nuances e declarações. O que ambos dissemos na essência – e temos um bom relacionamento – foi

que, no momento, nós não estamos pensando solicitar empréstimo ao Fundo, nem o Fundo nos está sugerindo tal coisa. Portanto, a discussão não tem muito sentido. Apenas dissemos que, como qualquer país membro do Fundo, se um dia achar apropriado uma aproximação, o fará. Foi apenas isso. Não vejo novidades nessa questão e penso que foi uma perda de tempo essa tentativa de buscar intrigar duas pessoas que se conhecem há quase 20 anos, que trabalham juntos, intensamente, a cada cinco anos e que têm uma total afinidade nesta como, de resto, em várias outras áreas.

Sobre a questão do seu terceiro cenário, dívida externa e dívida interna, quero ser absolutamente taxativo.

Um dos maiores equívocos, lamentáveis equívocos, que poderemos cometer no momento atual é acenar com a perspectiva e a possibilidade de uma nova suspensão de pagamento de juros, como V. Ex<sup>a</sup> aventou sobre a dívida externa, ou seja, uma nova moratória e um outro confisco sobre a dívida interna. Não vamos fazer tal coisa. Quero dizer isso em alto e bom som, e se alguém sugere que pretende fazer tal coisa, que apresente a sua plataforma eleitoral à população brasileira, dizendo: "se eleito for, declararei uma moratória interna e externa, suspenderei os pagamentos e farei um alongamento compulsório dos prazos da dívida externa". Repito: não faremos tal coisa. Acredito que essa idéia é um desserviço ao País. Essa possibilidade sequer está em consideração pelo Governo.

Este Governo não considerou, não considera e não considerará qualquer uma dessas possibilidades mencionadas por V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Ministro Antonio Kádir.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kádir) – Gostaria de fazer dois breves comentários. Em primeiro lugar, dizer, com todas as letras, que, apesar de ser fã da arte do Angeli, tenho orgulho de pertencer a uma equipe que não tem somente o Ministro Pedro Malan, o Presidente Gustavo Franco e eu, mas também uma enorme quantidade de técnicos que dão orgulho, pela capacidade de, com enorme sensibilidade, desenvolver o trabalho que necessário e correto, do ponto de vista dos desafios que o País coloca. São todos funcionários públicos de longa data, que realmente têm sofrido toda a sorte de incompreensões; que trabalham 13, 14, até mesmo 15 horas por dia e sua carga horária é maior do que as pessoas da classe média sabem, mas, ao mesmo tempo, estão dispo-

tos a trabalhar com sensibilidade e, ao mesmo tempo, seriedade técnica.

Com relação a suas observações, queria só fazer um comentário sobre os chamados cenários. O Ministro Malan já colocou que realmente o Governo, em hipótese alguma, deve mudar sua política cambial. Mas quero lhe dar um esclarecimento do que aconteceria se eventualmente, por alguma razão, houvesse uma mudança descontrolada do câmbio e chegássemos a alguma coisa como, por exemplo, 20% ao ano. Se a inflação passasse de 4 para 20%, quem pagaria a conta? Seriam, em primeiro lugar, os trabalhadores. Ter-se-ia uma perda de salário real que, levando em consideração a massa de trabalhadores, significaria R\$16 bilhões perdidos pelos trabalhadores, se a inflação chegasse a 20%. Essa é uma hipótese conservadora se fizéssemos uma desvalorização descontrolada da moeda. Esses R\$16 bilhões que os trabalhadores pagariam por serem pessoas que percebem salários, por verem seu dinheiro perder valor ao longo do mês, somar-se-iam àquilo que se chama imposto inflacionário, ou seja, a perda de renda que os consumidores, principalmente os mais simples, têm no sentido de não conseguirem se defender na medida em que se tenha um processo de inflação. Aí ter-se-ia alguma coisa como R\$3 bilhões sendo perdidos.

Quer dizer, se tivéssemos a inflação passando de 4 para 20%, quem pagaria cerca de R\$19 bilhões seriam exatamente os trabalhadores e, de outro lado, a população que não tivesse capacidade de se defender da inflação.

O que nós preferimos fazer, na verdade, foi evitar que a inflação volte, porque isso significaria colocar a conta toda sobre o trabalhador e sobre aqueles que não podem se defender da inflação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Faria.

**O SR. LINDBERG FARIA** (Bloco/PCdoB – RJ) – Sr. Presidente, creio que fui atendido nas minhas perguntas. Mas a primeira constatação é que o Governo continua com o discurso da infalibilidade. O Governo não admite erros, a equipe econômica não admite erros nem quanto a questão cambial, que é algo visível aos olhos de todos de que houve erro em não ter desvalorizado a moeda tempos atrás.

A segunda constatação é que fica difícil para V. Ex<sup>as</sup> imaginar o sofrimento do funcionário público. O Ministro Pedro Malan disse que também é funcionário público – nós sabemos disso –, mas é um outro tipo de funcionário público, é funcionário público Ministro, não está passando o aperto que estão pas-

sando, por exemplo, os funcionários da Fundação Nacional de Saúde, aqueles que dedetizam as casas e que estão sob o risco de serem demitidos – aproximadamente seis mil funcionários.

Então, as respostas do Ministro Pedro Malan e do Ministro Antonio Kandir ficam, pelo menos, num sofrimento retórico, porque o sofrimento na pele, com certeza, V. Ex<sup>as</sup> não vão sentir, não vão ser vitimados por esse pacote fiscal. E acabam dizendo o seguinte: se o Ministro Malan diz que só os economistas irresponsáveis e levianos defendiam a desvalorização da moeda antes, entendo que S. Ex<sup>a</sup> têm que nominar aqui esses economistas. Estamos habituados a escutar discursos no plenário da Câmara de vários economistas que são Parlamentares e que falam justamente que o Governo errou quanto ao tempo da desvalorização cambial.

Pediria, já que o Ministro Malan tratou como irresponsáveis e levianos, que S. Ex<sup>a</sup> nominasse esses economistas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Sr. Ministro.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Muito obrigado, Deputado. Queria, mais uma vez, de público, reiterar o que disse várias vezes, inclusive no início da minha intervenção na Câmara: não temos, não pretendemos, nunca pretendemos ter e não reconhecemos em absolutamente em ninguém essa característica da infalibilidade. Todo ser humano, toda e qualquer análise é precária, falível, está sujeita a análises, controvérsias e avaliações diferentes de julgamento. Portanto, é uma leitura equivocada ou politicamente servindo a outros propósitos daqueles que procuram nos apresentar, como nos apresentando à sociedade como infalíveis. Isso não existe. Erramos, como erra qualquer governo ou como erra qualquer ser humano. Estamos prontos a reconhecê-los como tais, quando achamos que é oportuno e adequado fazê-lo.

Sobre a questão da maxidesvalorização, quero repetir o que disse: não conheço nenhum economista sério e responsável que, hoje, na situação em que estamos, esteja sugerindo uma maxidesvalorização do real – reitero isso aqui.

Vou ser franco. Houve uma época, final de 1994 a início de 1995, que alguns economistas, que considero sérios e responsáveis, achavam que o Brasil deveria responder à crise mexicana com uma desvalorização do real. Fui contra e argumentei que uma desvalorização, naquela época, significaria que o Plano Real, a exemplo dos Planos Cruzado, Bresser, Collor I, Collor II, Verão, seria, ao cabo de al-

guns meses, apenas uma pálida lembrança daquilo que poderia ter sido. Teríamos jogado o real para o alto se déssemos uma maxidesvalorização que alguns economistas sérios, que respeito, achavam que devia ser dada, na época. Achei que seria um erro, naquela ocasião. Fui contra e a maxidesvalorização não foi dada. Estou dizendo que mesmo esses, que naquela época justificavam, hoje dizem, de público, que são contra uma maxidesvalorização.

Portanto, não cabe a mim apresentar os nomes. Cabe ao senhor dizer-me quais são os economistas que considera sérios e responsáveis e que, hoje, estão sugerindo uma maxidesvalorização. Eu não conheço.

Por último, concluindo, de novo na linha da infalibilidade e desse processo de delegação autoconferida. Ninguém pode-se atribuir, por delegação autoconferida, a idéia de que representa a profunda consciência nacional do País e que fala em nome do conjunto da sociedade brasileira, o conjunto da população, o conjunto dos excluídos, e que tem o monopólio da preocupação com o social. Quando digo que não somos infalíveis, não temos o monopólio da verdade e também digo que não reconhecemos em ninguém o monopólio da preocupação com o social no Brasil. Se eu avoco a mim o monopólio dessa preocupação, nego aos meus interlocutores o direito de se preocuparem também com essa questão.

Posso assegurar que nós – falo em nome de toda a equipe – temos as mesmas preocupações que o senhor com as nossas mazelas sociais. Talvez as expressemos de maneiras diferentes, em ocasiões diferentes; mas não nos consideramos com delegação autoconferida para dizer que temos esse monopólio e negar a outrem o direito de também expressar sua preocupação com as nossas mazelas sociais.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Vou prorrogar a sessão por 30 minutos.

Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR. Para interpellar) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, Srs. Ministros, tenho ouvido que, para que as medidas sejam eficazes, é imprescindível que passem à sociedade confiança.

Mas as medidas só passarão confiança à sociedade a partir do momento em que possamos confiar naqueles que as propuseram. Srs. Ministros, colo-me no grupo daqueles que confiam rigorosamente na equipe econômica do Governo, pela competência demonstrada em administrar, por todo este

tempo, um plano de estabilização, depois de períodos em que a inflação era, sem dúvida, o maior castigo sobre a classe trabalhadora deste País. Fico a imaginar, no cenário em que estamos, preocupados com o desemprego, qual seria a taxa de desemprego não tivesse o plano estabilizando a moeda e dando segurança aos empresários deste País? É o que mais importa para a geração de empregos.

Também, Sr. Presidente, não vou usar da tribuna, para fazer demagogia. Infelizmente, o Regimento não proíbe a demagogia e, às vezes, somos obrigados a assistir espetáculos demagógicos de discursos fáceis que nada acrescentam. Se estamos atravessando um momento de gravidade no País, é preciso seriedade na discussão das medidas que estão sendo colocadas em prática.

Coloco-me, sim, entre aqueles que confiam na equipe, mas, por confiar e por ter o Senado Federal a obrigação de aprovar as reformas que são cobradas por toda a sociedade, também sinto-me no direito de apontar aquilo que entendo poderia ser diferente para, a partir daí, iniciarmos uma discussão. Não vejam isto, Srs. Ministros, como um desejo de pegá-los no contrapé, mas como um desejo de contribuir para o aprimoramento do plano.

Refiro-me, Srs. Ministros, ao desdobramento dessas medidas, porque, sei, elas poderão ser mais ou menos eficazes por um determinado período, mas elas deixarão conseqüências para a economia e para o cenário social do País.

Tenho pensado nas conseqüências desse plano, no ano que vem, se nós não dermos um apoio efetivo, neste momento, aos projetos de curta maturação, apoio financeiro, e, nos projetos de curta maturação, se não apoiarmos, de forma vigorosa e corajosa, a agricultura brasileira. Por uma parte, a agricultura, por outra, os projetos de curta maturação.

Eu tenho visto o BNDES financiando empresas, nacionais ou estrangeiras, mas empresas que compram ações de estatais no processo de privatização, e não sei se isto é um passo à frente. Não sei se não estamos ficando no mesmo lugar no momento em que o dinheiro do BNDES, em vez de financiar investimentos para o desenvolvimento do País, gerando empregos, financia a compra do controle acionário de empresas estatais.

Também não consegui compreender, e faço esta pergunta com o respeito que tenho à inteligência e à competência dos Srs. Ministros, por que o BNDES financia, nos momentos em que as ações estão com valores baixos, a aquisição de ações — parece-me que foi de 1 bilhão ou de 1 bilhão e 300

mil o dispêndio do BNDES para financiar a aquisição de ações, dentre elas 300 milhões da Telebrás —, o que, no meu entendimento, também significa um apoio mais à especulação do que ao desenvolvimento do País e à geração de empregos.

Pergunto, Srs. Ministros — seria até uma sugestão —, se não seria o momento de dirigirmos todos os esforços dos agentes financeiros do Governo, BNDES e Banco do Brasil, para o financiamento de projetos de curta maturação, para financiamento da agricultura, de forma mais rigorosa, para evitar conseqüências desastrosas, como o desemprego, no ano que vem. É a pergunta que deixo.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) — Com a palavra o Ministro Antonio Kandir.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kandir) — Sr. Senador Osmar Dias, em primeiro lugar eu queria dizer da minha satisfação de ver que V. Ex<sup>a</sup> concorda com a linha básica das ações do Governo para a defesa do real.

V. Ex<sup>a</sup> disse, com muita propriedade, que, certamente, se não tivéssemos uma moeda forte, não teríamos atraído os investimentos que estamos atraindo; teríamos hoje uma crise muito mais profunda, se já não tivéssemos criado as condições para a constituição de uma confiabilidade crescente na moeda e na capacidade de ter investimentos com retorno.

V. Ex<sup>a</sup>, o que é extremamente correto, está preocupado com as conseqüências desse conjunto de medidas e com a necessidade do Governo agir. E estamos absolutamente de acordo, tanto assim que temos realmente procurado fazer que várias oportunidades de financiamento pelo BNDES, pelo Banco do Brasil e por outras agências do Governo passem agora a ser mais prováveis de ocorrer na medida em que se crie condições objetivas para garantir esses empréstimos.

V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que o BNDES, por exemplo, opera com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador — o FAT —, e não poderia ser de outra forma. Tanto o BNDES, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil precisam fazer empréstimos, mas precisam ter alguma forma de garantir os recursos, de tal sorte a não penalizar os fundos.

A atuação do Governo, por exemplo, no âmbito da pequena e média empresa, enfrentava problemas, em função da dificuldade do setor financeiro, que repassa esses recursos, não ter condições de fazer o repasse devido à falta de segurança quanto

ao seu pagamento. O que o Governo fez, então, e esta é uma iniciativa importante dessas medidas, foi pegar uma parte dos recursos das contas que estavam sem identificação no Banco Central — havia contas no montante de R\$700 milhões —, ou seja, pegamos R\$300 milhões dessas contas inativas e fizemos a base de um fundo de aval para pequenas e médias empresas.

É importante dizer que os R\$300 milhões permitirão financiamento de, no mínimo, R\$2,8 bilhões para as pequenas e médias empresas, e explico o porquê. Os R\$300 milhões, que estão em um fundo ligado ao Ministério do Planejamento, darão cobertura ao empréstimo que não foi pago. O Governo garantirá 60% do prejuízo. Vamos supor, então, em uma hipótese muito conservadora, que, de cada R\$100 que o Governo empreste, através do sistema financeiro, para as pequenas e médias empresas, 20 reais não sejam pagos.

Com R\$300 milhões, podemos garantir até R\$1,5 bilhão de empréstimos. Como o Governo vai participar com 60% do risco — na verdade, o setor financeiro vai ficar com 40% do risco —, podemos, com R\$300 milhões, viabilizar R\$2,8 bilhões de empréstimos para pequenas e médias empresas.

Para viabilizar isso, das oito medidas provisórias duas estão tratando desse assunto. Uma permite pegar R\$700 milhões das contas inativas e destinar R\$300 milhões para esse fundo de aval das pequenas e médias empresas, e R\$400 milhões, muito provavelmente, para crédito fundiário, justamente para facilitar operações, no setor agrícola, de pequenos e médios produtores, que também, por sua vez, têm dificuldade para oferecer garantias. Através, então, desses recursos, viabilizamos isso. Pela outra medida provisória, a segunda, há a formatação desse fundo, ou seja, ela estabelece o fundo de garantia de aval e as regras de funcionamento.

Esta é, então, a nossa resposta, e o BNDES tem agido, quero dizer com muita objetividade, de maneira cada vez mais competente. O BNDES não trabalha como o Orçamento federal. Não existe um cofre, ou melhor, uma quantidade ilimitada de recursos para serem emprestados. Funciona o BNDES como um banco ágil, que, na medida que exista demanda de recursos, pode captar novos recursos e financiar, obtendo inclusive lucro. O lucro, por sinal, está reforçando o caixa do Governo, através dessas medidas, pois o BNDES repassará R\$1 bilhão para o Tesouro Nacional. E ele tem lucro sempre que existe uma operação financeira rentável

Hoje, com o barateamento das ações, muitas empresas estão interessadas em comprar suas próprias ações. Elas não têm interesse na desvalorização forte das suas ações, por uma razão muito objetiva: se elas forem fortemente desvalorizadas, eventualmente começam a ter dificuldade de acesso a diversos créditos. Assim, é interessante, do ponto de vista das empresas, que possam comprar ações baratas. Isto ocorre tanto no Brasil, quanto no mundo. Aliás, o índice **Dow Jones**, no dia 29 de outubro, começou a virar a partir de um anúncio da IBM de que ia comprar US\$3 bilhões das suas ações, porque era um bom negócio.

Como é um bom negócio para as empresas, elas procuram o financiamento. O BNDES não está tirando dinheiro do Orçamento, mas pegando dinheiro e emprestando-o, e cobrando juros por esse empréstimo. Com o lucro dessa operação, ele aumenta a sua capacidade de financiar outros setores.

Então, o BNDES, sempre que houver demanda, pode financiar, obtendo até um rendimento adicional para investir em áreas sociais. É o que tem feito. A limitação que havia para uma atuação mais forte do BNDES e do Banco do Brasil era a inexistência de garantias de um sistema de fundo de aval, o que está sendo viabilizado por duas medidas provisórias que estão sendo propostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) — Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB — PR) — Eu gostaria apenas de fazer uma consideração. Fico satisfeito e aguardando que as medidas provisórias surtam esses efeitos, porque não vejo como ficarmos menos dependentes do resultado dos outros jogos para não cairmos para a segunda divisão, se não tomarmos essas medidas de apoio e de fomento aos investimentos no País, principalmente no que se refere a pequenos empreendimentos, que são mais capazes de gerar mais empregos.

Quero fazer aqui uma comunicação: os recursos do crédito rural estão atrasados. Embora as informações que chegam ao Governo não sejam essas, eles estão atrasados sim, pois tenho andado em regiões produtoras, onde o crédito não está chegando a tempo. E mais do que isso: a terceira parcela de liberação foi prorrogada para janeiro. Isso poderá empurrar o produtor para o banco, fazê-lo tomar crédito no mercado, a taxas de mercado, com custos médios, desse dinheiro que será aplicado na produção, impagáveis durante a colheita.

Por isso, eu pediria, neste momento, que houvesse uma atitude do Governo no sentido de agilizar

a liberação do crédito rural e estudar a questão do aumento do volume de crédito.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

\_ Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

\_ Muito obrigado, Senador Osmar Dias.

Em primeiro lugar, em nome de todos os que trabalham comigo, eu queria agradecer as suas gentis palavras e expressões de confiança e dizer que eu não poderia concordar mais com V. Ex<sup>a</sup> sobre a questão da importância de se agilizar os financiamentos do BNDES e do Banco do Brasil, principalmente para esses projetos, que podem ter uma duração mais imediata.

Com relação à questão do velho e tradicional problema de como fazer o crédito chegar com rapidez e de maneira capilar ao interessado final, vamos chamar o pessoal do Banco do Brasil imediatamente para sabermos o que está havendo, embora a informação que tínhamos era de que as coisas estavam caminhando.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela chamada de atenção e vamos olhar o assunto com a importância que ele merece.

Muito obrigado pela sua intervenção.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB \_ PR) \_ Muito obrigado, Sr. Ministro.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

\_ Concedo a palavra ao Deputado Laprovita Vieira. (Pausa.)

Concedo a palavra o Senador Lauro Campos.

**O SR. LAURO CAMPOS** (Bloco/PT \_ DF. Para interpelar) \_ Sr. Presidente do Senado Federal, Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Pedro Malan, Exm<sup>o</sup> Sr. Ministro Antonio Kandir, eu gostaria de começar depois de ter ouvido e anotado seis vezes a reiteração do ponto de vista equilibrista do Ministro Pedro Malan, segundo o qual tudo ou quase tudo deve ser feito para se alcançar o equilíbrio orçamentário.

Pois bem, tenho uma relação extraída do **Monetary International Fund**, uma publicação do FMI, que mostra que, de 1935 para cá, o governo federal dos Estados Unidos teve apenas três anos de ligeiro déficit orçamentário. Nos demais anos, peguemos aqui ao acaso 1970, déficit de menos US\$11,4 bilhões; 1975, déficit de menos US\$53 bilhões; 1983, déficit de menos US\$202 bilhões; 1987, déficit de US\$195,39 bilhões; 1988, déficit de menos US\$115,5 bilhões; 1989, déficit de menos US\$141,8 bilhões; 1992, déficit de menos US\$289 bilhões. E, a

partir de 1992, os Estados Unidos começam a reduzir seus gastos bélicos, seus gastos em defesa, gastos em dissipação e aí, então, vemos cair o seu déficit orçamentário à menos US\$116 bilhões, em 1996, e, este ano, soltando foguetes, esperam os americanos um déficit de menos US\$27 bilhões.

Portanto, se dispusesse de tempo e tivesse dados semelhantes em relação ao Japão, à França e a outros países do mundo, veríamos que, em absoluto, o capitalismo jamais provou que é capaz de viver e crescer durante lapso razoável de tempo sem ter déficit orçamentário.

Outra coisa: escutamos aqui várias vezes, reiteradas vezes algo que se chama sofisma de composição, problema ao qual Adam Smith, Malthus, Keynes e qualquer economista que se preze já se referiu. Dizia Malthus: se eu poupo, eu aumento a minha riqueza; se toda a população poupa, o país empobrece, vai à miséria, porque, poupando, não há demanda, não há investimento.

Portanto, aquilo que é verdade para uma pessoa individualmente não é verdadeiro para a sociedade como um todo. Keynes se refere a esse fato na sua **Teoria Geral**, onde diz que a maior parte dos erros que se comete em teoria econômica é justamente esse de aplicar para a sociedade como um todo algo que é particular, individual. Se o chefe de uma casa começa a gastar mais do que a sua receita, o seu ordenado, obviamente ele estará em maus lençóis. Mas se o comerciante, se o industrial gasta com o pagamento de seus custos justamente aquilo que ele recebe como receita de suas vendas, se iguala os seus custos, as suas despesas com os seus ganhos, ele não é comerciante, ele não é industrial, ele não é capitalista, porque o seu lucro é zero.

Portanto, como diz Marx, o objetivo do comerciante é aumentar, ao máximo, a diferença entre suas despesas e suas receitas. Hoje, esse equilíbrio nos é imposto em nome de uma falácia.

Em relação a isso, quero fazer um pedido de explicação, porque, nos meus 50 anos de estudo de economia - que devem ter sido burríssimos! -, não consegui entender a nova lógica, a neológica, a forma moderna de se levar a essa situação.

Eu apenas gostaria de lembrar que um grande historiador, um grande sociólogo chamado Perry Anderson\*, que, entre outras obras, escreveu **A Crise do Marxismo**, disse que, por meio dessas ilusões, uma civilização inteira costuma ir para o holocausto. Na União Européia, fixaram em 3% o déficit orçamentário. Se os Estados Unidos e a Inglaterra tives-

sem equilibrado receitas com despesas na época da Guerra, teriam perdido a II Guerra Mundial muito "neoliberalmente". No entanto, no final da Guerra, em 1945, a dívida pública dos Estados Unidos era de 119,9% do PIB norte-americano.

Desse modo, entre outras coisas, eu gostaria de saber o seguinte: por que tanto sacrifício, por que tantas restrições de gastos, por que tantas limitações de emprego, por que tanto sufoco, se, na realidade, vamos chegar a um ponto em que não há retorno, a um beco sem saída, ao qual nos conduzirá essa situação?

Estendi-me demais na primeira questão, e o tempo foi esgotado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Depois, haverá a réplica e a boa vontade de sempre.

Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

– Agradeço ao Senador Lauro Campos. É sempre um prazer ouvi-lo apresentar, com a eloquência de sempre, as suas convicções, da forma como faz.

Tranqüilizo-o, Senador: se o senhor anotou seis vezes a expressão da necessidade de um equilíbrio orçamentário no sentido de que teria que ser permanente, para todo o sempre; se o senhor anotou que a situação que estaríamos recomendando seria de um déficit fiscal zero para todo o sempre, o senhor nos interpretou mal. E eu gostaria de aproveitar a oportunidade para corrigir essa questão.

Assim como o senhor, eu, o Ministro Kandir também lemos nossos textos de Keynes e outros economistas citados por V. Ex<sup>a</sup>. Sabemos que existem comportamentos cíclicos na economia, que, por vezes, se justificam. São comportamentos do gasto público, que procuram lidar cíclica ou contracíclicamente, em um ou no outro sentido, quando é apropriado fazê-lo. Isso significa que um país pode, sim, experimentar períodos de déficit, e pode haver anos em que um superávit seja recomendável. Entretanto, em nenhum momento, sugerimos que o resultado deva ser sempre zero. Portanto, tranqüilizo-o em relação a esse aspecto. Nenhum de nós é equilibrista nesse sentido que V. Ex<sup>a</sup> entendeu.

Dito isso, e aceitando que um país pode – em alguns casos, é até justificado que tenha por um período prolongado de tempo – ter certos déficits, o problema é, Senador, a magnitude desse déficit e a forma pela qual ele é financiado. Essa é a questão relevante.

Vou deixar de lado os casos mais óbvios, como o de quando os países estão em uma guerra mun-

dial, em que, obviamente, a questão de controle de déficit passa a uma segunda ordem de considerações em relação a outros tipos de problemas, uma vez que o país está lutando pela sua sobrevivência, razão pela qual impõe enormes sacrifícios à sua coletividade. Deixando de lado essas situações de guerra, a situação normal de gestão de política macroeconômica no Brasil e em qualquer país do mundo – conheço os números que V. Ex<sup>a</sup> mencionou aqui –, deve-se reconhecer que era parte integrante do debate da economia norte-americana ao longo de todo esse período a necessidade de reduzir um pouco os déficits fiscais que experimentou aquela economia. Há que se reconhecer também que a economia norte-americana, há anos numa trajetória de crescimento sustentado, com inflação baixa, em larga medida é derivado da percepção de que estava sendo capaz de lidar com esse problema. Na verdade, Executivo e Congresso norte-americano chegaram a um acordo que se projeta até o ano 2002, que versa sobre compromissos formais que assumiu o Executivo e o Congresso norte-americano sobre metas de déficit fiscal para o ano 2002, que não é reduzi-lo a zero – há o superávit –, mas de mantê-lo sob controle.

No nosso caso, como fazíamos no passado? Novamente digo: através da inflação, do imposto compulsório sobre o pobre. A mim surpreende que aqueles que se dizem tão preocupados com o social, com a defesa dos pobres no Brasil, tenham pensado, durante décadas, que a inflação é um fenômeno natural, perfeitamente incorporado à nossa tradição e que, portanto, não era um problema tão grave assim, uma vez que sempre era possível responsabilizar alguém de fora: o especulador, o atravessador. No entanto, na verdade, o processo inflacionário brasileiro tinha muito a ver com a nossa incapacidade de manter sob relativo controle demandas, devo dizer, legítimas, racionais, razoáveis num país de carência como o Brasil.

O que fazíamos, Senador? Utilizávamos a inflação para, *ex post*, compatibilizar demandas excessivas sobre a disponibilidade de recursos na economia. Então, chegávamos ao final do ano com uma situação que parecia razoável de déficit fiscal, quando, na verdade, só o fazíamos, porque a inflação, ao longo do ano, tinha erodido no sentido de reduzir em termos reais os gastos nominais programados, enquanto que a receita estava, de certa forma, indexada.

Quando a inflação baixou, a natureza do desequilíbrio *ex ante*, para usar uma expressão que para V. Ex<sup>a</sup> é tão familiar, apareceu claramente. O Brasil

tem demandas, desejos de gastos que excedem de muito a capacidade de atendê-los. Digo isso porque vivo o drama das visitas dos meus colegas de Ministério que me chegam com argumentos absolutamente racionais, legítimos, corretos. O Brasil precisa gastar mais nas áreas de saúde, educação, transportes, conservação de estradas. Só que não temos recursos para atender à totalidade daquelas demandas, a não ser que voltemos a mandar a conta para os pobres através do imposto inflacionário. É a forma não desejada de financiamento do déficit que pretendíamos eliminar. Fora isso, as formas de financiamento do déficit dependem da capacidade do País em endividar o setor público seja interna, seja externamente. A capacidade de endividar externamente obviamente tem limites, algo que a crise atual mostrou claramente. Não podemos continuar imaginando que vamos conseguir administrar esse problema através de financiamento externo. Na verdade, o déficit em conta corrente é a expressão desse financiamento externo.

Temos claras limitações; portanto, precisamos aumentar o financiamento desse déficit. Quando não for possível fazê-lo, devemos tentar reduzi-lo para zero? Não, Lauro, não é isso: é baixá-lo. Cinco por cento do mundo é muito aqui e em qualquer país do mundo. Queremos baixá-lo. Para isso, devemos discutir uma forma de financiá-lo de forma não inflacionária, vale dizer, não mandando a conta para os pobres através do imposto compulsório da inflação. Além disso, para concluir, acho que este País tem dado muito mais importância e atenção ao volume de recursos utilizados para solucionar alguns dos nossos inúmeros problemas e dado menor atenção a dois outros aspectos que são também relevantes: primeiro, a eficácia e eficiência com que recursos públicos escassos estão sendo usados, em particular na área social; segundo, os mecanismos de transparência, fiscalização e controle do uso desses recursos não só pela agência que realiza o gasto ou o Ministério a que ela está subordinada como também pela sociedade em seu conjunto. Acho que deveríamos dar mais ênfase a essa questão.

Concluindo, digo que a questão fundamental a ser enfrentada por nós ou por uma futura administração que venha a trabalhar a partir de 1º de janeiro de 1999, segundo a decisão do povo brasileiro, é a que se refere ao setor público. Como modernizar o setor público, aumentar a sua eficiência operacional, como fazer com que ele possa devolver à população quantidade e qualidade de serviços públicos como contrapartida daquilo que a população entrega sob a

forma de tributos. A sociedade tem o direito de demandar que o Governo se comporte de maneira eficaz e eficiente nos seus três níveis. Essas são as questões fundamentais, nelas residem os grandes desafios, e não em outras áreas, guerras e querelas que não são a essência do problema. Como exemplo há a percepção equivocada, lamento dizer, que alguns extraem da nossa postura: pensam que apenas um déficit deve ser alcançado e mantido permanentemente.

Posso assegurar que também lemos Keynes e sabemos que não é essa postura adequada. Conhecemos falácias de composição e não estamos propondo que o comportamento de um indivíduo seja generalizado para o conjunto da sociedade.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Prorrogo a sessão por 30 minutos. Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos para réplica.

**O SR. LAURO CAMPOS** (Bloco/PT-DF) – Perguntar ao meu ex-colega de UnB e atual Ministro, Pedro Malan, o seguinte: qual a situação preferível: uma péssima ou outra pior ainda? Qual a situação preferível: uma inflação de 50% ao mês – já chegou até a 84% no tempo do Presidente José Sarney – com reposição mensal ou uma situação em que a inflação fica em 0,5% ao mês e ficamos 30 meses sem reposição, além de uma promessa deste pacote de que tão cedo não haverá reposição? Qual é a péssima e qual é a pior? Qual das duas V. Ex<sup>a</sup>, como bom funcionário público, preferiria sofrer?

Concluindo, para não haver dificuldade na cronometragem do meu tempo, V. Ex<sup>a</sup>, uma vez escreveu – e a coisa mais difícil do mundo é um economista escrever algo interessante – uma frase interessante e, por isso, não saiu mais da minha memória, nos anos 70 ainda. É que, de início, a dívida externa é como o rabo do cachorro. O cachorro abana o rabo. Ficamos satisfeitos porque estamos nos endividando para fazer obras públicas, estradas e ganhar eleição. Então, nós, cachorros subdesenvolvidos, independentes, abanamos o rabo de alegria. Vem mais dívida por aí, vem mais empréstimo! Depois, é o rabo que abana o cachorro. V. Ex<sup>a</sup>, se lembra? (Risos).

Acontece que estamos domindo com o inimigo. Atraíram esse capital volátil, que invadiu a nossa Bolsa, recheou as nossas reservas. E agora? Quando estamos dormindo com o nosso inimigo e o atraindo, alimentando-o com juros elevados, o que o inimigo faz? Ameaça sair, ir embora, largar essa amásia que o alimenta. O que fazemos? Dobramos a maior taxa de juros do mundo, para que esse ini-

migo continue a dormir conosco. Estamos viciados no ópio da dívida externa.

Então esta seria, para completar, a minha segunda questão.

Como é que podemos falar que estamos imunes, com uma muralha a nos proteger, quando, por exemplo, Klaus Friedrich, do Dresdner Bank, afirma que a nossa muralha brasileira é como a Linha Marginal: os alemães passaram por cima e que novos ataques virão, porque eles não são externos, mas internos, ameaça desse dinheiro especulativo nos abandonar. A ameaça é de dentro para fora e não de fora para dentro. Estamos realmente numa situação em que o Governo não pode fazer. Ele vive dizendo: "isso não podemos fazer! Não podemos mexer no câmbio. Não podemos reduzir a taxa de juros. Não podemos! Não podemos! Não podemos! Não podemos!"

Realmente, existe crise justamente por isso. Aquilo que deveria ser feito não pode ser feito. Essa é a confissão de que o Governo se encontra governado! O Governo está governado por essas variáveis internacionais sobre as quais o Presidente Fernando Henrique Cardoso diz não ter controle. Disse Sua Excelência: "Só tenho medo disso" E disse também, no dia 19 de junho, página 09 da **Gazeta Mercantil**: "Que o câmbio estava excessivamente alto e que foi o Collor quem errou". Sua Excelência é Deus! Ele não erra! Os outros podem ser classificados numa categoria menor, nesse céu em que ele se encontra, nesse paraíso em que ele se encontra. O Presidente Fernando Henrique Cardoso disse que quem errou foi o outro, Sua Excelência não erra.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Muito obrigado, Senador Lauro Campos. Começarei pela sua pergunta inicial. Qual a situação preferível: uma inflação mensal de 50% com reposição mensal de salários ou uma inflação de menos de 0,5% sem a existência de reajustes anuais de salários? Vou dizer claramente que, em princípio, nenhuma das duas. É um falso dilema ter de escolher uma ou outra das situações, estamos querendo não precisar viver nesse dilema.

Quero dizer que a primeira é absolutamente uma não-escolha. Não existe a menor possibilidade de um país estabilizar sua inflação em 50% ao mês – V. Ex<sup>a</sup> é um bom economista e sabe disso –; isso é hiperinflação e é daí para cima. Portanto, é uma questão absolutamente retórica. Na verdade, diria que não existe possibilidade de estabilizar uma infla-

ção em 20% ao mês, muito menos em 30, em 40 e muito menos ainda em 50. É uma situação absolutamente retórica.

Estávamos num processo hiperinflacionário. E de novo volto a insistir: num processo inflacionário quem paga a conta, majoritariamente, é o pobre; é um imposto compulsório sobre o pobre. Acho lamentável que aqueles que se dizem preocupados majoritariamente com os pobres achassem razoável aquele sistema, desde que os salários tentassem seguir atrás daquilo. E lamentável. Ouvi uma vez alguém dizer que não se importava com a taxa de inflação, desde que os salários tivessem indexados a ela. Isso é um total desconhecimento do que significa um processo hiperinflacionário para a maioria da sociedade.

Portanto, a situação preferível é nenhuma das duas, e a primeira não existe, na verdade. Nenhum país mantém uma situação como esta por um período prolongado de tempo. Hiperinflação não é só desagregação da moeda nacional, ou a incapacidade de reconhecer valores, mas é a desagregação também de padrões de conduta ética, moral, porque passa tudo a ser possível, as pessoas não têm mais referências, não apenas em valores monetários, mas também de outra ordem.

Portanto, não acho que seja necessário optar entre uma dessas duas situações mencionada por V. Ex<sup>a</sup>.

Sobre a questão da outra expressão, tinha a expectativa, depois de dezenas de anos de trabalho, de dezenas de trabalhos publicados, de anos de colaboração para a formação de geração de economistas, que eu pudesse ser conhecido em alguns ciclos por algo mais, de uma vez ter feito em um debate público, não o escrevi num texto, sobre uma questão na universidade, citei um provérbio inglês **the tail is wagging the dog**, o que seria numa tradução literal, algo como "o rabo está abanando o cachorro" em relação àquilo. Aparentemente em alguns círculos essa é a única lembrança. O dia em que eu morrer, no meu túmulo, aparecerá um epitáfio que diz: "Pedro Malan, 1943/1998, aquele que disse, que foi a única contribuição para a História da Humanidade, que uma vez repetiu um provérbio inglês que é famoso simplesmente o traduziu para o Português. Espero que pelo menos meus filhos possam lembrar alguma coisa a mais do que tenha feito na vida do que ter traduzido um provérbio inglês e o meu clamor para um reconhecimento que está baseado em outras coisas que não isso.

Dito isso, devo dizer que não acho que estejamos dormindo com o inimigo, não acho que estamos dependente de capital volátil. O Ministro Kandir mencionou aqui que somos o segundo maior País em termos de recepção de investimento direto do mundo em desenvolvimento; temos apenas a China na frente do Brasil, temos mais de US\$110 bilhões de estoque de investimento direto na economia brasileira. Entre 11% e 12% do total de investimento direto no mundo, no conjunto dos países em desenvolvimento. Isso não é capital volátil. Penso que isso vai aumentar com a continuidade do Programa de Privatizações.

Quanto à Linha Marginot, não tenho nada a dizer. Não é a minha visão. Acho que novos ataques podem vir. E aqui queria recuperar uma frase de V. Ex<sup>a</sup>, Senador, e recuperá-la dizendo que estou de acordo com ela. Quando V. Ex<sup>a</sup> diz que a ameaça é mais de dentro do que de fora, também concordo. Digo que a maneira de lidar com essa ameaça – volto aqui a um tema inicial e recorrente – é exatamente porque achamos que a ameaça é de dentro temos que fazer o nosso dever de casa, e mostrar que somos capazes de nos erguer à altura do desafio, fazendo o que deve ser feito aqui, internamente. Não por que alguém nos disse o que deve fazer. Não por que alguém sugeriu, mas por que achamos que é o correto fazer no momento. Se formos capazes de fazer isso, não precisamos ficar preocupados com ameaças que venham de fora.

Digo isso com tranqüilidade, porque, há anos digo que temos que acelerar esse processo de reestruturação do setor produtivo brasileiro, de reorganização, modernização do Estado, de redução do déficit fiscal consolidado, não para trazê-lo a zero, Senador Lauro, mais uma vez, mas redução dos seus níveis atuais, e temos que dar continuidade a esse processo de reconstrução institucional e consolidação de um Estado democrático de direito no País.

Caminhar lentamente nessa direção significa que estaríamos crescendo menos do que poderíamos, gerando menos emprego, reduzindo nossas mazelas sociais muito mais lentamente, e sempre disse, sendo percebidos como mais vulneráveis do que precisaríamos sê-lo por parte de quem nos olha de fora, do resto do mundo. Continuo mantendo a mesma posição. Temos que reduzir o nosso grau de vulnerabilidade, não para aplacar a ira, a sugestão ou a recomendação de alguém de fora, mas porque acho que é nossa responsabilidade fazê-lo para com o Brasil que olhamos para frente, aquele que vamos legar aos nossos filhos e netos no próximo século.

**O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF) – Exm<sup>a</sup> Ministro, *In the long run we are all dead.***

Se esses pacotes continuarem assim, num longo prazo, todos estaremos mortos. Então, tanto faz se o capital seja volátil ou não.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Lauro Campos, terminou a fase de V. Ex<sup>a</sup>.**

**O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF) – Long run, all dead.**

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Quero pedir aos Srs. Congressistas que relevem ter ultrapassado no tempo, mas é o respeito e a admiração que todos temos pelo Senador Lauro Campos que nos levou a essa tolerância, que é explicável.**

Com a palavra o Deputado Nilson Gibson.

**O SR. NILSON GIBSON (PSB-PE. para interpellar – Sr. Presidente do Congresso Nacional, ilustre, eminente, culto Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente da Câmara, constitucionalista, um dos mais entendidos na área do Direito, Deputado Michel Temer, Srs. Ministros, Deputado Antonio Kandir e Professor Dr. Pedro Malan, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, queremos argüir duas preliminares para que V. Ex<sup>a</sup> possa apreciar, preliminarmente, salvo melhor juízo, se achar conveniente deixar para posteriormente responder, não há problema, em decorrência de ser hoje a primeira sessão do Congresso Nacional, temos após o lançamento do "pacote" Fernando Henrique Cardoso.**

Sr. Presidente, sucede o seguinte: há uma incorreção no processo legislativo do "pacote" do Presidente Fernando Henrique Cardoso, acerca das medidas provisórias, com o objeto da legislação tributária, na conformidade do art. 146 da nossa Lei Maior, que dispõe, expressamente: "Cabe à Lei Complementar, legislar sobre normas tributárias". Concorda, nobre e ilustre Jurista, Senador Bernardo Cabral? Foi V. Ex<sup>a</sup> quem redigiu essa matéria, na Assembléia Nacional Constituinte.

Ora, Sr. Presidente, a medida provisória de autoria do Presidente Fernando Henrique Cardoso, estará em vigor, até por 30 dias. Veja, V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que a Lei Fogaça – emenda constitucional apreciada nas Comissões Técnicas Permanentes e pelo Plenário do Senado Federal – veda expressamente que a medida provisória regule matéria tributária. Esse texto foi redigido pelos membros do Senado Federal, já foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, segue para o Plenário.

Queremos apenas registrar que, inclusive, Sr. Presidente, está sentado à mesa de V. Ex<sup>a</sup> o autor de um projeto de lei complementar, que ficou denominado Lei Kandir, lei complementar.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, queremos argüir que V. Ex<sup>a</sup> deve devolver ao Poder Executivo esse pacote econômico que dispõe sobre a matéria tributária, porque veio como medida provisória.

A outra questão, Sr. Presidente, ainda em forma de preliminar é a seguinte...

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)** – Só advirto V. Ex<sup>a</sup> que suas preliminares podem tomar seu tempo.

Continue V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NILSON GIBSON (PSB-PE)** – Mas Sr. Presidente, data vênua, pela inteligência, a cultura e conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>; um dos homens mais preparados, principalmente na área legislativa, há de entender que é a primeira vez que temos uma sessão do Congresso Nacional, após o envio dessas medidas provisórias.

Acho que V. Ex<sup>a</sup> vai ser condescendente. Vou, rapidamente, argüir a segunda preliminar.

Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 1.595 está na 14<sup>a</sup> edição e agora veio revogando a Lei nº 8.112, de 12/11/90, que regulamentou o Regime Jurídico Único. Sucede, Sr. Presidente, que temos na Câmara dos Deputados a PEC nº 173, que está fazendo a reforma administrativa dentro dos mesmos conceitos, dentro das mesmas condições dessa reforma administrativa que agora vem através de uma medida provisória. Salvo melhor juízo, Sr. Presidente, é evidentemente um equívoco do Poder Executivo, que enviou para cá. E veja V. Ex<sup>a</sup>, ainda há outro equívoco em outra medida provisória, a de nº 1.602, de 14 de novembro de 1997. Temos a PEC nº 154, em que é relator o Deputado Mussa Demes, que está ali sentado, muito atento a nossa colocação. Veja V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que o Deputado Mussa Demes, apresentou um substitutivo e 25 emendas a essa PEC. Então, data vênua, penso que se trata, Sr. Presidente, de uma prejudicialidade, e peço a V. Ex<sup>a</sup> que examine a matéria e oportunamente decida, salvo melhor juízo.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)** – Examinarei a matéria com todo o interesse, mas me valendo sempre das luzes do Presidente Michel Temer, que é um grande professor constitucionalista, que preside a Câmara dos Deputados.

**O SR. NILSON GIBSON (PSB-PE)** – Todavia, ele pode ser professor em São Paulo, aqui, na Casa, é aluno de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, farei um parêntese, Deputado Arlindo Chinaglia, para dizer ao Ministro Pedro Malan que, se tivermos uma inflação de 5%, também rejeito 50%, todavia quem está pagando somos nós da classe média.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, formularei três indagações.

Um pequeno, médio ou grande empresário, por exemplo, que sempre honrou seus compromissos, solicita um financiamento de um banco para um projeto com a intenção de aumentar a sua produção e, conseqüentemente, postos de trabalho. Como as taxas mensais atuais são de 3%, e não sei se já aumentaram, ao final de um ano, pagaria de juros 43,41% do que foi emprestado. Com uma inflação prevista para esse ano em torno de 7% e sem a possibilidade de correção dos preços dos produtos, temos, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, uma defasagem de 30,41%. Pergunto, então, referindo-me ao Ministério da Fazenda e ao nobre e ilustre Diretor da Secretaria da Fazenda, o pernambucano Dr. Everardo Maciel, um dos homens pelos quais tenho grande respeito e admiração, ao dobrar taxas de juros anuais de 20% para 40%, essas empresas nacionais sobreviverão a esse aumento brutal, Sr. Ministro Pedro Malan?

Segundo, poderá a economia registrar, como já vem acontecendo, um desaquecimento ou uma brutal recessão com uma conseqüente quebraadeira?

Sr. Ministro Pedro Malan, solicito que V. Ex<sup>a</sup> anote essas duas primeiras indagações, pois farei as outras em seqüência para ganhar tempo.

O Ministro da Previdência, o Deputado Reinhold Stephanes, apresentou uma única proposta para o pacote Fernando Henrique: o cancelamento das isenções fiscais das entidades ditas filantrópicas. Pelos cálculos do citado Ministro, a renúncia fiscal dessas entidades é da ordem de 2,5 bilhões, sendo que 1 bilhão desse total é representado por entidades que cobram para prestar serviços ou têm braço financeiro, como – e V. Ex<sup>a</sup> sabe – é o caso das Fundações Bradesco, Golden Cross, Associação Cristã das Moças e, evidentemente, Fundação Roberto Marinho.

Pergunto: Srs. Ministros, por que essas entidades não entraram no pacote Fernando Henrique Cardoso? 1 bilhão é muito dinheiro! A Equipe que assessora o Presidente Fernando Henrique Cardoso não está com um discurso desajustado? O Deputa-

do Reinhold Stephanes solicita algo e os Ministros concedem outra. Não há, portanto, uma sintonia dos integrantes do primeiro escalão.

Sr. Ministro, o Governo gastou com publicidade – e esse é o assunto da última pergunta –, no ano passado, 475 milhões, sendo 115 milhões para a divulgação da Administração Direta e 360 milhões para as estatais, dentre essas a Petrobrás, que lidera os gastos com 91 milhões, seguida da Telebrás e do Banco do Brasil com 88 milhões e 82 milhões, respectivamente. Neste ano, a previsão é de 491 milhões, sendo 7 milhões apenas para o Programa Brasil e Ação.

Srs. Ministros, apenas um quinto desse valor corresponde ao cancelamento, proposto pelo Pacote Fernando Henrique Cardoso, de cerca de 10 mil bolsas de ensino de graduação e pós-graduação, ou seja, 12,5% de gastos para o próximo ano. O que vale mais para o Governo Fernando Henrique Cardoso: capacitar seus profissionais, assim como V. Ex.<sup>a</sup> – Ministro Pedro Malan, pode ficar certo de que o considero um dos homens mais preparados que, pelo menos nos 22 anos que tenho de Parlamento, conheci, como também o Dr. Gustavo Franco, um homem muito preparado e culto, muito embora tenha divergido da sua posição. Nessa ocasião, apóio V. Ex.<sup>a</sup>, porque o Brasil foi quem fundou o FMI –, e, dessa forma, concorrer em termos de igualdade com os países desenvolvidos, ou divulgar a mudança do logotipo da Caixa Econômica Federal?

Vale lembrar que, nos Estados Unidos, desde o período pós-Segunda Guerra Mundial, que V. Ex.<sup>a</sup> conhece bastante, em que foram desenvolvidos os alimentos solúveis, e, na Guerra do Golfo Pérsico, em que se desenvolveu a Banda "B", até as Forças Armadas custearam, Srs. Ministros, esses estudos.

São essas as indagações que queria fazer. Perdoe-me, Sr. Presidente, por ter me alongado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

– Quería agradecer ao nobre Deputado Nilson Gibson.

Com relação às suas preliminares, Deputado, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe, não sou jurista, mas gostaria de fazer duas observações sobre a questão de as medidas provisórias poderem ou não regular matéria tributária à luz da nossa Constituição.

A lei complementar a que V. Ex.<sup>a</sup> se referiu fala de normas gerais e não de normas específicas, como é o caso da MP nº 1.602. De acordo com a

avaliação, não minha, mas de juristas que foram obviamente consultados a esse respeito, à luz do nosso quadro constitucional...

**O SR. NILSON GIBSON** (PSB-PE) – Os juristas são do Governo.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – São os que temos.

**O SR. NILSON GIBSON** (PSB-PE) – Exato. Obrigado.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – À luz do quadro constitucional vigente, medida provisória pode sim regular matéria tributária, como de resto vem ocorrendo desde a promulgação da Constituição de 1988.

Peço que me perdoe por não entrar em discussão com um grande especialista na área, ainda mais estando cercado aqui por vários especialistas, no auditório, e aqui na Mesa estão três deles pelo menos.

Mas era isso o que gostaria de mencionar, e obviamente vale a pena aprofundar a discussão que V. Ex.<sup>a</sup> levanta em caráter preliminar.

Com relação às suas indagações, V. Ex.<sup>a</sup> mencionou a taxa de juros de 3,05% e disse que não sabia se já havia aumentado. Quero dizer que já baixaram; estão menores hoje do que os 3,05% a que se referiu. É claro, Deputado, que elas são insustentáveis e não podem permanecer nesse nível por um período prolongado de tempo. Tanto é que já começaram a baixar duas semanas depois da sua elevação, decidida em caráter emergencial, num momento em que estávamos sofrendo um ataque especulativo contra a nossa moeda. Essa foi a resposta correta e apropriada que o Banco Central deu naquele momento de emergência, como de resto qualquer outro Banco Central teria feito a mesma coisa naquele contexto, porque a alternativa seria perder totalmente o controle da situação, com conseqüências muito piores.

Nessa situação, obviamente não se pode pensar no seu efeito se ela permanecer por um período prolongado de tempo; toda a perspectiva é de que seja relativamente curta sua duração.

E aqui eu queria aproveitar para fazer um comentário sobre a diferença que existe entre aquilo que muitos viram como a queda excessivamente gradual da elevação de taxa de juros que fizemos em março de 1995, que muitos consideraram que ela começou a declinar a partir de julho mas num processo excessivamente gradual.

Quería fazer uma comparação com a situação atual. Naquela ocasião, elevamos a taxa de juros por duas razões: uma era a turbulência associada à cri-

se mexicana e a outra – muito mais importante, a que levaria ao fracasso do Real – é que estávamos numa economia clara e totalmente superaquecida: o Produto Interno Bruto crescendo a mais de 10% em termos reais; a indústria, a mais de 14%; as vendas, a mais de 25% e se aquele processo não fosse controlado levaria ao fim do Real. Foram essas duas razões que nos levaram à elevação naquela ocasião. Agora, seguramente não estamos numa situação de uma economia superaquecida. Portanto, uma das razões que havia naquela época não está aqui agora: a razão da turbulência internacional e a nossa resposta a ela, a não ser que haja uma dramática deterioração do contexto internacional nos afetando, o que esperamos que não aconteça, de novo. O início e a velocidade da queda – perdão por repetir o que disse em resposta a várias outras intervenções – será tanto maior quanto mais consigamos rapidamente implementar um processo de ajuste fiscal da magnitude do que propomos e possamos mostrar que estamos caminhando com determinação na direção de reestruturação da economia brasileira, de reorganização e modernização do Estado, que vem caracterizando o período recente e agora com maior intensidade, com maior sentido de urgência. Quanto mais esse sentido de urgência nos levar a ações e resultados concretos, mais rápido baixarão as taxas de juros, o que é de interesse de todos.

Quanto à questão do Ministério da Previdência, quero dizer que o Ministério da Previdência Social, Deputado, propôs não apenas uma, mas quatro ou cinco medidas que foram praticamente todas aceitas. A isenção da contribuição patronal, a que V. Ex<sup>a</sup> fez referência, só foi mantida para as entidades imunes, sendo, portanto, cobrável para as demais entidades.

Por último, sobre gastos de publicidade, serei muito franco: não é uma área que tenha qualquer participação no âmbito do Ministério da Fazenda e, por isso, não tenho qualquer comentário a fazer sobre a questão.

Com relação ao seu comentário comparando gastos de publicidade do Governo e suas várias empresas com alguns elementos do conjunto de medidas, em particular a taxa normal de renovação de bolsas e seus efeitos, quero dizer que temos recebido várias cartas e sugestões sobre o assunto, inclusive de pessoas do Governo. Estamos analisando-as com atenção. Mas quero dizer que a taxa de não-renovação desse tipo de bolsas era de 25% ao ano. Portanto, ao propor a metade, estamos propondo a não-renovação de 12,5%. Essa redução significa

uma em oito, o que não é algo tão dramático como parece à primeira vista, embora deva dizer que não poderia concordar mais com V. Ex<sup>a</sup> sobre a importância do desenvolvimento de uma capacidade técnica na área de pesquisa e ensino no Brasil, do qual o futuro deste País tanto depende.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Antes de passar para a réplica do Deputado Nilson Gibson, prorrogo a sessão por mais trinta minutos.

**O SR. NILSON GIBSON** (PSB-PE) – Usarei apenas um minuto da minha réplica. Ficou comprovado, Sr. Presidente, que há um desencontro entre os ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso.

S. Ex<sup>a</sup>, quando quis usurpar a competência do Presidente do Congresso Nacional para decidir a minha preliminar, foi de encontro ao Ministro Antônio Kandir. S. Ex<sup>a</sup> também apresentou projeto de lei complementar que foi aprovado e não disciplinava as normas tributárias, apenas um segmento dentro da situação de tributo.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que, nesses trinta segundos, faça um comentário acerca da viabilidade da implantação da chamada cesta de moedas e também um esclarecimento sobre o assunto, porque, sinceramente, não entendo a matéria, sou neófito.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Ministro Antonio Kandir, que foi citado.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antônio Kandir) – Prezado Deputado Nilson Gibson, primeiro gostaria de fazer uma observação sobre a lei complementar do ICMS. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que a Constituição estabelecia a necessidade de, uma vez promulgada a Constituição, que, em prazo relativamente curto, fosse feita uma lei complementar para disciplinar o ICMS.

O ICMS ficou provisoriamente disciplinado por um convênio – o chamado convênio ICM – que fez com que muitos Estados perdessem a sua capacidade de tributação, exatamente pela forma reiterada com que vários Estados estavam contestando junto à Justiça a cobrança do imposto em várias circunstâncias pela ausência de uma lei complementar. Nesse caso, havia a necessidade de uma lei complementar, que, infelizmente, por oito anos, não houve possibilidade de aprovação.

Em 1996, tivemos a oportunidade de discutir o assunto, houve um grande consenso no Congresso Nacional e foi aprovada uma lei complementar que disciplinou completamente a questão do ICMS.

Como um aspecto mais conspícuo, houve a questão da exoneração do ICMS sobre bens primários, sobre semimanufaturados e sobre o Crédito Financeiro de Bens de Capital. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem, já que acompanhou essa matéria detalhadamente, que, na verdade, foi uma lei geral para normatizar o ICMS.

Quanto à questão de publicidade, gostaria de fornecer uma informação complementar. As normas estabelecidas para o ano de 1998, no que diz respeito a corte de despesas e de custeio das estatais e ao corte de 15% nas atividades contempladas no Orçamento Geral da União, valem também obviamente para a questão de publicidade. Também as despesas de publicidade estão cortadas no nível de 15% do Orçamento Federal no que se refere às empresas estatais.

No que diz respeito às bolsas de estudo, V. Ex<sup>s</sup> sabem que todos nós compartilhamos da importância do sistema de bolsas. Não está havendo nenhum corte nas bolsas existentes. Está havendo simplesmente uma diminuição de 12,5% na verba disponível para novas bolsas. É preciso dizer que isso não necessariamente deve ser entendido como uma redução no número de novas bolsas. Basta que haja reformulação desejável de melhores critérios para a concessão de bolsas.

V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que, infelizmente, existem, em algumas áreas, alunos de mestrado, por exemplo, que acabam virando profissionais de mestrado. Passam 6, 7, 8, às vezes 9 anos, para apresentar uma tese de mestrado, o que não me parece adequado. O ideal é que as teses de mestrado e de doutorado se realizem em um prazo curto. Então, é possível – e deve ser feito – um processo de aperfeiçoamento para encurtamento dos prazos de apresentação de teses de mestrado e de doutorado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Em atenção ao Deputado Nilson Gibson, o Ministro Pedro Malan quer dois minutos para respondê-lo.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

– Deputado, primeiramente, o senhor mencionou a lei complementar de desoneração do ICMS, a nossa...

**O SR. NILSON GIBSON** (PSB-PE) ... que não é específica às normas tributárias; a apenas um segmento. V. Ex<sup>a</sup>, quando falou, o fez de modo genérico.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

– É. Mas o ponto para o qual eu gostaria de chamar a sua atenção, e a de outros especialistas, como vejo que é o senhor é especialista,...

**O SR. NILSON GIBSON** (PSB-PE) – Não, não sou. Sou do interior de Pernambuco. Sou muito modesto e humilde, V. Ex<sup>a</sup> pode ficar certo disso.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

– Não. A lei de desoneração do ICMS tem como fonte um outro artigo da Constituição, que é art. 155, § 2º, inciso XII e não o art. 146, como o senhor pareceu ter sugerido na sua intervenção inicial.

**O SR. NILSON GIBSON** (PB-PE) – Não, eu me referi ao art. 146, que dispõe sobre a lei complementar e elenca o legislador, no caso, o Senador Bernardo Cabral, que foi o relator da matéria. Referir-me a isso.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

– Como disse, não sou jurista. Portanto, não quero entrar em um debate com o senhor, principalmente em vista do adiantado da hora.

**O SR. NILSON GIBSON** (PSB-PE) – Desculpe-me.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

– Além disso, o senhor me pediu que falasse rapidamente sobre a questão de cesta de moedas.

**O SR. NILSON GIBSON** (PSB-PE) – Exatamente. A questão da cesta de moedas.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

– Serei muito rápido.

Como o senhor sabe, o real vem, ao longo de pouco mais de um ano, se desvalorizando em termos reais em relação do dólar norte-americano. Não porque tenhamos alterado a política, porque como a inflação caiu rapidamente e mantivemos o processo de correção da chamada minibanda, vimos melhorando progressivamente, em termos reais, em relação ao dólar norte-americano. E como há desalinhamentos do dólar em relação ao marco alemão ou ao iene, e agora em relação à moeda do sudeste asiático, o que eu teria a dizer sobre adotarmos com referência uma cesta de moedas e não o dólar? Essa é uma questão técnica que encanta gerações de economistas, mas a dificuldade, para ser muito franco, é a seguinte: é uma mudança que, uma vez feita, não pode ser revertida. Existem alinhamentos...

**O SR. NILSON GIBSON** (PSB-PE) – Não é melhor do que a desvalorização? Não seria melhor entrar na cesta da moeda e não adotar a desvalorização, juntamente com o ajuste fiscal?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Permita, Deputado Nilson Gibson. Não pode...

**O SR. NILSON GIBSON** (PSB-PE) – Perdão, está encerrado, Sr. Presidente.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

– É só para dizer que essa sugestão é apresentada

com freqüência, não é uma mudança trivial e não deve ser feita em momentos de grande turbulência e que, uma vez feita, não deve ser alterada. Fazer uma mudança dessa natureza e, depois, quando há uma reversão das paridades das moedas, se dizer "bom, agora não vale mais; quero voltar ao sistema antigo" não é uma coisa correta de ser feita.

Portanto, tem que ser analisada com cuidado e não deve ser feita em épocas de grande turbulência.

**O SR. NILSON GIBSON (PSB-PE)** – Perdome, Sr. Presidente. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)** – Com a palavra, o Senador Roberto Requião.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO (Bloco/PT-SP)** – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem, com base no art. 62 da Constituição e na Resolução nº 1, que é adenda ao Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)** – Então, para fazê-la, V. Exª se levante.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO (Bloco/PT-SP)** – Pois não.

Sr. Presidente, o Deputado Nilson Gibson iniciou a sua colocação, levantando duas preliminares. Esta é a primeira sessão do Congresso Nacional em que estamos apreciando, com base no art. 62 e na Resolução nº 1, a Medida Provisória.

V. Exª tem, com relação à Resolução nº 1 e o art. 62 da Constituição, a atribuição, como Presidente do Congresso Nacional, de, ao apreciar a Medida Provisória da reforma tributária, no caso do Imposto de Renda e a que corta incentivos, examinar – e faço essa questão de ordem, até porque tenho lido críticas de V. Exª ao aumento do Imposto de Renda – a possibilidade de devolver essa Medida Provisória ao Poder Executivo.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)** – Quando tratarmos do assunto, teria cabimento essa questão de ordem de V. Exª. No momento, estamos numa sessão do Congresso Nacional para ouvir os Ministros e a ocasião não é oportuna. Na ocasião oportuna, V. Exª terá a resposta.

**O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL-PE)** – Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)** – A Mesa agradece, mas não é necessário, porque a questão de ordem já foi resolvida.

Peço a V. Exªs que mantenham o ritmo de serenidade com que vem acontecendo a sessão e que prestigiem a ação do Congresso Nacional na vida pública brasileira.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)** – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR.** Para interpelar.) – Sr. Presidente, confesso que me sinto amedrontado ao fazer essa intervenção e colocar algumas indagações para os nossos Ministros. Amedrontado porque sempre há o risco de ser estigmatizado como inimigo do Brasil ou fazer uma proposta econômica irresponsável. Pensava que, para procurar a simpatia dos Ministros da equipe econômica, eu deveria iniciar a minha intervenção dizendo que não sou absolutamente contra, ao contrário, sou a favor do frango, da dentadura e do iogurte.

Mas quero começar abordando a inversão que se dá neste Plenário. O pacote econômico, esse embrulho de 51 itens apresentado ao Brasil, surge, nesta sessão Plenária, como um projeto de desenvolvimento para o País, quando, na verdade, é uma tentativa desesperada da equipe econômica de sair da entaladela em que se meteu, com alguns erros enormes na condução da política e da gestão do País, depois do inequívoco sucesso do plano de estabilização.

A entaladela, Srs. Ministros, é tão grande quanto a entaladela em que se encontraram os brasileiros quando o Ministro Antonio Kandir seqüestrou a nossa poupança.

Primeiro, o exemplo era o mexicano; depois, o dos Tigres Asiáticos; a Argentina era o norte e o caminho estava absolutamente certo. O México quebrou, a Argentina está em situação desesperadora e os Tigres Asiáticos se transformaram em gatinhos miando a clemência do capital financeiro internacional.

É uma entaladela, é uma situação, sem nenhuma sombra de dúvida, difícil, mas o pacote desesperado é apresentado como instrumento de alavancagem econômica, início de um projeto de desenvolvimento. Isto ele não é, seguramente não é.

Estamos procurando o equilíbrio fiscal ou o superávit fiscal e a estabilidade da moeda. Estamos tentando chegar na situação em que o Paraguai se encontra há 30 anos, porque aquele país tem superávit fiscal e tem uma moeda, desde Stroessner, de estabilidade absoluta.

Por outro lado, antes do pacote a política econômica apresentava uma utopia ao Brasil: vamos dar um salto para o Primeiro Mundo, vamos conseguir taxas de crescimento tão fantásticas que estaremos no mesmo nível dos países mais desenvolvidos do planeta.

Lester Thurow, Ministro Pedro Malan, em uma entrevista à **Folha de S.Paulo**, mostra que os Estados Unidos levaram 130 anos para conseguir a ren-

da **per capita** da Inglaterra; que o Japão levou 110 anos; e fazendo uma projeção para o crescimento do Brasil – se não me engano, pois a minha memória não é tão precisa quanto a dos Ministros em assuntos estatísticos –, com um crescimento de 5% ao ano, descontado o crescimento demográfico de 2%, ele disse que o Brasil, para chegar a ter a renda **per capita** dos países do Primeiro Mundo, levaria não mais e não menos que 100 anos.

Por outro lado, todos sabemos que a reprodução desses modelos, que os 400 e poucos milhões orçamentários destinados à propaganda vendem como a possibilidade do amanhã, é impossível, porque o planeta em que vivemos não comporta mais um nível de consumo energético e de materiais como o dos Estados Unidos da América do Norte, por exemplo, ou como o de países menores, mas com alto nível de vida, como os países europeus.

Estamos vivendo, então, uma inversão desse processo e, de repente, o Senador Lauro Campos nos revela, com precisão extraordinária, que os erros da política abanam a equipe, e que, sem sombra de dúvida, estamos numa entaladela.

O fundamental não é discutir o pacote, porque quem vier a discuti-lo acabará empacotado também. O fundamental é discutir a mudança do modelo, redirecionar as possibilidades da utopia nacional e não enganar mais – pois quando desligamos a televisão, o que subsiste do Governo é a equipe econômica, com seus erros e acertos. Não há gestão de Governo no País, não há política agrícola séria, não há política industrial, há somente uma abertura, que se iniciou com Ciro Gomes e provocou desastres como o do protocolo de Ouro Preto para o Mercosul.

O que há é o Congresso Nacional funcionando, por exemplo, com o **fast track**, uma via rápida, que não existe na nossa Constituição, que os norte-americanos rejeitam, mas que acabamos repetindo e confirmando, embora seja rigorosamente inconstitucional e negada pelo Supremo Tribunal Federal.

Quero resumir esta minha visão com uma pergunta baseada em dados do próprio Governo sobre o ajuste fiscal. Perseguimos o ajuste fiscal a caminho da situação paraguaia, não da situação norte-americana, francesa ou do Primeiro Mundo. Vemos aqui que, embora o Ministro Pedro Malan, em uma entrevista – não me recordo exatamente onde a ouvi – tivesse dito que o déficit fiscal nominal de 1996 era de 7.25 do PIB, segundo dados da Secretaria do Tesouro, em 1996 o déficit foi de 6.08 do PIB.

Para o ajuste do déficit, com reformas, pacotes, medidas provisórias, temos a quebra da estabili-

dade e demissão de funcionários. Se demitíssemos todos os funcionários públicos, inclusive os Srs. Ministros, não resolveríamos o problema do déficit fiscal, porque o peso do déficit primário, que é o do custeio e dos investimentos, no ano da graça de 1996, foi de 0.09% e, no ano da graça de 1997, está sendo de 0.68, para um déficit fiscal sobre o PIB, até agora, de 4.6, que aumentará em função dos juros.

Quero simplesmente entender as razões desse pacote, as razões dessa brutalidade que é a demissão de funcionários públicos – não que eu seja a favor da estabilidade –, da crueldade que é a demissão quando nos encontramos numa situação de economia recessiva no País. Sabemos que, na verdade, o déficit fiscal se deve única e exclusivamente aos juros. Os 7.25% do Ministro Malan, para 1996, corresponderiam necessariamente a 0.25% de custeio e investimentos, o total dos investimentos e dos salários dos funcionários.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Fazendo soar a campanha.) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua as suas palavras.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (PMDB – PR) – A conclusão é esta: para onde estamos indo? Por que essa inversão de valores? Por que a manipulação da opinião? Por que não a confissão franca da sucessão de erros – e tem errado muito a equipe econômica depois do grande acerto da estabilização da moeda. Por que não a franqueza e a sinceridade?

Por que uma proposta que se sustenta na televisão, mas que desaparece quando a televisão é desligada?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Ministro Antonio Kandir.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (PMDB – PR) – O Ministro Antonio Kandir já me seqüestra a poupança.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Vamos fazer o debate sempre com seriedade, como é lógico para o Congresso Nacional.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kandir) – Sr. Senador, respeito as suas opiniões, V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta liberdade de expô-las como quiser, esse é o seu papel, mas quero dizer que discordo profundamente da maior parte das suas observações.

Em primeiro lugar, não se trata de uma ação desesperada da equipe econômica. Na verdade, estamos no mesmo caminho que já vínhamos perseguindo. Já há algum tempo temos dito que precisamos reduzir o déficit público, que precisamos diminuir o déficit de transações correntes. O que estamos dizendo é que agora, dada essa circunstância

internacional, dado o fato óbvio que todos são capazes de enxergar, há uma diminuição objetiva na quantidade de crédito disponível em termos internacionais. Neste momento é preciso acelerar o passo, mas na mesma direção. Não estamos mudando a direção.

V. Ex<sup>a</sup> pretende mudar de direção. V. Ex<sup>a</sup> disse, nas suas observações, que é preciso checar o modelo. Nós estamos divergindo em relação a essa questão. Acreditamos que seja preciso continuar fazendo mais, mais forte, na direção que perseguimos. Não queremos voltar atrás. Não queremos voltar a criar déficits monumentais. V. Ex<sup>a</sup> deve se lembrar, porque fez referência ao que aconteceu entre 1989 e 1990, que em 1989 tínhamos um déficit operacional. É bom apenas sublinhar que os números que o senhor apresentou aqui, de 7%, são déficits nominais; agora, só para deixar bem claro, em 1989, o déficit nominal não era dessa ordem —, ou seja, sem levar em conta a inflação, de 6,9%; em 1990, ia para 9%.

Para se evitar um caminho como aquele, precisamos criar condições para ter o déficit sob controle, e o déficit está sob controle progressivo. Só para fazer a comparação, o déficit operacional, no ano passado, foi de 4,7%. Este ano, já estamos, nos últimos 12 meses, com um déficit operacional de 2,73%, e o nosso objetivo é reduzi-lo ainda mais. Por quê? Porque não podemos correr o risco de uma operação de ataque à moeda, que é normal num contexto de enorme redução da liquidez. Ou entendemos objetivamente a realidade, no sentido de que, de fato, existe uma propensão de se ser cada vez mais avesso ao risco — e, nesse sentido, é preciso ter a prudência de se criar condições para a redução do déficit — ou sim poderemos ter uma situação emergencial, que não é o caso. Quero deixar bem claro que temos todas as condições para enfrentar essa crise, e nós a estamos enfrentando de maneira adequada.

Não estamos apresentando — e creio que realmente houve algum problema de entendimento — um projeto de desenvolvimento. O projeto de desenvolvimento já está sendo construído a longa data. Na medida em que o Governo toma medidas concretas para estabilizar a moeda, ele recupera a base de um projeto de desenvolvimento, que, obviamente, não pode esgotar-se nisso. É preciso sim — e nesse ponto estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup> — políticas ativas nos campos agrícola, industrial e em diversas áreas. Políticas essas — V. Ex<sup>a</sup> não vai concordar — que estão sendo realizadas.

V. Ex<sup>a</sup> veja a atuação — volto a dizer — do BNDES; sabe muito bem que conquistamos com a

Embraer espaços no mercado internacional muito importantes, através de uma ação ativa. Não houve falta de atuação nessa área, como também no setor agrícola. Temos um conjunto de programas, o chamado Programa Brasil em Ação, que são iniciativas objetivas para criar condições do ponto de vista de infra-estrutura econômica e social.

Na área de exportação, eu poderia dar vários exemplos neste momento. Pegamos US\$400 milhões dos US\$900 milhões do Proex e demos competência para o BNDES agir na ação direta da exportação. Com esses US\$400 milhões de equalização de taxa de juros, alavanca-se US\$7 bilhões de exportação.

Não vou me estender mais, mas estou aguardando a réplica de V. Ex<sup>a</sup> para fazer novos comentários, se for necessário.

Porém, o Governo tem políticas agrícolas sim. A base do desenvolvimento é a estabilidade. O resto é demagogia, é venda de ilusão. Estamos dizendo aqui qual é a ação objetiva para superar esse momento; e a nossa ação objetiva não é mudar de rumo, mas acelerar, no rumo certo, de maneira mais ágil.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) — Concedo a palavra para réplica ao Senador Roberto Requião.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (PMDB — PR) — Mas, US\$400 milhões para alavancar a exportação é menos do que o Governo vai gastar em publicidade.

Não há ataque à moeda brasileira. O que há é rendição ideológica. É como se um jogador, na frente de uma banca de roleta, depois de perder todo o seu capital, dissesse que tinha recebido um ataque do **croupier**. Jogaram, jogaram mal! Estamos todos na mesma entaladela.

Penso que se faz necessário um esforço nacional, de todas as forças políticas, de todas as forças econômicas, dos trabalhadores, mas tem que haver uma luz no fim do túnel.

A utopia do caminho para o Primeiro Mundo, nos quatro anos da reeleição do Presidente, é uma proposta cínica, que não se sustentará porque será a ela contraposta a realidade. A realidade não continuará sendo aquela estampada nas telas da televisão, porque a realidade das ruas vai atropelar a imagologia montada pelo Governo até agora.

Sou Senador de um Estado que perdeu 50 mil propriedades agrícolas. Sou cidadão de um País que, segundo Guilherme Dias, perdeu 400 mil unidades produtivas agrícolas. Duas famílias subsistindo por unidade produtiva são quatro milhões de pes-

soas sem emprego. A isso a equipe econômica chama de desemprego setorial.

Não se pode mais exigir sacrifício sem um horizonte correto. Somos Senadores de um País onde 95% das indústrias são pequenas e médias; 99,16% do comércio é pequeno e médio e 99,56% dos serviços são pequenos e médios.

US\$400 milhões para exportação é um número rigorosamente ridículo, mesmo que possa alavancar os supostos US\$7 milhões. O País precisa de uma política séria de desenvolvimento, o País precisa sair da visão dos economistas liberais.

Quero encerrar com uma lembrança do nosso velho Severo Gomes sobre os economistas liberais, sobre as escolas econômicas americanas, sobre a escola econômica de Chicago. Severo Gomes dizia, a quem quisesse ouvir, que, nas escolas de Chicago, a que menos mal tinha feito à humanidade era a do Al Capone, que só funcionava em Chicago.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

— Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan)

— Muito obrigado, Senador Roberto Requião.

Em primeiro lugar, devo dizer que fiquei extremamente satisfeito em ouvir V. Ex<sup>a</sup> dizer que reconhece a necessidade de um esforço nacional no momento. Acho isso da maior importância.

Quero também aproveitar a oportunidade para, na linha do que disse o Ministro Antonio Kandir, dizer que não nos reconhecemos no comentário que V. Ex<sup>a</sup> fez, de que esse conjunto de medidas que apresentamos foi feito, de acordo com as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, como um projeto de desenvolvimento para o País. Em nenhum momento, fizemos tal coisa; pelo contrário, dissemos que tomamos uma medida de emergência porque era a resposta que tínhamos que dar a um ataque que houve sim, Senador, devo dizê-lo com toda a clareza. E, se esse problema não fosse contornado, hoje estaríamos discutindo outro tipo de matéria, e não a que nos trouxe aqui.

Também devo dizer, com toda franqueza — tenho certeza de que falo em nome de todas as pessoas que trabalham comigo —, que desconheço, não reconheço de minha parte, nem de ninguém que trabalha comigo a questão do salto para o Primeiro Mundo, durante o primeiro mandato Fernando Henrique Cardoso, como proposta do Governo. Pelo contrário, no discurso que fizemos, usamos sempre as palavras de um antecessor meu, de que "estamos no início do começo do princípio" de um processo de

reestruturação do setor privado, do desenvolvimento econômico e social, o que demandariam anos e anos de sucessivos governos. Não me reconheço com essas propostas ufanistas de salto para o Primeiro Mundo; em um período curto de tempo, nunca foi a minha visão.

Por último, devo dizer que, sobre a questão das pequenas e médias empresas, às quais V. Ex<sup>a</sup> mencionou recentemente — e que tem toda razão sobre a sua importância —, tomamos uma medida, dentre várias, que gostaria de lembrar a todos os presentes: criamos esse sistema simples, ao qual hoje estão filiadas mais de um milhão e setecentas mil micro e pequenas empresas, das quais 170 mil entraram, pela primeira vez, no mundo da formalidade, o que é uma enorme simplificação para a vida do contribuinte, do cidadão, que é dono de uma micro ou pequena empresa. Portanto, temos uma noção muito clara da importância que tem esse tipo de indústria para o futuro.

Sobre a idéia de que o País precisa ter uma política séria de desenvolvimento, entendemos, como disse o Ministro Kandir, que a temos.

Por último, não nos consideramos economistas liberais; nenhum de nós ensinou em Chicago, nem derivou dali qualquer ensinamento especial. Sabemos quão árdua e longa é a jornada para assegurar desenvolvimento econômico-social, num País que tem um passado de desigualdades, de desequilíbrios e de carências sociais gritantes como é o Brasil. Os problemas não podem ser resolvidos com mágicas, piruetas e propostas salvacionistas, que estão fadadas à frustração.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

— Prorrogo a sessão por mais 30 minutos.

**O SR. ROBERTO REQUIÃO** (PMDB — PR) —

Foi feita a réplica e a tréplica. Está encerrada a minha participação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

— Concedo a palavra ao Deputado Feu Rosa.

**O SR. FEU ROSA** (PSDB — ES. Para interpelar.)

— Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer; Sr. Ministro da Fazenda, Pedro Malan; Sr. Ministro do Planejamento e Orçamento, Antonio Kandir; Sr. Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Heráclito Fortes, inicialmente digo que foi extremamente feliz a idéia do Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães, de trazer para este sábado a continuação do debate sobre as medidas fiscais de competitividade do Governo. Essa discussão é enriquecedora

para todos. Na realidade, trata-se da continuação dos trabalhos que foram iniciados na Câmara, quando o Ministro Pedro Malan, o Ministro Antonio Kandir e todos os presidentes das comissões a que se referem as medidas puderam tecer suas considerações e responder às questões dos Deputados.

Numa espécie de parceria capixaba, estou aqui parcialmente representando meu colega de bancada, Marcos Vicente, para tornar mais eficaz o nosso trabalho de elaborar perguntas aos Senhores Ministros.

Infelizmente, relembrar o passado é uma necessidade constante, principalmente o passado mais distante, mas não é fácil. Normalmente, lembramos apenas do que é imediatamente anterior. A meu ver, é até uma injustiça tratar as medidas do ajuste fiscal como se constituíssem mais um pacote. De fato, encaro-as como medidas de ajuste e de competitividade, porque são medidas amplas e gerais. A primeira delas – estranho que não tenha sido enfatizado esse ponto pelos interessados em questões sociais – foi congelar, para 1998, 15% das despesas não relacionadas com educação, saúde, assistência social e reforma agrária, que são os pontos mais nevrálgicos da sociedade brasileira.

A proposição dessas medidas foi muito importante para o País. Não importa se foram oriundas da queda da Bolsa de Nova Iorque, de Hong Kong ou por outro motivo. Essa é uma questão menor. As medidas são adequadas e, a partir do próximo ano, propiciarão os resultados positivos. No momento em que não fomos atingidos de maneira muito negativa por essa quebradeira geral, pois ela não nos atingiu, é importante caracterizar que o Brasil está inserido na economia mundial, mas está tomando medidas próprias. A grande maioria da população pensa não tem nada a ver com o problema da economia internacional, com esse balanço da economia das Bolsas, com as 51 medidas. Pelo contrário, implicitamente todas visam à manutenção do Plano Real, que é um ganho da sociedade brasileira.

Concluindo, digo que problema não é, no meu entender, a edição das 51 medidas; é saber se darão o resultado esperado. Acredito que sim e fico feliz e orgulhoso pelo fato de o Deputado e Ministro Antonio Kandir integrar a equipe que está lançando e implementando essa série de medidas. Eu não asseguraria que todas darão resultado, mas 10% delas certamente darão. Talvez tenha havido até exagero no que tange à questão do funcionalismo público federal. Mas, como se sabe, existe a faixa de negociação natural. Ao final, estará tudo de acordo com os

objetivos que os Ministros responsáveis por essas medidas estão querendo atingir.

A credibilidade é fundamental e é o que sobra na equipe econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso. Hoje em dia, a nossa moeda está sendo considerada em todo o mundo. Há dois ou três anos, quando viajávamos, percebíamos que ninguém sabia o que era R\$1. Hoje trocamos a nossa moeda por marco, dólar e outras.

Srs. Ministros, solicito um enfoque especial para os desníveis regionais. Essas 51 medidas abordarão os desníveis regionais. Antes de chegar à Câmara, trabalhei como pesquisador desse tema. Relembro a todos os presentes que o Brasil, em 1995, pelo relatório de desenvolvimento do Banco Mundial, caracterizou-se como o vice-campeão em concentração de renda. Há uma diferença de 26 vezes entre os 5% que mais ganham e os 5% que menos ganham. Em 1996, repetiu-se a mesma situação. O Brasil, hoje, nos círculos de pesquisas nacionais e internacionais, é considerado ainda um País de extrema concentração de renda e de terríveis desigualdades regionais e sociais.

Quando, em 1995 e 1996, foram publicados esses dados, fiz algumas contas e concluí que, se considerássemos a média das regiões Sul e Sudeste, haveria uma diferença, entre os 5% que ganham mais e os 5% que ganham menos, de 12 vezes. No Nordeste, de 52 vezes. A região amazônica estava fora de padrão, mesmo tirando as populações indígenas, que não são consideradas parte do mercado.

Há, dentro das medidas econômicas, corte linear dos incentivos fiscais. Quero dizer que, de minha parte, não existe qualquer dúvida de que, para o Nordeste e a Amazônia, há a necessidade de se investir...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua, pois já estamos com problemas quanto ao número de Senadores. Esta sessão vai ter um término, e este não passará de 16h30min ou 17h.

**O SR. FEU ROSA** (PSDB – ES) – Vou concluir, Sr. Presidente. Essas medidas visam tirar recursos da Amazônia, recursos do Nordeste e até recursos do Funes.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Perdoe-me, mas o tempo de V. Ex<sup>a</sup> está findo.

**O SR. FEU ROSA** (PSDB – ES) – Já vou terminar, Sr. Presidente.

Tenho aqui um trabalho do Deputado Rommel Feijó em que se diz o seguinte: "A distribuição entre estes três Estados – Ceará, Bahia e Pernambuco –

se dá também de maneira bastante desproporcional, cabendo à Bahia e Pernambuco 85% dos investimentos da Sudene\*.

Para não dizerem que estou sendo tendencioso, mediante um estudo, o Prof. Romão, da Universidade Federal de Pernambuco, diz que o Espírito Santo é a terceira maior concentração de renda do Brasil.

O Ministro Malan há pouco falou que o problema não é a quantidade de dinheiro...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que seja compreensivo, pois já esgotou o seu tempo há cinco minutos. Não posso mais permitir isso.

**O SR. FEU ROSA** (PSDB – ES) – A pergunta é a seguinte, Sr. Presidente, qual é o **the day after** em relação à eficácia em fundos fiscais? Hoje, no Brasil, essa política de incentivos fiscais não está dando resultado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Ministro Kandir.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kandir) – Em primeiro lugar, quero dizer que, com satisfação, constatei que o Deputado Feu Rosa concorda com as linhas gerais da política que está sendo implementada. É verdade que sempre vale a pena discutir alguns aspectos.

Como o Presidente está preocupado com a questão do tempo, eu proporia que discutíssemos isso depois. Acho que o Deputado Feu Rosa manifesta informações interessantes no que diz respeito à política de incentivos fiscais, de incentivos regionais. Teremos certamente uma reunião para V. Ex<sup>a</sup> me apresentar esses estudos que comentou. Sem dúvida nenhuma, sempre poderemos aperfeiçoar esse tipo de política. Proponho então que façamos uma reunião com os outros Deputados interessados em discutir esses trabalhos.

**O SR. FEU ROSA** (PSDB – ES) – Sr. Presidente, agradeço-lhe. Mas, por último, queria dizer que todas as universidades federais do Nordeste têm estudos semelhantes a esse e que a questão não consiste em aumentar a quantidade de estímulos e incentivos fiscais, mas em como ordenar o processo de estímulos fiscais, pois no Espírito Santo, 20% das empresas financiadas pelo Funes estão inadimplentes e muitas até quebraram.

De modo que essa nova política do Governo para melhorar a eficiência dos incentivos fiscais é que pode ser o início de uma solução para a reden-

ção econômica das regiões mais pobres do Brasil. O que não está ocorrendo hoje em dia.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL – AM. Para interpelar.) – Srs. Ministros Pedro Malan e Antonio Kandir, em boa hora convocados pelo eminente Presidente do Congresso Nacional e do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e pelo Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, caro amigo Heráclito Fortes, Vice-Presidente; Drs. Pedro Parente e Everardo Maciel, Secretário Executivo da Receita Federal; colegas Parlamentares.

A minha indagação está dirigida ao Ministro Pedro Malan, porque a exposição de motivos é de Sua Excelência ao Presidente da República.

O meu colega de Representação, Senador Jefferson Peres, ressaltou que a Medida Provisória nº 1.602 – V. Ex<sup>a</sup> sabe que vou me referir à Zona Franca de Manaus; ambos temos obrigação moral e política de defendê-la – não tinha lógica econômica – foi a intervenção de meu colega. Pois eu afirmo – e peço ao eminente Ministro Pedro Malan, que confessa realmente não ser jurista nem versado na matéria, que recolha alguns dados para depois debater com a sua equipe – que não tem lógica jurídica aplicar-se a Medida à Zona Franca de Manaus.

Portanto, essa Medida nº 1.602 é duplamente ilógica. O Ministro Pedro Malan declarou: "Que uma isenção não implica na sua perpetuidade". E aí V. Ex<sup>a</sup> tem razão, porque está arrimado no Código Tributário, art. 178, que diz "a isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei".

É essa a contribuição que quero dar a V. Ex<sup>a</sup>, Ministro Pedro Malan, porque é de uma pontiaguda evidência que as empresas que já estão instaladas na Zona Franca de Manaus escapam à incidência dos dispositivos da Medida Provisória nº 1.602. Por quê? Porque a execução desta isenção foi deferida mediante condições e no prazo certo. Conseqüentemente, o Código Tributário é quem já a ampararia. Mas acontece que o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição é claro quando diz que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Quanto às instaladas, a Medida tentou ressalvá-las. Mas acontece que temos que indagar quanto às que pretendem se instalar. A opinião é minha, e penso que de alguns companheiros que fizeram do Direito Constitucional uma das suas boas ca-

minhadas. O art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias declara, textualmente:

"É mantida a Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre de comércio, de exportação e de importação e de incentivos fiscais..."

Isso quer dizer, eminente Ministro Pedro Malan, que o art. 40 do Ato das Disposições Transitórias recepcionou o Decreto-Lei nº 288, e, ao fazê-lo, toda a legislação referente à Zona Franca de Manaus.

Posso dizer a V. Exª que há algo chamado **mens legis**, que é a vontade do legislador. Eu era o Relator da Constituição e sei que esse dispositivo foi fruto de uma composição de todos os Líderes de Partidos no sentido de manter a legislação, recepcioná-la e conseqüentemente retirá-la do crivo que aqui se vê. Qual é o crivo? "Os arts. 51 e 52 – e agora quero fazer um elogio à cabeça pensante que fez isso, porque mostra uma inteligência ao atacar, pela via oblíqua, a Zona Franca de Manaus; poderia tê-lo feito diretamente no texto constitucional – introduzem as seguintes alterações no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 ". Não se faz uma menção a um artigo constitucional, ao texto da Constituição, o que dá a idéia de que isso foi colocado – pelo menos é o que deduzo das palavras do eminente Ministro Pedro Malan – por equanimidade; esse foi o termo utilizado. Ou seja, vamos tratar da questão do Finor, do Finame e da Zona Franca de Manaus igualmente. Mas a Zona Franca estará fora desse alcance, porque o dispositivo constitucional o garantirá. Fosse eu ligado às entidades que podem ir ao Supremo, talvez ficasse numa situação delicada. É esse o dispositivo.

Mas, Ministro Pedro Malan, fiquei-me perguntando o seguinte. O art. 62 fala em relevância e urgência de uma medida provisória. Percebo que esse pacote contempla os seguintes aspectos: rotulagem de produto e aplicação de selo especial; normas sobre a comercialização de cigarros no País; juros equivalentes à taxa referencial Selic; medidas de proteção ao crédito tributário. Isso dá uma idéia de que tudo isso estava pronto e de que aproveitaram a oportunidade para introduzi-las na medida provisória.

Pergunto: por que se fez isso com a Zona Franca de Manaus? O texto da medida provisória não diz isso, mas, como a justificativa esclarece e é atribuída a V. Exª – e sei que não deve ter sido, senão de um assessor. Diz o seguinte – peço a atenção de V. Exª, porque isso é importantíssimo – "a redução do referido percentual de 50% do IPI" – e,

com isso, a morte da Zona Franca de Manaus, e aqui está a justificativa – "tem por objetivo tornar a cobrança do imposto mais consentânea com a realidade observada naquela região". E diz que "a previsão de que o pagamento do imposto seja responsabilidade da pessoa tem por finalidade evitar a sua total evasão". Na segunda justificativa, "a redução é apenas para tratar da sonegação atualmente verificada".

Veja V. Exª que se fala em duas infrações: infração...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – (Fazendo soar a campanha.)

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL – AM) – Vou concluir, Sr. Presidente. Infração ao Código Penal e à legislação tributária. E essas infrações são motivos para se reduzir o IPI de um Estado que – V. Exª sabe – não tem dívida mobiliária, não tem operações para o adiantamento de receitas, cumpre a Lei Complementar nº 82/95, está adimplente e, desde 1995, nunca pediu socorro financeiro à União para equilibrar – ou sequer recuperar – financeiramente o seu banco estadual.

Por isso, a pergunta – que é mais uma contribuição: sabia V. Exª – e considero bom o corpo jurídico do Ministério da Fazenda – dessa circunstância de iniquação de inconstitucional?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra, o Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Nobre Senador, é sempre um prazer ouvi-lo. Deixe-me fazer o seguinte comentário. Novamente, partindo do princípio de que não sou jurista, devo notar o seguinte: a norma prevista no art. 40 das Disposições Constitucionais Transitórias, a que V. Exª fez referência, não permite concluir que os incentivos fiscais não podem ser alterados. V. Exª cita apropriadamente o artigo que diz: "É mantida a Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação e de incentivos fiscais..." Significa que os incentivos da região estão assegurados, mas não diz qual a forma, a natureza e o tipo do incentivo assegurado; apenas que a Zona Franca é área de incentivo, se não me engano, até o ano 2013.

Entretanto, não devemos confundir isenção com prazo certo para concessão. A garantia constitucional ao direito de propriedade não implica em perpetuidade das leis sobre propriedade, como V. Exª sabe melhor do que eu.

Acho o seguinte, Senador: assim como na resposta aos excelentes comentários do Senador Jef-

person Peres, que também, como V. Ex<sup>a</sup>, defendeu com muita competência os interesses do seu Estado e da região – e já concordamos em ter essa série de conversas técnicas –, na dimensão econômica, tal como sugerido pelo Senador Jefferson Peres, já disse que estamos à disposição de S. Ex<sup>a</sup>. Da mesma maneira, estaremos à disposição de V. Ex<sup>a</sup>. Falta-me talento, engenho, arte e competência para ter um debate jurídico com uma pessoa da sua tradição, respeitabilidade e conhecimento na área. Todavia, deveríamos conversar mais sobre isso.

Vejo, contudo, com satisfação, que V. Ex<sup>a</sup> prefere não tratar da parte econômica e falar da lógica jurídica, que V. Ex<sup>a</sup> reconhece que foi a parte que lhe pedi que não havia entendido bem – estou meio surdo – que a isenção não implica perpetuidade, pelo fato de ter sido concedida e que ela pode, em princípio, ser modificada por lei.

Observei também que V. Ex<sup>a</sup> nota com pontiaguda evidência que empresas já instaladas escapam da Medida Provisória nº 1.602, e que, na verdade, era a intenção não ferir direitos já adquiridos e que não tenham o caráter retroativo.

E V. Ex<sup>a</sup> coloca a seguinte pergunta: e as que pretendem se instalar na Zona Franca, no futuro? Acho que essa é a questão relevante que tem uma dimensão econômica, que foi levantada pelo Senador Jefferson Peres, e essa discussão jurídica a que fez referência V. Ex<sup>a</sup> que, honestamente, vamos precisar nos sentar e conversar com os juristas de ambos os lados, como dizem, para espancar esta questão e, eventualmente, pacificá-la de uma forma ou de outra.

Acho que era só o que tinha a dizer no momento ao agradecer quanto mais uma vez aprendi com sua intervenção, em termos do seu conhecimento de constitucionalista de escol.

**O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM)** – Sr. Presidente, vou à réplica, brevemente, dizendo que quem sugeriu o argumento do Ministro Pedro Malan, o fez com alta capacidade de um sofisma que vou dizer qual é. Ali, onde se diz que no texto constitucional não se prevê, portanto, pode-se reduzir, há um esquecimento. Há trinta anos que isso vem fazendo. E o brocardo jurídico diz: "Onde a lei não distingue a ninguém é lícito distinguir" e o Ministério da Fazenda está distinguindo, reduzindo para 50% o IPI, onde não se diz que aqueles incentivos fiscais seria.

Não coloquei uma armadilha para o Ministro Pedro Malan quando falei sobre direitos adquiridos, mas quero dizer que isto formará um oligopólio por-

que as demais empresas não irão se instalar sabendo que as que já se encontram vão dispor de condições que as demais não terão. Mais ainda, é um oligopólio a curto prazo porque na medida em que temos o avanço na área de informática isso daqui a pouco estará obsoleto. Conseqüentemente, não quero fazer um presságio, Ministro Pedro Malan, fantasmagórico, terrível, mas a Zona Franca de Manaus, se não for dentro do espírito que V. Ex<sup>a</sup> está querendo, devidamente sentados todos a uma mesa para mostrar os equívocos que contém esta Medida Provisória nº 1.602 ela irá fechar daqui a pouco tempo.

Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que não fiz nenhuma pergunta agressiva, mas quando estivermos sentados darei um dado que é nitidamente agressivo e que não gostaria de dá-lo neste local porque não é o fórum adequado.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Pedro Malan)** – Nobre Senador, mais uma vez, agradeço a sua gentileza habitual e gostaria de fazer um comentário de 30 segundos sobre a questão dos oligopólios. Agora, permita-me a franqueza, se a tese de alteração dos incentivos na Zona Franca de Manaus implicasse na formação de oligopólios por parte daqueles que já se encontram instalados, em virtude de um tratamento diferenciado entre as novas e antigas empresas, na prática, vamos falar francamente, significaria dizer que esses incentivos não poderiam ser alterados e teriam que ser perenizados e perpetuados. Presumo que esteja subjacente algumas das posturas – asseguro que não é a de V. Ex<sup>a</sup> pelo que vi até agora – que está por trás de algumas dessas posições em relação a essa questão. Gostaria de ouvi-lo, acompanhado dos meus especialistas na área jurídica, seguramente não no mesmo nível de V. Ex<sup>a</sup> para que pudéssemos aprofundar a discussão sobre esses temas de natureza jurídica que V. Ex<sup>a</sup> tão bem expressou aqui. Aguardarei com interesse a nossa conversa.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)** – Concedo a palavra à nobre Deputada Sandra Starling.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, a Deputada Sandra Starling, em cooperação com os colegas, já desistiu de antemão da réplica, daí por que vou solicitar mais uma vez ao Plenário, porque só prorrogarei a sessão por mais uma hora, às 17h será encerrada e, conseqüentemente, cada Senador ou Deputado que quiser usar da palavra usará seguidamente e os Srs. Ministros responderão ao final. O tempo máximo é de 5 minutos e o ideal seria que todos

compreendessem os colegas, para que todos possam fazer as perguntas.

Concedo a palavra à nobre Deputada Sandra Starling.

**A SRA. SANDRA STARLING** (Bloco/PT – MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. e Srs. Congressistas, Ministro Pedro Malan, volto a tratar a questão do desemprego. Perguntei a V. Ex<sup>a</sup>, na Câmara dos Deputados o que faria se fosse desempregado, seja pelo pacote ou seja pelas consequências e V. Ex<sup>a</sup>. respondeu que a culpa, mais uma vez, é do Congresso Nacional, na medida em que não aprovamos o contrato temporário de trabalho.

V. Ex<sup>a</sup> deve estar acompanhando, em primeiro lugar, os reais Decretos Legislativos nºs 8 e 9 da Espanha e a cúpula de emprego na União Européia. Como V. Ex<sup>a</sup>, várias vezes, na tarde de hoje como, também, na quarta-feira, disse que não era uma pessoa infalível e como esses tantos reais decretos da Espanha quanto à cúpula do emprego mostram que o contrato temporário de trabalho não resolve a questão do desemprego, volto a lhe fazer a mesma pergunta: o que fazer para combater o desemprego? Que esperança pode ter qualquer brasileiro diante do pacote, que V. Ex<sup>a</sup> reconheceu ser recessivo e que gerará desemprego?

A minha segunda pergunta, também, é para o Ministro Pedro Malan: V. Ex<sup>a</sup>, respondendo ao Senador Lauro Campos, ao Senador Esperidião Amin e ao Deputado Fernando Gabeira, falou nos investimentos produtivos que estão sendo canalizados para o nosso País e que são diferentes dos capitais voláteis, contra os quais todos nós, pelo menos nós da Oposição, nos colocamos. Pergunto: V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento dos acordos bilaterais, firmados pelo Brasil, com a Suíça, com a Grã-Bretanha, com a Irlanda do Norte, com Portugal, com a Alemanha e, agora, no âmbito do Mercosul, o acordo de investimentos que estabelece a seguinte cláusula:

I – Cada Estado-Parte permitirá aos investidores do terceiro estado a livre transferência de seus investimentos e rendas;

II – As transferências serão efetuadas sem demora, em moeda livremente conversível?

O Governo brasileiro, Ministro Pedro Malan, está patrocinando a volatilidade, não apenas de capitais que vêm aqui como vão para outras partes do mundo...

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Fazendo soar a campainha.) – Nobre Deputada, permita-me interrompê-la para prorrogar a sessão, de ofício, por mais 60 minutos.

**A SRA. SANDRA STARLING** (Bloco/PT – MG) – mas transformando em capitais que entram e saem a seu bel-prazer até mesmo os capitais de investimentos.

Gostaria de saber se V. Ex<sup>a</sup> não respondeu corretamente àqueles que indagaram ou desconhece esses acordos bilaterais.

Ministro Kandir, V. Ex<sup>a</sup> tem feito da transformação do País numa plataforma de exportação uma constante do seu discurso. Como isso poderá ser feito, Sr. Ministro, com a adoção do contrato temporário de trabalho, transformando nosso País em um exportador à "la China"? V. Ex<sup>a</sup> tem conhecimento do acordo firmado com a União Européia sobre produtos lácteos, em que o nosso País admite adotar o preço mínimo da União Européia, que é subsidiada, aqui dentro do nosso País, o que destruirá os produtos lácteos brasileiros?

São essas as perguntas que queria fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Sr. Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Muito obrigado, Deputada Sandra Starling.

É verdade, V. Ex<sup>a</sup> me fez essa pergunta na quarta-feira passada na Câmara. Aproveito a oportunidade para registrar o meu protesto contra a forma que, com frequência, são recebidas as informações por mim dadas. Toda vez que menciono um dado, como fiz de passagem, falando sobre desemprego, de que estava no Congresso Nacional, no Senado mais especificamente, já tendo passado pela Câmara, uma proposta que abria a possibilidade de contratos temporários de trabalho. De forma alguma estava culpando o Congresso, o que nunca fiz; sempre o tratei com o maior respeito, como instituição e a cada um dos seus membros individualmente.

Acho um absurdo que, cada vez que menciono que algo se encontra no Congresso, isso seja apresentado como uma tentativa de culpar e responsabilizar o mesmo. Essa nunca foi minha intenção.

Dito isso, a pergunta de novo é legítima. O emprego, questões ligadas a emprego, a insegurança no emprego, a instabilidade no emprego, mais do que o desemprego por si só, são questões fundamentais do nosso tempo nesta virada de século.

Aqui, como na Europa e na maioria dos países, não se trata de uma questão que admita uma resposta simples. Portanto, eu estaria sendo um tolo, irresponsável se dissesse que basta o Congresso aprovar o contrato seletivo de trabalho que todo o problema estará resolvido. Nunca disse e lamento se alguém pensou que eu havia afirmado isso.

Digo que o problema é complexo; há inúmeras questões envolvidas. Disse apenas que há uma ampla literatura mostrando que existem certas escolhas que sociedades podem fazer.

Mencionei na Câmara, semana passada, que países como França e Alemanha tomaram a decisão – e não cabe aqui fazer qualquer julgamento a respeito – de ter determinada legislação, assegurando determinados direitos que, hoje, na minha avaliação, significam aceitar uma taxa de desemprego maior do que precisariam ter. Isso para assegurar a uma parcela da coletividade determinados tipos de garantias, direitos e benefícios que, na verdade, acabam tendo uma implicação. Alguém paga de alguma maneira; como sabemos, por essas decisões.

Mencionei também que existem evidências que mostram que países que têm legislações menos inflexíveis, mais abertas – sem me referir a qualquer tipo de contrato; não estava muito menos lançando a culpa a quem quer que seja – têm taxas de desemprego – entre outras coisas, não quero nunca dizer que foi a única – mais baixas. Mencionei o caso dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Holanda, que têm taxas de desemprego muito mais baixas do que vizinhos, porque alteraram sua legislação na direção de flexibilidade. Não quero sugerir o item específico, mas o sentido geral era esse, continua sendo esse.

É claro que há muito mais a se fazer para lidar com essa questão. Dentre elas, a fundamental de todas a meu ver – infelizmente não tem efeito a curto prazo – é o investimento em gente, ou seja, desde a mais tenra idade, dar educação básica, desde o início, fazer treinamento, retreinamento, qualificação, requalificação de mão-de-obra, é isso que aumenta a empregabilidade, que permite adaptação a novas tecnologias, novos processos de trabalho e permite lidar com o mundo da informática e da educação. Esse é o maior e mais rentável investimento que qualquer País, em particular o Brasil, pode fazer, ou seja, o investimento do seu maior ativo: sua gente. Só que isso, infelizmente, não dá resultado a curtíssimo prazo. Há muita coisa que se pode fazer para minorar o efeito de desemprego e insegurança e creio que não há uma – como tudo é relevante na vida – solução mágica, que tudo resolve, e certamente não cabe culpar ninguém por isso.

O outro ponto que a Deputada Starling levanta é a questão de investimentos produtivos. É claro que conheço os acordos bilaterais, que dizem algo óbvio, que é o seguinte: o País estaria atirando no próprio pé se fizesse demonstrações de que deseja atrair investimento direto para a sua economia, mas que não

deseja permitir a saída do que resulta daquela atividade, que são os lucros e dividendos derivados da atividade produtiva.

Devo dizer, como disse na Câmara, que um dos maiores economistas de oposição neste País, o saudoso e estimado Ignacio Rangel tinha exatamente a mesma posição: o que interessava ao Brasil era atrair investimento direto para a economia brasileira, capital de risco e não capital de empréstimo. E capital de risco tem uma vantagem adicional sobre obrigações contratuais. A remessa eventual, sob a forma de lucros e dividendos depende do desempenho da empresa, da sua capacidade de geração de lucros, do que gera de impostos, de empregos no País; não é uma obrigação contratual, como um empréstimo, em que juros têm que ser pagos independentemente da sua situação e aplicação.

Portanto, sua expressão de que "posturas de capitais entram e saem a seu bel-prazer", confesso honestamente que não sei o que dizer ou como responder a essa pergunta. Será que se trata de uma sugestão implícita, de que deveríamos procurar atrair capital de risco, investimento direto? E dizer que nos reservamos o direito de proibir, no momento que nos pareça apropriado, as remessas, sob a forma de lucros e dividendos? Isso significa, na prática, dizer: não o recebamos, não desejamos receber investimentos diretos do capital de risco. Tenho dificuldade em entender essa expressão.

Creio serem razoáveis acordos bilaterais de investimento, assim como o que assinamos, que permitem investimentos de empresas brasileiras em países do Mercosul. É razoável que o empresário brasileiro, que está fazendo um investimento num país do Mercosul, deseje também que, em função da rentabilidade dos lucros gerados, possa trazê-los, remetê-los para o Brasil. Quando não o pode fazer, é razoável que não faça o seu investimento no exterior, como de resto qualquer investidor.

Era o que tinha a dizer sobre os dois pontos. Não sei se o Ministro Kandir tem alguma manifestação a fazer.

*Durante a resposta do Sr. Pedro Malan à Deputada Sandra Starling, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Heraclito Fortes, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Heraclito Fortes) – Com a palavra o Ministro Kandir.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kandir) – Queria aproveitar a pergunta da Deputada Sandra Starling para enfati-

zar um pouco a linha de ação do Governo, no que diz respeito a essa questão angustiante, que é a do emprego.

Aqui temos ações estratégicas e táticas. As ações estratégicas fundamentais são aquelas que o Ministro Malan já sublinhou. Primeiro, o investimento em educação, que é o determinante de grande produtividade, de oportunidades de trabalho. Segundo, criar condições para o aumento da capacidade de poupança interna e, com isso, aumentar a capacidade de crescimento. Crescimento econômico e educação, sem dúvida, são as ações estratégicas mais importantes para a geração de empregos. Só que é óbvio que é preciso ter, além dessas ações estratégicas, algumas táticas para atuar imediatamente na questão do emprego.

Sintetizaria, dado o tempo, basicamente, em cinco ações táticas que o Governo tem tido nessa área. Primeiro, estimular as áreas que têm alta capacidade de emprego no curto prazo. Citaria, aqui, duas só para não me estender muito. Inicialmente, o estímulo à construção civil de uma maneira geral, quer através dos recursos do Orçamento Geral da União, quer através do FGTS. Há vários programas importantes na área da habitação e saneamento. Mais recentemente, o Congresso Nacional aprovou o novo sistema de financiamento imobiliário. Para cada R\$1 bilhão na construção civil, somos capazes de gerar 34 mil empregos diretos nas edificações, cerca de 27 mil empregos nas indústrias que produzem materiais de construção, ou seja, insumos para a construção civil. Finalmente, há cerca de mais de 90 mil empregos que são gerados, se fizermos a conta com matriz e subproduto, naqueles setores que produzem bens que são consumidos por quem trabalha nas indústrias de material de construção e, por outro lado, na própria edificação. Ou seja, se levamos em consideração o chamado efeito direto de empregos, o efeito indireto e o efeito renda, temos, para cada R\$1 bilhão, cerca de 156 mil empregos.

É por essa razão que estamos, realmente, estimulando cada vez mais fortemente, a área da construção civil.

Ao lado disso, diria, que, primeiro, estamos procurando incentivar cada vez mais os programas de treinamento e retreinamento de mão-de-obra; há um programa que já está garantindo cerca de 1,2 milhão pessoas sendo treinadas anualmente. A meta original era de 750 mil empregos. Depois, poderei dar os dados objetivos para aqueles que tiverem interesse. Em terceiro lugar, o estímulo às microempresas, quer pelo Simples, quer pelo Fundo de Aval

que sendo estabelecido agora, o estímulo à infra-estrutura que cria condições de competitividade.

Finalmente, gostaria de destacar um programa que tem importância crescente na agenda social do Governo, que é o chamado Crédito Produtivo Popular. O BNDES já tem atuado nessa área, estimulando o acesso ao crédito por aqueles que não têm outro dinheiro que não seja o dinheiro do agiota. E, agora, brevemente, dia 11 de dezembro, o BND, o Banco do Nordeste, irá inaugurar um Programa de Microcrédito para a região Nordeste.

*Durante a resposta do Sr. Antônio Kandir à Deputada Sandra Starling, o Sr. Heraclito Fortes, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a Deputada Sandra Starling por não fazer réplica. E, de agora, por diante, os Ministros responderão no final até às 17 horas.

Com a palavra o Senador Levy Dias.

**O SR. LEVY DIAS** (PPB – MS. Para interpellar.) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, para colaborar com o andamento dos nossos trabalhos, porque já estamos há 6 horas reunidos, abro mão da réplica.

Ministro Pedro Malan, pertenço a um grupo de parlamentares que apoiam, ajudam, votam pelo País, independente de qualquer benefício. Mas, na hora em que comecei a olhar esses números fornecidos pelo Ministro Kandir, confesso que gerou em mim uma certa intranquilidade. Pelo que S. Exª acaba de dizer, a cada um bilhão de reais colocados na construção civil, 33 mil empregos são gerados. É isso Ministro?

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO** (Antonio Kandir) – São 33 mil empregos diretos.

**O SR. LEVY DIAS** (PPB – MS) – Empregos diretos.

Veja o senhor, recentemente, o Governo mandou para o Senado, e foi votado com meu protesto, com o meu voto contrário, a liberação de R\$3 bilhões da Caixa Econômica Federal para o Banerj. Um dos grandes argumentos usados era salvar oito mil empregos. Se esses R\$ 3 bilhões da Caixa Econômica Federal, que é um banco social, tivessem sido colocados na área da construção civil, teríamos salvado 119 mil empregos.

De outra vez que o Ministro Malan esteve aqui no Senado, levantei o problema do FCO. Tivemos uma reunião ampla com o Ministro Kandir sobre o assunto. Ora, o FCO aplicou na região Centro-Oeste

R\$80 milhões – informações dadas pelo Banco do Brasil –, menos do que o Banco do Brasil gastou com publicidade. E continua o estoque, no Banco do Brasil, de mais de R\$300 milhões que ninguém toma, tanto do FCO quanto do FNO, que ninguém quer tomar porque ninguém aguenta pagar o juro. Quem tomou não pagou, então ninguém quer tomar.

Creio que precisa, Srs. Ministros, haver, primeiro, uma fórmula de discutirmos melhor todos esses atos praticados pela equipe econômica. A minha torcida é que acertem, a minha torcida, a minha luta é para que acertem. Por quê? Porque estamos dentro de um grande avião, em que os senhores são os comandantes. Se estamos em uma tempestade, temos que ter a segurança de que há formas de sair dela.

Ministro Malan, as micro, pequenas e médias empresas do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, os produtores rurais, com algumas exceções, que produziram um determinado tipo de produto que teve o preço bom no mercado, hoje, no meu Estado do Mato Grosso do Sul, estão em uma situação muito séria. Diria ao senhor que é dramática a situação dos pequenos e médios empresários. E queria informar ao senhor como é que essa coisa opera: o pequeno empresário vai trabalhando na sua profissão, não consegue resultado positivo e entra no cheque especial – quando ele entra no limite do cheque especial, ou quando ele entra em um **hot money**, ou quando ele entra em uma operação bancária, a situação dele está definitivamente comprometida. E é o que vem acontecendo em todo o empresariado do nosso País, o pequeno, o micro, o médio empresário. Temos lido na imprensa que, se pegarmos o custo desse dinheiro de consumo, que é o dinheiro a que as pessoas estão recorrendo, porque o crédito ficou extremamente difícil, eles são obrigados a recorrer ao dinheiro de consumo, chega a ultrapassar 300% ao ano. Existem bancos no País cobrando 13% ao mês nesse dinheiro de consumo, e as pessoas, os microempresários estão obrigados a recorrer a esse tipo de recurso.

Pergunto, então, a V. Ex<sup>a</sup> que tipo de informação podemos levar as nossas bases, porque temos que responder a nossas bases. A responsabilidade nossa, Sr. Ministro, quando apertamos aquele botãozinho de votação é muito grande, porque interferimos na vida de milhões de brasileiros. E, quando chegamos nas bases, temos que responder perguntas, o que V. Ex<sup>as</sup> não precisam. Ontem a noite, por exemplo, um pequeno empresário me ligou perguntando qual a orientação que eu poderia passar para eles. Sei que todos os Deputados e Senadores são

alvos dessas mesma pergunta ao chegar as suas bases: "Já que o senhor está lá, fale alguma coisa, qual é o caminho que nos indica, qual o rumo que devemos seguir". E essa pergunta é permanente.

Ontem à noite fiquei muito tempo ao telefone tentando explicar a um produtor rural, que está liquidado, completamente quebrado, o que poderia fazer. Ele perguntava o que faria com a fazenda dele. Todo esse patrimônio que detém é o resultado de uma vida de lutas. Qual é o conselho que o senhor nos dá?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – V. Ex<sup>a</sup> pode descer da tribuna, pois a resposta será dada ao final.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Israel Pinheiro.

**O SR. ISRAEL PINHEIRO** (PTB – MG. Para interpelar.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Srs. Ministros e Srs. Congressistas, na verdade, estamos na crise, e diria que a crise do brasileiro é a pior de todos os países emergentes, porque os juros do Brasil são os mais altos do mundo e, conseqüentemente, a nossa crise é a maior. Não adianta ficarmos aqui discutindo politicamente quem tem ou não razão. A verdade é que as medidas tinham que ser tomadas. Se assim não fosse, as conseqüências seriam muito maiores.

Concluimos que entramos em uma armadilha. O Ministro Kandir fala que temos projetos de desenvolvimento. Perfeito, mas só poderão ser mantidos se houver a estabilidade da moeda e, para isso, temos que elevar os juros, o que impede o desenvolvimento. Então estamos na estaca zero. É realmente uma situação grave. É uma hora de mudança. Meu apelo aqui é de mudança, mudança radical no papel do Estado.

O Estado foi organizado para gerir os recursos da Nação e quem comanda o Estado é o Governo. No passado o Estado cumpriu o seu papel. Era um provedor nacional. Toda a sociedade brasileira se acolhia debaixo desse guarda-chuva generoso do Estado. Fui educado assim, Srs. Ministros. O Estado resolvia todos os problemas da Nação. Hoje, não é mais assim, o Estado é um ônus, um peso financeiro para a Nação. O Estado causa um prejuízo violento ao Brasil. A Nação questiona o papel do Estado. Se desaparecesse, teoricamente, o Estado, no dia de hoje, a Nação ia deixar de pagar impostos e se desenvolver muito mais. Este é um raciocínio **in extremis**, somente para termos a compreensão das mudanças que se fazem necessárias.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Congressistas, temos que mudar o papel do Estado. Esta é a nossa função, e também do Executivo, omissa, até hoje, nas sugestões e nas mudanças. O Poder Executivo tratou exclusivamente da reforma previdenciária e da reforma administrativa, que, eu diria, é um pedaço dentro da reforma do Estado.

Somente agora o eminente Dr. Pedro Parente foi à Câmara dos Deputados apresentar uma proposta de reforma fiscal. O assunto está sendo debatido há mais de seis anos – já tive o prazer de participar de diversas reuniões para discutir a reforma fiscal –, e é uma obrigação moral do Poder Executivo fazer avançar as reformas.

Nós, do Congresso Nacional, temos responsabilidades. Algumas leis ficam paradas com seus relatores. Lembro aqui que o Ministro Pedro Malan informou que uma das necessidades é a estabilidade do sistema financeiro. O art. 192 da Constituição, que regulamenta o sistema financeiro nacional, está parado na Câmara dos Deputados. Não há preocupação do Poder Legislativo com a modernização do Estado. Nós somos culpados, Executivo e Legislativo, e a Nação há de cobrar as nossas responsabilidades com relação a essa, eu diria, inoperância.

O grande problema do Brasil é diminuir o déficit fiscal. Isto está claro, foi dito e repetido diversas vezes. Para diminuir o déficit fiscal é preciso diminuir as despesas. Como diminuir as despesas sem afetar o crescimento econômico? Aí vem o papel novo do Estado, do Estado regulador, do Estado fiscalizador. O Estado tem que sair das atividades produtivas, mas não pode abrir mão do seu papel de fiscalizar, orientar e coordenar o desenvolvimento nacional e, sobretudo, deve evitar que haja diferenças sociais, regionais e pessoais.

Este, sim, Sr. Presidente, é o papel do Estado.

Este é também o apelo que faço aqui ao eminente Ministro Kandir, responsável pelo Planejamento: que tenha a coragem e a ousadia de propor uma mudança fundamental no papel do Estado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador José Ignácio Ferreira.

(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Mussa Demes.

**O SR. MUSSA DEMES** (PFL – PI. Para interpellar.) – Sr. Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães, Srs. Ministros Pedro Malan e Antonio Kandir, Sr. Primeiro Vice-Presidente da

Câmara, Deputado Heráclito Fortes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e Deputados, apresentei à Medida Provisória nº 1.602 cerca de 30 emendas.

Vou, todavia, limitar-me ao exame de apenas três delas, justamente aquelas que o meu Partido, o Partido da Frente Liberal, entendeu como necessário sejam aprovadas, em razão de algumas injustiças que as medidas originais contêm.

A primeira delas diz respeito à elevação das alíquotas do Imposto de Renda, à razão de 10%, que penaliza sensivelmente a classe média, já tão onerada, especialmente os assalariados e muito especialmente os servidores públicos, que já vão viver o quarto ano sem qualquer aumento salarial.

A segunda delas diz respeito aos incentivos fiscais do Norte e do Nordeste, sendo que vamos começar por esta.

Já na década de 70, os incentivos fiscais tanto do Nordeste quanto da Amazônia foram sensivelmente reduzidos, com destinação de parte deles para o PIN e para o Proterra e, pouco tempo depois, também para o Fundo de Recuperação do Espírito Santo.

Ao longo da década de 80, uma outra medida da Secretaria da Receita Federal provocou uma drástica e substancial redução na opção das empresas por esses incentivos, que foi a proibição das empresas que fazem declaração com base no lucro presumido deixarem de poder optar por esse tipo de incentivo.

Uma nova investida agora, sem dúvida, provocará, no Nordeste e na Amazônia, uma situação de absoluto desinteresse pela instalação de novas indústrias, porque vai faltar exatamente o essencial para que isso aconteça, que é o ingresso de recursos.

No que diz respeito à Amazônia, à região da Zona Franca, essa situação é ainda mais alarmante, Sr. Presidente, Ministro Kandir e Ministro Malan, porque vai ser gerado ali um clima de absoluta desconfiança dos investidores em relação à possibilidade de poderem ali continuar investindo. E isso porque, se ficar demonstrado que se pode reduzir em 50% os incentivos, nada impedirá que amanhã os 50% virem 60, 70, 80 ou 90%.

Ouvi com atenção a manifestação dos Senadores do Amazonas, Jefferson Peres e Bernardo Cabral, e concordo inteiramente com eles. Ouvi também V. Ex<sup>a</sup>, Ministro Malan, num tom de absoluta tranquilidade e confiança, expressar que a assessoria jurídica da área econômica do Governo está absolutamente convencida de que esses incentivos podem ser modificados, uma vez que a proibição de

neles se mexer até o ano 2013 não implica que haja proibição de redução, mas tão-somente do eventual desaparecimento de um deles.

Se este é o entendimento da assessoria jurídica da área econômica, não é, certamente, o do Supremo Tribunal Federal, que, por meio de manifestação proferida na ADIN 310-0, em voto do eminente relator Sepúlveda Pertence, deixou claro, ao conceder medida cautelar nessa ADIN, que os incentivos não podem ser mexidos, no valor exato em que existiam à época da promulgação da Constituição de 1988.

E é o voto desse Ministro que peço permissão para ler aqui da tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O tempo de V. Ex<sup>a</sup> já está esgotado. V. Ex<sup>a</sup> poderá dar como lido o voto, e ele será publicado no **Diário do Congresso**. Mas, realmente, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> chegou ao final.

**O SR. MUSSA DEMES** (PFL – PI) – Se chegou ao final o meu tempo, Sr. Presidente, eu poderia deixar aqui cópia da emenda que apresentei, permitindo-me, entretanto, ao final desta minha manifestação, dizer ao Plenário que o PFL não quer que sejam reduzidas as receitas, o que a equipe econômica pretende alcançar através da Medida Provisória nº 1.602. Muito pelo contrário, apresentamos emenda, para a qual peço a atenção do Relator e dos Ministros da área econômica, já que a referida emenda vai permitir a elevação, já a partir do próximo ano, na arrecadação do Imposto de Renda através de uma mudança muito simples. E esse aumento seria da ordem de R\$900 milhões, valor esse que permitiria, seguramente, cobrir todos os incentivos fiscais do Nordeste, da Amazônia e até daqueles menores, do vale-transporte, da cultura, das creches, da criança e do adolescente, que somam algo em torno de R\$800 milhões.

Essa medida consiste tão-somente na revogação do art. 9º da Lei nº 9.249, que hoje permite que o patrimônio líquido das empresas seja objeto de correção e o valor dessa correção creditado a seus acionistas e sócios, mediante o pagamento de imposto de renda à alíquota de apenas 15%.

Só para concluir, Sr. Presidente, com esse procedimento, a Receita Federal está abrindo mão de uma receita da ordem de 32%, trocando por uma receita de 15%. Quantifiquei esses dados perante o Ministério da Fazenda e cheguei à conclusão de que essa simples mudança proporcionará uma arrecadação adicional de R\$900 milhões já para o ano de 1998.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, vou fazer uma série de perguntas, mas, antes, quero solicitar, especialmente ao Ministro Pedro Malan, a gentileza de tomar nota de cada uma delas, para facilitar respostas objetivas. Por que isso? Porque em diversas ocasiões em que estiveram aqui S. Ex<sup>a</sup> e outros Ministros não responderam adequada nem completamente às minhas perguntas. A última vez em que estive aqui, para prestar esclarecimento sobre o Banco Bamerindus, S. Ex<sup>a</sup> disse que mandaria as respostas posteriormente. Passados cinco meses, recebi algumas respostas incompletas. Pensando exatamente nisso é que encaminhei a S. Ex<sup>a</sup> algumas das perguntas que formulei na última quarta-feira.

As primeiras questões, as que já entreguei a S. Ex<sup>a</sup>, dizem respeito a cobranças tributárias para com a União e a Previdência Social. Sabemos que empresas privadas e entidades do próprio setor público devem vultosas somas ao Tesouro e à Previdência. São dívidas relacionadas a impostos e contribuições que não foram pagos. Esses devedores já esgotaram todas as possibilidades de questionar esses débitos em instâncias administrativas. Entre as medidas anunciadas, há algumas que tratam da proteção do crédito tributário.

Então pergunto:

1 – Qual o valor da dívida ativa da União, em condições de cobrança imediata pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, classificada em tributária, inclusive contribuições sociais e demais, sob parcelamento e sob outras condições?

Desses débitos sob parcelamento, quantos estão sendo pagos em dia?

2 – Qual o valor dos débitos em atraso, para com a União, já julgados em instância final pelo Conselho de Contribuintes e sobre os quais não cabem mais recursos?

3 – Qual o valor dos débitos dos entes públicos e privados para com a Previdência Social?

4 – V. Ex<sup>a</sup> acredita que as medidas anunciadas até agora para melhorar a cobrança do crédito tributário serão suficientes?

Do total do crédito que V. Ex<sup>a</sup> vai nos informar que o Tesouro e a Previdência têm para receber, quanto as medidas anunciadas conseguirão realmente obter?

Passo a uma segunda ordem de questões, mais ligadas à macroeconomia e ao quadro social

do País. No seu depoimento de quarta-feira, o Ministro Malan admitiu que o desemprego provavelmente aumentará nos próximos meses, em consequência das medidas monetárias e fiscais recentes. A previsão de S. Ex<sup>a</sup> é correta, pois a forte elevação das taxas de juros, os cortes de gastos e os aumentos de impostos são ações que brecam a atividade econômica.

Como se explica que nas mais de 50 medidas tomadas ou anunciadas não exista qualquer instrumento importante, isto é, de grande escala, para atenuar ou compensar os efeitos das decisões recentes sobre o desemprego e as condições sociais da população? Há apenas uma modesta exceção nessas 51 medidas: o novo fundo para o apoio a micro, pequena e média empresa, que há pouco o Ministro Kandir mencionou. Isso é feito sempre pela via dos que detêm capital, mesmo que em menor escala. Então apenas os mercados financeiros e os bancos merecem operações significativas de socorro em momentos de emergência?

Fundamental, Srs. Ministros, é a questão do câmbio. Por que o Governo reluta tanto em mudar a política cambial? Há evidências claras de que os preços praticados no Brasil, medidos em dólares, subiram muito e estão exageradamente altos comparativamente aos praticados nos outros países. Qualquer estrangeiro que vem ao Brasil, assim como qualquer brasileiro que vai ao exterior, percebe isso imediatamente. Em 1997, tardiamente, o Governo iniciou gradual correção da supervalorização cambial, promovendo uma desvalorização em relação ao dólar da ordem de 5% ao ano em termos reais. No entanto, com o agravamento da situação econômica nacional e internacional, esse ritmo de correção se revela muito lento. No passado recente, vários países que competem com o Brasil têm desvalorizado as suas moedas muito significativamente em relação ao dólar. É o que está acontecendo com quase todas as moedas européias, com o iene e com a maioria das outras moedas do leste da Ásia. As moedas que permanecem ancoradas no dólar, como é o caso do real, mesmo com a banda que desliza, estão perdendo competitividade internacional.

Não é convincente, Sr. Ministro, o argumento de que qualquer desvalorização causaria inflação.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – (Faz soar a campainha.)

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Peça paciência ao Presidente Antonio Carlos Magalhães, porque aqui vem o ponto crucial.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Mas peço a V. Ex<sup>a</sup> que também compreenda que seus colegas querem falar e que V. Ex<sup>a</sup>, com certeza, não deseja impedi-los.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Dr. Pedro Malan é um economista experiente e, como Ministro, raramente agride a lógica econômica. São inúmeros os exemplos recentes e remotos de países que desvalorizaram significativamente a sua taxa de câmbio com pouco ou nenhum efeito perceptível sobre a inflação. Foi o que aconteceu no Japão, para citar uma economia madura, e também em diversas economias em desenvolvimento, como a da África do Sul, que, no ano passado, teve uma desvalorização com a flutuação da ordem de 15%. Em determinadas condições, uma desvalorização não produz impacto inflacionário substancial e duradouro. Por exemplo, quando há desemprego e capacidade produtiva ociosa na economia, justamente as condições que hoje caracterizam a situação do Brasil, uma desvalorização não é necessariamente inflacionária. Além disso, a economia brasileira está hoje muito mais desindexada, graças ao processo iniciado de forma inteligente com a URV. E, mesmo na época da inflação alta, a economia brasileira nunca foi fortemente dolarizada no que diz respeito à formação de preços e salários.

Então pergunto: V. Ex<sup>a</sup> admite que, nas condições presentes, uma desvalorização – não necessariamente uma maxidesvalorização, mas a aceleração das minidesvalorizações – feita no momento oportuno – não precisaria ser nesse instante, pois concordo com a gravidade da situação nessas últimas semanas – e na dose adequada, não teria impacto expressivo?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a compreensão.

Concedo a palavra ao Deputado Arthur Virgílio.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Preciso reiterar que, caso não receba as respostas adequadas, eu me sinto no dever regimental de, depois de ouvir as respostas a todos, ter o direito à réplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para interpellar.) – Sr. Presidente, Srs. Ministros Antonio Kandir e Pedro Malan, Deputado Heraclito Fortes,

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, lamento não concordar com o cerne da colocação que fez o Senador Eduardo Suplicy, senão meu tempo seria uma extensão muito clara do que S. Ex<sup>a</sup> havia, brilhantemente, começado nesta sessão.

Sr. Presidente, quando parabeno V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade desta sessão de debate no Congresso e quando digo que o Congresso deve se reunir mais vezes – eu já havia dito isso a V. Ex<sup>a</sup>, e V. Ex<sup>a</sup> havia comigo se posto de acordo –, imagino que sessões muito movimentadas poderão se realizar entre nós. O Senador pelo Paraná Roberto Requião, por exemplo, haverá de ter momentos muito movimentados, pela combatividade que S. Ex<sup>a</sup> chegou a demonstrar aqui e teria respostas muito claras de pessoas que têm a mesma vontade de combater, de expor suas idéias com clareza e com a dureza que o momento e o calor da luta possam em algum momento exigir.

Sobre a questão que interessa muito à economia de meu Estado, coloco-me de acordo com o que foi dito pelos Senadores Bernardo Cabral e Jefferson Peres. Não me adianta mais, não avanço mais nesse tema, por já haver encaminhado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e aos dois ilustres Ministros aqui presentes um *paper* contendo propostas de soluções e uma análise de todo o quadro de incentivos fiscais na região Norte. Como não terei direito à réplica, não farei perguntas, mas uma declaração muito clara de apoio nítido ao rumo da política econômica que vai sendo exercitada pelo Governo brasileiro. Não temos saída a não ser enfrentar uma crise que vem de fora, com reflexos claros, que encontra vulnerabilidades internas não inventadas por este Governo; não temos saída a não ser trabalhar com clareza a linguagem do ajuste fiscal, a linguagem das reformas. Imagino que se duas outras hipóteses houvesse, uma seria a do governo idílico, que só fala a linguagem da política social e não a liga a medidas econômicas efetivas capazes de garantir o êxito de políticas sociais, o idílio que beira a demagogia, às vezes, a irresponsabilidade, e a outra, Sr. Presidente, a hipótese do governo tradicional, de velho tipo, populista, que acredita ser possível conviver com uma inflação de 50%, como se pudéssemos viver intoxicados ou com 38,5 graus de febre a vida inteira. O governo de velho tipo engana-se com a idéia de crescimento econômico ilusório, porque não baseado em moeda forte, não baseado em inflação européia, em inflação civilizada. Os caminhos são árduos, efetivamente duros, amargos, mas sinto que termos um Governo capaz de trilhar esses caminhos com firmeza vai, ao fim e ao cabo, no longo prazo,

oferecer à Nação a efetiva resposta de que ela precisa para ter as suas estruturas fundamentalmente reformadas a ponto de podermos, aí sim, pensar, com honestidade, com clareza política, em justiça social para valer.

Já agora, no curto prazo, já que se fala tanto em eleição neste País, e é bom que se fale, porque não podemos jamais deixar de prezar o valor democrático como valor absoluto, vamos poder testar se o povo brasileiro está ou não preparado para a maturidade que está sendo revelada por este Governo, saber se a sociedade brasileira mudou ou não mudou, saber se a sociedade brasileira ainda vai no canto da sereia das políticas fáceis que só agravam o problema sem apontar soluções profundas e duradouras ou se estamos hoje vivendo um quadro de tão profunda transformação, que a transformação que vem da Constituição e passa para a economia leva, sem dúvida, à política e, levando à política, vai criar não só a idéia do novo método de ação política como a da troca de agentes, alguns não se revelando à altura de se manter no processo por não terem a compreensão clara do fenômeno que hoje invade o mundo inteiro e passa pela vida brasileira.

Por isso, Sr. Presidente, quando não tenho pergunta a fazer, ao contrário, tenho a enorme alegria de ver uma reunião como esta se processar por tantas horas sob o clima do melhor espírito, digo que o Brasil, sabendo aplicar o remédio amargo do jeito que o Governo entende que deva ser aplicado, só se lamenta que aqui surjam críticas, críticas brilhantes, mas nada que signifique uma proposta amarrada de solução ou de projeto para o País. Por isso, não convencido pelo projeto que não houve, encerro dizendo que mantenho a crença no projeto que é nosso, neste que está sendo explicitado com coragem aos olhos da Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Ademir Andrade, por cessão do Senador Romeu Tuma, colaborando, assim, para que aqueles que divergem possam ter mais oportunidade.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (Bloco/PSB – PA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Parlamentares, a impressão que causa a manifestação do Ministro Pedro Malan, a quem peço atenção para minha colocação e de quem espero uma resposta, é de segurança e de eficiência.

Entretanto, Sr. Ministro, gostaria de fazer uma análise numa linguagem bem clara. Vamos fazer uma contabilidade do nosso País. Uma contabilidade

que vem do momento em que V. Ex<sup>as</sup> assumiram o Governo até este momento. V. Ex<sup>as</sup> assumiram o governo de um País que tinha um patrimônio em empresas estatais, uma dívida interna em torno de US\$70 bilhões e uma dívida externa em torno de US\$110 bilhões. Ao longo de dois anos e dez meses de Governo, V. Ex<sup>as</sup> aumentaram essas dívidas: a dívida interna, especificamente, em R\$120 bilhões, o que significa um aumento mensal – frise-se, mensal – de R\$4 bilhões aproximadamente. A dívida externa não diminuiu um centavo, aumentou pouco, mas aumentou. V. Ex<sup>as</sup> venderam grande parte do patrimônio público brasileiro: venderam todas as siderúrgicas, venderam grande parte do sistema elétrico e pretendem vender todo o resto. Fazendo uma análise da administração que V. Ex<sup>as</sup> estão conduzindo, o que é que o Brasil ganhou com isso? Expliquem-me, porque não entendo. Como é que, em uma economia estabilizada, V. Ex<sup>as</sup> aumentam uma dívida interna em R\$120 bilhões? Quero saber o que V. Ex<sup>as</sup> ofereceram ao povo brasileiro em troca dessa dívida. Peço a V. Ex<sup>as</sup> que me respondam de maneira clara, porque o balanço, visto assim, parece de uma administração absolutamente incompetente. Se uma empresa, com um grande patrimônio e uma dívida razoável, depois de dois anos e dez meses, tem parte do seu patrimônio dilapidado e uma dívida triplicada, não sei onde está a competência dos administradores.

Com o pacote fiscal, V. Ex<sup>as</sup> querem arrecadar R\$20 bilhões, sobrecarregando a sociedade, aumentando impostos e cortando investimentos em áreas fundamentalmente essenciais para o nosso desenvolvimento. Quero que V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Ministro, me responda de maneira clara e objetiva: o aumento da dívida, nesse mesmo período, é maior ou menor do que esses R\$20 bilhões que V. Ex<sup>a</sup> estão colocando R\$20 bilhões sobre a sociedade brasileira, aumentando impostos e cortando investimentos em áreas fundamentalmente essenciais para o nosso desenvolvimento?

Sr. Ministro, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me respondesse de maneira clara e objetiva: o aumento da dívida, nesse mesmo período, é maior ou menor do que esses R\$20 bilhões que V. Ex<sup>a</sup> pretende economizar?

As informações que os articulistas nos dão é a de que V. Ex<sup>a</sup>, em 15 dias, jogou fora o dinheiro que o Governo recebeu pela Companhia Vale do Rio Doce, só com o aumento dessa dívida e com o aumento dos juros que V. Ex<sup>as</sup> proporcionaram. Afinal de contas, estão ferindo a própria carne, pois é o aumento da dívida interna.

O dinheiro que receberam pela Companhia Vale do Rio Doce foi jogado fora por V. Ex<sup>as</sup> em 15 dias com o aumento dessa dívida.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Fazendo soar a campainha.) – V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ademir Andrade, tem mais um minuto para concluir.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (Bloco/PSB – PA) – Sr. Presidente, concluirei rapidamente.

Ao vendermos a Companhia Vale do Rio Doce, não vendemos apenas uma riqueza da pátria; vendemos a possibilidade de definir uma política de industrialização do nosso produto, da nossa terra.

Pergunto-me: como o Governo quer mudar a situação do nosso País com a Lei Kandir.

Sr. Ministro Antonio Kandir, quando nós fomos Constituintes nesta Casa, o que mais discutimos foi a criação de um incentivo para que o nosso produto fosse aqui industrializado e exportássemos produtos manufaturados.

V. Ex<sup>a</sup> faz uma lei às vésperas de uma eleição, com um Congresso Nacional quase ausente. Essa lei é aprovada, os prejuízos estão aí, as exportações não aumentaram, quem está ganhando é o empresário que exporta e nós estamos desestimulando a industrialização em nosso País.

Lamentavelmente, este é um debate em que ficamos limitado. Eu gostaria das explicações a essas indagações. É preciso mudar a pauta das nossas exportações. Não podemos ser um país que vive a exportar produtos semi-elaborados ou primários sem ganhar nada. A madeira que está saindo da Amazônia não deixa absolutamente nada para Amazônia, principalmente depois da lei que V. Ex<sup>a</sup> fez aprovar nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Ademir Andrade, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Chico Vigilante.

**O SR. CHICO VIGILANTE** (Bloco/PT – DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, tenho três indagações, das quais duas ao Ministro Pedro Malan.

Tenho acompanhado o debate travado na imprensa, Ministro Pedro Malan, com relação ao Brasil pedir ou não socorro ao FMI. No dia 20 de setembro, V. Ex<sup>a</sup> declarou nos jornais que o Brasil jamais pediria esse socorro. Agora, existe um debate, bastante acalorado, entre V. Ex<sup>a</sup> e o Presidente do Banco Central com relação a essa situação.

O que há de real nisso? O Brasil vai ou não pedir esse empréstimo ao FMI?

Sr. Ministro, estamos aqui discutindo o Orçamento geral da União de R\$438 bilhões, dos quais R\$178 bilhões destinam-se à rolagem da dívida externa. Estavam previstos mais R\$36 bilhões para pagamento dos juros. Portanto, mais de um terço do Orçamento está comprometido com a dívida interna e externa. Para investimento, são somente R\$8 bilhões. Apesar disso, vem esse pacote baixado por V. Ex<sup>a</sup> com o intuito de uma economia de 20 bilhões. Qual é a lógica em tudo isso? Não está na hora de combatermos essas taxas de juros praticadas no Brasil?

Há outro fato interessante. Quando houve o problema dos bancos, o Governo criou o Proer. Eu gostaria de saber se há a mesma disposição para os pequenos empresários, para os trabalhadores que estão desempregados, para os servidores públicos, bancários, comerciários e industriários que estão perdendo seus empregos. Existe esse pensamento?

Ministro Antonio Kandir, V. Ex<sup>a</sup> participou do Governo que confiscou a poupança, arrouchou os salários, demitiu servidores, desempregou e quase tirou a esperança dos brasileiros. V. Ex<sup>a</sup> agora participa de outro Governo que demite servidores; só ainda não fez o confisco clássico da poupança. Todavia, com a alta taxa de juros, seguramente, muita gente perdeu. Gostaria de ouvir sua explicação – já que participou desses dois períodos – sobre a diferença entre os Governos Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia, em virtude da ausência do Senador Carlos Wilson.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Romeu Tuma pela sua colaboração. Infelizmente, não será possível passar a palavra a S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, eu lhe agradeço. Contudo, o que eu pretendia saber o Sr. Ministro Pedro Malan já respondeu.

**O SR. JOSÉ CARLOS ALELUIA** (PFL – BA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Congressistas, Srs. Ministros, estamos aqui, às 17 horas, e os Ministros estão ouvindo os Deputados e os Senadores. Milhares de brasileiros estão em casa também ouvindo e, certamente, estão perguntando se a grande maioria dos que falaram é contra o pacote fiscal. Isso decorre da estrutura partidária brasileira frágil. Aqui, falaram Líderes que são líderes de si mesmos. Portanto, nada representam, porque o Líder do meu Partido, o maior da Câmara, o Deputa-

do Inocêncio de Oliveira, não teve oportunidade de falar, tal o tratamento democrático com o que o Presidente conduziu esta sessão.

Não posso perder esta oportunidade para reafirmar o compromisso do PFL de apoio ao Governo e à equipe econômica, não obstante tenhamos apresentado emendas, como bem disse o meu companheiro, Deputado Mussa Demes, no sentido de aperfeiçoar as medidas apresentadas.

Entendemos, sim, que existem pontos que devem ser modificados. Um deles é a questão do Imposto de Renda, que ataca diretamente a classe média. Vamos encontrar soluções, e o Deputado Mussa Demes aqui trouxe uma delas.

Particularmente, Srs. Ministros, entendo que V. Ex<sup>as</sup> devem ter mais forças para tocar com mais velocidade a reforma patrimonial. Quando falamos a respeito disso, não o fazemos com posição ideológica, mas com a noção de quem sabe que, quando se vende mais cedo, gasta-se menos ao pagar juros. Portanto, V. Ex<sup>as</sup> têm todo o apoio do PFL no processo da reforma patrimonial para acelerar o processo de reforma patrimonial que foi tão pouco falado nesta sessão. Esse é um ponto que vamos apresentar como contrapartida, sugerindo a inclusão de empresas que podem, sim, ser privatizadas, como é o caso da Petrobrás Distribuidora.

Outro ponto que queríamos levar em consideração é a questão dos incentivos fiscais do Nordeste. A medida foi muito perversa com o Nordeste e com o Norte. Precisamos discutir não só a questão do Finor mas, sobretudo, o imposto de renda e a quarentena de cinco anos para os recursos aplicados na região. Isso particularmente anula os incentivos concedidos à região neste momento. Esse é mais um ponto sobre o qual gostaríamos de negociar.

Sr. Presidente, trabalhamos longamente para construir uma navegação brasileira eficiente. Construímos o REB para reduzir e melhorar as contas correntes na balança de pagamentos. Entendo que, por um equívoco, tentou-se atender a um pleito da Federal Maritime & Commission, objetivando-se retirar a competitividade das embarcações brasileiras no tráfego internacional.

Entendo que o Governo deve reconsiderar essa posição e voltar com a Emenda Roberto Campos, que, aliás, os americanos querem que seja revogada, não nós.

Muito obrigado, Sr. Ministro. Parabéns a todos nós, parabéns ao Congresso Nacional por esta reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra ao Ministro Pedro Malan.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA** (Pedro Malan) – Muito obrigado. Eu gostaria de agradecer aos Senadores Levy Dias, Eduardo Suplicy, aos Deputados Deputado Israel Pinheiro, Mussa Demes, Arthur Virgílio, Chico Vigilante, José Carlos Aleluia. Não vou me alongar em comentários sobre cada uma das questões colocadas, mas vou me permitir comentários rápidos sobre algumas das colocações feitas e o Ministro Antonio Kandir também terá algo a dizer.

Com relação às questões levantadas pelo Sr. Senador Levy Dias sobre o fundo do Centro-Oeste, reconheço que é um ponto central a sua aplicação, através do Banco do Brasil, que é o administrador e é algo que já foi objeto de nossas conversas em outras ocasiões.

Sobre conselhos e sugestões a pequeno, médio e microempresário com relação às taxas de juros, apenas reafirmo a nossa confiança de que o prazo de duração de taxas tão elevadas, não será excessivamente longo e a comparação com o período de economia superaquecida de 1995 não é o mesmo período atual. Portanto, isso deve ser levado em conta.

O Congressista Israel Pinheiro não poderia concordar mais com a idéia de quão é fundamental a modernização do Estado na busca de maior eficiência operacional, e nesse sentido registro minha concordância que temos todas as condições de avançar mais na reforma fiscal que foi apresentada pelo Secretário Pedro Parente a esta Casa. Esta é a tarefa fundamental do momento.

O Congressista Mussa Demes faz dois comentários. O primeiro é o de que tem dificuldades em aceitar a redução de 50%, tal como proposta nos incentivos, porque se ficar demonstrado que é possível reduzi-los, pode ser que no futuro haja uma redução em percentuais ainda maiores. Digo que essa é uma variante do argumento da perenização dos incentivos, que é questionável no momento em que se exige contribuição e esforço de todos.

A sugestão apresentada em detalhes sobre eliminar os juros remuneratórios do capital próprio, essa tributação, alíquota de 15%, permite estabelecer um tratamento equitativo com os empréstimos contratados pelas empresas. A eliminação desse instituto encaminharia às empresas para contratação de empréstimos por razões fiscais, em relação a investimento. Portanto, sob o ponto de vista tanto eco-

nômico quanto tributário, temos dúvidas quanto à efetividade da matéria.

O Senador Eduardo Suplicy já havia me encaminhado suas perguntas, aliás, anunciou-as de público na televisão: qual o valor da dívida ativa da União; em que condições de cobrança se encontra e que providências estão sendo adotadas pela sua cobrança; segunda, qual o valor dos débitos em atraso para com a União e que providências estão sendo adotadas para sua cobrança.

Devo dizer que não há diferença entre essas duas perguntas, Senador, pois os débitos aptos para inscrição na dívida ativa devem ser, obrigatoriamente, inscritos em 30 dias. De modo que a pergunta é praticamente a mesma.

Tenho, aqui, por escrito – vou entregar a V. Ex<sup>a</sup> – as respostas com os números. Permita-me, apenas, fazer dois comentários breves.

Como resultado do nosso esforço, o estoque da dívida ativa acumulada em dezembro de 94, 4,4 bilhões de Ufir, aumentou para 8,7 bilhões de Ufir, em dezembro de 95, para 17,1 bilhões de Ufir, em dezembro de 96 e para 35,1 bilhões de Ufir em setembro de 97. Por que o valor em Ufir? Mantivemos, originalmente, porque no estoque constam dívidas antigas nas várias moedas que já tivemos em nossa vergonhosa experiência hiperinflacionária, que apresentam inconsistências decorrentes de conversões realizadas em real. Estamos, portanto, empenhados em expurgar as inconsistências para não prejudicar os contribuintes.

Da mesma forma, temos dados sobre o número de débitos ainda serem transferidos da Receita Federal para a PGFN. Assim, eu gostaria de chamar atenção para o fato de que, no triênio 92/94, a arrecadação total foi da ordem de R\$1,2 bilhão; já no triênio que vai de 1995, 1996 até outubro de 1997, conseguimos aumentar para R\$7,2 bilhões por força dessa cooperação. Da mesma maneira, no que diz respeito ao projeto de conversão de depósitos judiciais em renda da União, só de 1996 até outubro de 1997, conseguimos a conversão de R\$4 bilhões.

Também tenho dados sobre arrecadações. Além disso, Senador Eduardo Suplicy, para responder à pergunta sobre as providências que estão sendo adotadas para cobrança, feita por V. Ex<sup>a</sup>, tenho uma longa lista, mas dado o prazo relativamente curto não vou lê-la, mas encaminho-a por escrito a V. Ex<sup>a</sup>.

Devo lembrar, no entanto, que Executivo e Legislativo podem avançar muito através de um esforço cooperativo. Para justificar, citando apenas as

coisas que estão em estudo, eu gostaria de ressaltar que só na semana passada o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional a exigência de depósito recursal na via administrativa. Da mesma maneira, estamos discutindo um projeto de lei, uma lei complementar ou, ainda, uma medida provisória, que permita a redução do prazo de preclusão para o direito do contribuinte de questionar, no âmbito do Poder Judiciário, matéria já discutida no âmbito administrativo.

Como V. Ex<sup>a</sup> notou e sabe, há muitas instâncias em que o devedor procura esgotar, durante anos, todos os procedimentos administrativos e, só depois de esgotá-los, é que ele dá início a um processo judiciário que também pode demandar anos e anos. Ligo isso, Senador, porque os números que estou encaminhando a V. Ex<sup>a</sup> devem ser vistos à luz da seguinte observação: a inscrição de um débito em dívida ativa não confere à cobrança imediata liquidez, porque a execução fiscal se opera no âmbito do Judiciário, assegurados, inclusive, os embargos processuais, que, não raro, obstaculizam a cobrança. Portanto, os números que vou encaminhar a V. Ex<sup>a</sup>, e os que li aqui, não significam que haja aquele volume de recursos líquido à disposição de uma cobrança imediata e a realização da cobrança, portanto, não é ágil o suficiente para prover recursos de curtíssimo prazo. Além disso, sua realização efetiva já é apropriada nos orçamentos anuais, como é do conhecimento de V. Ex<sup>a</sup>.

Sua terceira pergunta, sobre qual o valor dos débitos dos entes públicos e privados para com a Previdência Social, tomei a iniciativa de solicitar essa informação ao Ministério da Previdência. Ela me chegou, está aqui no conjunto que estou encaminhando a V. Ex<sup>a</sup>. Agora, sobre que providências estão sendo adotadas para sua cobrança, peço que V. Ex<sup>a</sup> dirija a pergunta diretamente ao Ministro da Previdência, porque não tenho condições de falar em nome de um Ministério que não o meu. Estas são as perguntas que V. Ex<sup>a</sup> me encaminhou por escrito.

Hoje, aqui, V. Ex<sup>a</sup> pediu que eu anotasse, e eu o fiz, três outras perguntas, além dessas cujas respostas estou encaminhando a V. Ex<sup>a</sup> hoje por escrito. A primeira delas é sobre desemprego: o que o Governo está fazendo ou propondo para atenuar o provável impacto sobre emprego, qualidade de emprego ou desemprego nos próximos meses. Acho que essa, de novo, é uma área que exige cooperação, mas eu queria chamar sua atenção: existe muita coisa que já estamos fazendo há algum tempo, como o Governo. O Ministro Antonio Kandir lembra,

com propriedade, que, dos 42 projetos do Brasil em Ação, cerca de 16 são projetos na área social, e o número deles tem a ver com programas de criação, de geração de emprego, treinamento, retreinamento, qualificação de mão-de-obra, que passaram a assumir uma importância crescente. Obviamente, estamos abertos para qualquer sugestão que venha do Legislativo sobre medidas adicionais que possam ser tomadas nessa direção.

Sobre sua outra pergunta, sobre socorro a bancos e instituições financeiras, devo dizer que existe ainda, lamentavelmente, uma enorme incompreensão sobre o que significa uso de redesconto e uso de reservas bancárias em situações de emergência. É um equívoco monumental chamar isso de socorro a banco, assim como é um equívoco chamar empréstimos concedidos contra garantia, com uma taxa que tem que ser paga ao Banco Central, de socorro e ajuda concessional a bancos ou instituições financeiras. Já tivemos dezenas de oportunidades de discutir essa questão nesta Casa; quero crer que é uma questão mais de natureza política do que técnica. É o comentário que tenho que fazer a esse respeito.

Por último, a sua pergunta sobre política cambial e por que o Governo não anuncia qual é a sua postura, vou lhe dizer com toda a franqueza: não vou responder a essa pergunta, nem por escrito e nem aqui, agora, porque em lugar nenhum do mundo Ministro da Fazenda ou Presidente do Banco Central discute de público o que acha que pode eventualmente vir a ser feito em termos de política cambial. Estou seguro de que V. Ex<sup>a</sup>, bom economista que é, saberá entender a razão pela qual não se discutem essas coisas de público, sobre o que eu, como Ministro, acho que pode e deve ser feito. Quando eu achar que pode e deve ser feito fazemos, viemos aqui e explicamos por que fizemos, o que fizemos, mas não discutimos de público. No momento nossa posição é clara e conhecida. Não vemos razões para alterar a condução da política cambial, que tem uma flexibilidade que já se mostrou, na prática, nos permite lidar com as situações à medida que elas evoluam. Ao Deputado Arthur Virgílio, gostaria de agradecer as palavras que dirigiu ao nosso esforço e o reconhecimento que dele faz.

O Senador Ademir Andrade faz uma pergunta da maior importância. S. Ex<sup>a</sup> pergunta o que o Brasil ganhou ao longo dos últimos quatro anos. O que a população brasileira ganhou desde 1993? Confesso que respondo com o maior prazer a pergunta. Tenho dificuldade em entender que alguém tenha dúvidas a

esse respeito. Talvez pudéssemos começar lembrando a situação em que se encontrava este País e esta economia no ano da graça de 1993: uma inflação de 2.700% ao ano, caminhando para 5.000% ou 7.000% no ano de 1994; terceiro ano de uma recessão que se iniciou em 1990; três anos consecutivos de queda do Produto Interno Bruto **per capita**; descrédito total no cenário internacional; não concluída a negociação de sua dívida externa; volumes irrisórios de investimento direto em 1991, 1992 e 1993, por conta da percepção de uma economia que estava em estagnação. A taxa média de inflação no período 1988/1993 foi superior a 1.000% ao ano, recorde mundial. Ultrapassamos o índice do Zaire do General Mobutu, a Nicarágua em guerra civil, o Peru com duas hiperinflações, a Argentina com duas inflações no mesmo período. Tínhamos vindo de três anos consecutivos de recessão na década de 80 – 1981, 1982 e 1983. Um outro ano de recessão foi o ano de 1988. A inflação, que começou a menos de 100% no final dos 70, chegou aos 2.700%, caminhando para 5.000%, em final de 1993.

E hoje estamos no quarto ano consecutivo de inflação numa trajetória de queda. Cinco por cento ou um pouco mais, nos principais índices, é uma inflação que este País não experimentava desde o início dos anos 50 – era a inflação de cinco dias em 1993. Estamos no quinto ano consecutivo de crescimento do PIB **per capita** no Brasil. Não é um resultado brilhante, mas é superior a 4% em média do período, algo que tínhamos desde a segunda metade dos anos 70.

Recuperamos a nossa credibilidade internacional. Recebemos, depois de quantias insignificantes, US\$2,2 bilhões de investimentos diretos em 1994; US\$3,9 bilhões em 1995; US\$9,4 bilhões em 1996; US\$16,8 bilhões nos doze meses passados, até 31 de outubro deste ano. A confiança no Brasil e no seu futuro foi recuperada.

Portanto, digo com toda honestidade e toda franqueza, Senador, tenho dificuldade em entender o que há por trás do jogo retórico da afirmação de que o Brasil nada ganhou, que o povo brasileiro nada ganhou com o programa de estabilização.

As estatísticas de acesso de milhões de brasileiros, pela primeira vez, ao mercado de bens de consumo estão aí para quem quiser ver. A cesta básica, ontem, Senador, custava apenas R\$6,00 a mais do que custava no dia 1º de julho de 1994, quando lançamos o Real.

**O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB/PA)** – Mas estão vendendo tudo e aumentando a nossa dí-

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Pedro Malan)** – Só um minutinho. Vou chegar lá, Senador. Estava respondendo à sua pergunta. Eu o ouvi com atenção.

São óbvios os benefícios com o aumento do poder de compra do salário que o trabalhador carrega no bolso ao longo desse período.

O senhor me diz: Bom, mas estamos privatizando. É verdade, estamos privatizando, sim. Só que alguns lêem a privatização como dilapidação do patrimônio público. Nós vemos privatização como algo que aumenta a eficiência da economia em seu conjunto, que reduz o déficit fiscal e, o mais importante, que ao longo do tempo permite a canalização de recursos públicos escassos para a área social. Portanto, não consideramos que isso é um dilapidar do patrimônio público. Interessa ao País o investimento na sua gente, a concentração do setor público na área social, e não na área de investimento direto produtivo, que é melhor deixar para o setor privado.

O senhor diz: Bom, esqueçamos tudo isso, façamos de conta que nada disso aconteceu, que tudo isso é irrelevante, que a população brasileira não atribui nenhum valor a isso e que a grande, a fundamental preocupação da população brasileira é o aumento, que – o senhor reconhece – aumentou pouco, mas aumentou, da dívida externa e o aumento da dívida interna desse período. É isso o que interessa à população brasileira. Ao resto a população não atribui nenhuma importância.

Minha resposta, só para concluir, é a seguinte: deixemos que a população brasileira – vivemos numa democracia – decida isto: se é mais importante a questão de como evoluiu a dívida do setor público consolidado nesse período – diga-se de passagem, sob controle, desde outubro de 1996 está 34% do PIB sem aumento –, ou o resto da experiência que viveu nos últimos quatro anos.

**O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA)** – Nós não temos 400 milhões para gastar em propaganda.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)** – Não pode haver interferência. O Ministro Pedro Malan está com a palavra.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Pedro Malan)** – Estou concluindo. Não jogamos dinheiro fora com essa questão e creio que estamos caminhando na direção correta. Obviamente há custos, há dificuldades. Nunca dissemos que chegaríamos ao nirvana. Dissemos que há custos, dificuldades. Como em todo e qualquer processo de reestruturação econômica, em qualquer país do mundo, há custos e dificuldades.

Em última análise, em uma democracia, caberá à maioria decidir. E a ocasião em que isso terá lugar será em breve.

Dirijo-me agora ao Deputado Chico Vigilante. Deputado, serei franco. Publiquei uma nota que se encontra na internet. Se V. Ex<sup>a</sup> não tem acesso à internet, terei o maior prazer de fornecer-lhe uma cópia – talvez até eu a tenha aqui – esclarecendo claramente a posição do Brasil em relação à questão. Eu não disse a frase que V. Ex<sup>a</sup> me atribuiu. Acredito que há uma tentativa, absolutamente fadada ao insucesso, de procurar intrigar-me com meu velho e dileto amigo Gustavo Franco, com o qual tenho a maior afinidade nessa questão. Não há controvérsia fundamental. Tudo o que tenho a dizer sobre o assunto e a opinião de Gustavo Franco estão nessa nota à imprensa distribuída alguns dias atrás. Portanto, não me sinto obrigado à reiterar, a repetir, a elaborar o assunto. Seria como a batalha de Itararé, aquela que nunca existiu. Não houve qualquer controvérsia sobre a questão. Alguns pretenderam fazer muito barulho por nada em uma questão que não é relevante.

Sobre o orçamento, deixarei o Ministro Antonio Kandir falar. V. Ex<sup>a</sup> pergunta: não está na hora de combater efetivamente os juros, levando-os à queda? A resposta é afirmativa. Está na hora. Como fazê-lo? Acelerando, mostrando nossa capacidade de reduzir o déficit fiscal consolidado, acelerando o processo de mudança na economia. Isso vai permitir-nos rapidamente baixar a taxa de juros.

Deputado José Carlos Aleluia, estou em total acordo com a reforma patrimonial. Sobre o imposto de renda de pessoa física, vamos continuar a discussão. Temos, aparentemente, uma visão diferente sobre o significado no conjunto de medidas que apresentamos. Quando se faz uma análise comparativa das alíquotas de imposto de renda de pessoa física no Brasil e um número amplo de países desenvolvidos e em desenvolvimento, verificamos que as alíquotas brasileiras não são, de forma alguma, das mais elevadas do mundo. Portanto, em um momento de sacrifício e contribuição, pensamos que era razoável o tipo de proposta que fizemos.

Sobre incentivos fiscais, penso que teremos que continuar discutindo a questão com nossos vários amigos que falaram sobre esse assunto. Podemos dizer que está proposta uma redução de 50%, não a sua eliminação, o seu desaparecimento. Portanto, é a contribuição que está sendo pedida de todos.

Peço desculpas por ter-me estendido. Peço desculpas em particular ao Senador Ademir Andrade. Estendi-me porque creio que houve um deliberado desconhecimento do que havia acontecido.

**O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA)** – Sr. Ministro, faltou responder sobre o aumento da dívida em função dos R\$20 bilhões e também a questão do valor da Vale do Rio Doce.

**O SR. MINISTRO DA FAZENDA (Pedro Malan)** – Isso são águas passadas que não movem moinhos. A Companhia Vale do Rio Doce foi vendida em leilão. É sempre possível comparar tudo a qualquer coisa. Vimos aqui várias comparações. Não tenho comentário a fazer. Considero um assunto superado a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. O futuro dirá se foi uma decisão correta ou não. Isso cabe a historiadores futuros a essa altura.

Sobre o aumento da dívida, digo que, na verdade, uma dívida é resultado de déficits acumulados em períodos anteriores sobre os quais incidem juros. Sei que há uma certa corrente de opinião aqui no Brasil que pensa que dívida deveria ser colocado para escanteio, que não deveria ser paga, que não deveria ser considerada como uma obrigação contratual incorrida no passado. Uma dívida é o resultado de déficits acumulados no passado sobre a qual, obviamente, incidem obrigações. E quando as obrigações não são pagas, obviamente crescem muito mais rapidamente do que cresceriam, caso o encargo estivesse sendo pago efetivamente. O Brasil é uma economia de R\$800 bilhões, tem uma dívida que é um terço disso, a qual não é das mais elevadas do mundo, pois há países como Grécia, Itália e Bélgica que têm dívidas de 120% do seu PIB; é bem verdade que financiadas em outros termos e com prazos mais longos. Contudo, não considero que a nossa seja excessiva, não controlável ou saindo fora de controle; tanto é que está estabilizada há muito tempo. E a desestabilização potencial que pode advir agora dependerá da nossa resposta também. Esta é a razão pela qual estamos aqui discutindo com os senhores: precisamos evitar que essa dívida aumente, e a maneira de evitar isso é baixar a taxa de juros; e a forma de abaixar a taxa de juros é avançar neste ajuste fiscal, na reforma do Estado e na melhoria da eficiência operacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)** – Com a palavra o Ministro Kandir.

**O SR. MINISTRO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (Antônio Kandir)** – Sr. Presidente, registrei aqui várias das opiniões e sugestões impor-

tantes feitas pelo Senador Levy Dias, Deputado Israel Pinheiro, Deputado Mussa Demes, Senador Eduardo Suplicy, Deputado Arthur Virgílio, Senador Ademir Andrade, Deputado Chico Vigilante e Deputado José Carlos Aleluia. Não vou ter condições, obviamente, de fazer comentários sobre todas as observações, mas gostaria de fazer alguns pequenos registros.

Primeiro, com relação às observações feitas pelo Deputado Israel Pinheiro, queria fazer duas considerações. S. Ex<sup>a</sup> apresenta uma possível contradição entre os desafios de curto prazo que têm a ver com a administração desta crise momentânea e a necessidade de fazer a economia crescer. A abordagem feita pelo Deputado Israel Pinheiro é a de que, ao se elevarem os juros a curto prazo, estaríamos inviabilizando o desenvolvimento. Eu queria reiterar um ponto já afirmado pelo Ministro Pedro Malan e por mim, de que não desejamos ter a taxa de juros elevada por um prazo prolongado. Aliás, exatamente por isso é que estamos propondo um esforço fiscal forte, o que pavimenta o terreno para reduzir a taxa de juros. Não é possível mantê-la por um tempo prolongado.

Em relação à mudança do papel do Estado, nós o estamos propondo por meio das reformas constitucionais, mas também por ações gerenciais. O chamado Programa Brasil em Ação é um embrião, como o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso tem dito, na forma de o Estado trabalhar, ou seja, colocar gerentes para cada uma das ações estratégicas e ter um sistema de informações compartilhado, para tomar ações cada vez mais rápidas a fim de enfrentar os problemas. Além disso, há todo o programa de desestatização, que procura utilizar melhor os ativos de que o Governo dispõe no momento.

Segundo, eu queria fazer algumas observações a respeito das considerações do Deputado Chico Vigilante, particularmente sobre o porquê de os investimentos ficarem restritos a algo pouco superior a R\$8 bilhões. Eu diria que a razão principal é exatamente o fato de que, como V. Ex<sup>a</sup> deve saber muito bem, o Orçamento hoje tem uma rigidez muito grande. Para V. Ex<sup>a</sup> ter uma idéia, cerca de 90% do aumento do gasto, em termos reais, decorre da existência de um conjunto de instituições que estão cristalizadas na Constituição, ou seja, a impossibilidade de mudanças decorrentes da não-reforma administrativa, a impossibilidade de determinadas mudanças em função da não-ocorrência da reforma previdenciária e a rigidez com que determinadas receitas são

vinculadas fazem com que, como disse, por conta dessas instituições cristalizadas na Constituição, 90% do aumento do gasto já esteja explicado só por esses determinantes. Para que possamos ter maior flexibilidade, seria muito importante poder fazer mudanças nessas instituições que rigidificam o Orçamento.

Terceiro, farei um comentário adicional ao do Sr. Ministro Pedro Malan, no que diz respeito à observação feita pelo Senador Ademir Andrade. Em termos da relação do aumento da dívida com o PIB, ela está estabilizada e vem reduzindo. O relevante, do ponto de vista da dívida, é ver a sua relação com o PIB, porque, se o este cresce, cresce a capacidade de arrecadação, cresce a capacidade de pagamento. A nossa relação dívida-PIB é uma das mais baixas do mundo e está se reduzindo. E não se reduziu mais por conta da estabilidade da inflação. V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem que este não é um problema só do Governo Federal, mas de vários governos estaduais: quando há uma inflação alta, a receita vai junto com a inflação, mas a despesa fica contida. Ou seja, as despesas são determinadas por contratos, a inflação alta faz com que as despesas se ajustem à receita disponível. Na medida em que se reduz a inflação, a despesa salta. Infelizmente, vários Estados tiveram dificuldades enormes de administração no início de 96 por não perceberem exatamente que a redução da inflação deixaria de controlar as despesas como controlava antes. Essa redução drástica da inflação, que é o que gostaríamos de fazer, fez com que muitas das despesas crescessem e, com isso, abrisse um déficit. Com a abertura desse déficit, abre-se a dívida. Ou seja, a dívida é consequência de vários déficits que se ampliaram, em parte, pela própria redução da inflação. Tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> há de concordar com a importância da redução da inflação para se criarem oportunidades de investimento realmente produtivos.

Por último, eu gostaria de fazer uma observação de caráter geral às considerações feitas pelos Deputados Mussa Demes, Arthur Virgílio e José Carlos Aleluia. S. Ex.<sup>as</sup> fizeram observações interessantes que realmente devem motivar a nossa discussão. Alguns pontos, creio, merecem uma reflexão maior por parte da equipe econômica. Teremos oportunidade de discutir isso.

Fico muito contente que da parte de todos houve de fato um estímulo muito grande. Quero registrar, em particular, a observação feita pelo Deputado José Carlos Aleluia com relação ao estímulo, para que avancemos mais ainda na reforma patrimonial e,

certamente, com o apoio de todos conseguiremos avançar nessa direção.

Por último, quero registrar o meu agradecimento pela oportunidade de vir aqui junto ao Ministro Pedro Malan, de podermos debater os temas relativos aos desafios do momento. Certamente aprendemos aqui com várias dessas observações. Saio daqui cada vez mais confiante na nossa capacidade de realmente defender a nossa moeda, controlarmos a inflação e, o que é mais importante, retomar um crescimento de maneira sustentada.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Será publicada e encaminhada para a devida resposta, indagação do Senador Ronaldo Cunha Lima aos Ministros Pedro Malan e Antonio Kandir.

É a seguinte a indagação encaminhada:

#### INCENTIVOS À CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Umá das medidas econômicas adotadas pelo Governo para diminuição do déficit público foi o corte de 12,5%, nas dotações para 1988, para as bolsas de ensino e pesquisa e a redução dos incentivos fiscais destinados à ciência e tecnologia.

A economia com o corte das bolsas será da ordem de cem milhões de reais em relação ao montante de vinte bilhões de reais que se pretende eliminar do déficit, ou seja, apenas meio por cento desse montante.

A economia estimada com os cortes dos incentivos fiscais à ciência e tecnologia (Lei nº 8.661/93) é da ordem de cem milhões de reais, meio por cento do total.

Esses cortes perfazem, portanto, um por cento do total dos vinte bilhões, que é a meta estabelecida pelo Governo.

Os projetos de inovação tecnológica aprovados mediante os incentivos da Lei nº 8.661/93 somarão quase dois bilhões de reais num período de sete anos. A proporção dos investimentos empresariais nesse programa de inovação tecnológica incentivada em relação à renúncia fiscal do Governo é de quatro para um, ou seja, cada quatro reais investidos, o Governo renuncia a um real de imposto. Os cem milhões cortados significariam, portanto, investimentos privados de quatrocentos milhões nesse setor.

*Pergunta: A economia de apenas duzentos milhões de reais, equivalentes a um por cento do montante desejado pelo Governo, não constitui um ônus muito elevado, em relação ao prejuízo causado aos investimentos na inteligência nacional e à inovação tecnológica de que o parque industrial brasileiro tanto necessita? Essas medidas não colidem com as*

*necessidades do País para enfrentar a competição no mundo globalizado?*

#### INCENTIVOS REGIONAIS

O Governo anunciou cortes lineares de todos os incentivos setoriais e regionais (Finor, Finam e Funres) em 50% e revisão com redução dos incentivos à informática (CNPq e PDTI/PDTA), o que proporcionaria uma economia da ordem de R\$ 550 milhões.

Feitas as contas conforme as disposições da Medida Provisória nº 1.602, de 14-11-97, sobre os números reais previstos para 1998, verificou-se que o governo reduzirá o déficit, efetivamente, em R\$1.367 bilhão, portanto R\$ 817 milhões a mais do que o inicialmente previsto.

Se em vez de se fazer um corte linear de 50%, como inicialmente proposto, se fizer um corte de apenas 25%, a redução no déficit seria da ordem de R\$683 milhões, ainda assim, quase 25% maior que o valor previsto, isso sem considerar a redução dos incentivos à informática (CNPq e PDTI/PDTA).

*Pergunta: Tendo em vista que o valor a ser economizado superou com folga de R\$817 milhões a previsão inicial, por que o Governo não considera a hipótese de reduzir os incentivos regionais linearmente em apenas 25% em vez dos 50% inicialmente propostos, o que, ainda assim resulta uma economia adicional de R\$133,6 milhões, valor suficiente para compensar a?*

Ronaldo Cunha Lima.

Nota de esclarecimento ao Senador:

A Sudene, mantidas as previsões anteriores às medidas econômicas, necessitaria de 3 anos para cumprir os seus compromissos com os cerca de 360 projetos já em andamento. Com o corte de 50% proposto, precisará do dobro do tempo, o que significa 6 anos sem a atração de um único projeto novo e um custo em número de empregos de cerca de 60 mil vagas anuais.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)

– Quero agradecer a presença dos Ministros Pedro Sampaio Malan e Antonio Kandir a esta sessão tão importante, num dos dias mais marcantes do Congresso Nacional, num dia de sábado, com mais de sete horas e meia de sessão, altamente produtiva e, sobretudo, a maneira como responderam às perguntas.

Mais do que aos Ministros, agradeço aos Congressistas. Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores, que deram uma demonstração de espírito público e civismo neste dia de hoje,

como disse, extremamente marcante na história do Legislativo.

Hoje é um dia muito feliz para todos nós, Deputados e Senadores, porque estamos mostrando ao Brasil que estamos à altura do momento vivido pelo País, com a responsabilidade dos que nos conferiram o mandato.

Antes de encerrar a sessão, há sobre a mesa ofício, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ronaldo Cunha Lima.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 381/97

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação do **Senador Ney Suassuna, como membro Titular, em substituição ao Senador Humberto Lucena**, na Comissão Mista incumbida de apreciar e emitir parecer à Medida Provisória nº 1.595-14, de 10-11-97, que "altera dispositivos das Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180 de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências", ficando a mesma assim constituída:

**Titulares**

Senador Jader Barbalho

Senador Ney Suassuna

**Suplentes**

Senador Renan Calheiros

Senador Fernando Bezerra

Renovo, na oportunidade, votos de apreço e consideração.

Senador **Jader Barbalho**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães)  
– Serão feitas as substituições solicitadas.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Senhoras e aos Srs. Senadores que o Senado está convocado para uma sessão deliberativa extraordinária amanhã, às 10 horas.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17h30min.)*

**AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE**

**ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

22-11-97

Sábado

10:00 – Sessão Extraordinária do Congresso Nacional.

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador NEY SUASSUNA (PMDB/PB)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado ARNALDO MADEIRA (PSDB-SP)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador JEFFERSON PÉRES (PSDB/AM)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO FASSARELLA (BLOCO - PT/PDT/PC do B/MG)

### DEPUTADOS

#### TITULARES

#### SUPLENTE

<b>PFL</b>					
ADAUTO PEREIRA	PB	5221	BENEDITO DE LIRA	AL	5215
ALEXANDRE CERANTO	PR	5472	VALDOMIRO MEGER	PR	5842
ARACELY DE PAULA	MG	5201	LAURA CARNEIRO	RJ	5516
BETINHO ROSADO	RN	5558	ROBERTO PESSOA	CE	5607
EULER RIBEIRO	AM	5544			
ROBSON TUMA	SP	5834			
JOSÉ ROCHA	BA	5908			
JÚLIO CÉSAR	PI	5854			
PAULO LIMA	SP	5507			
OSVALDO COELHO	PE	5444			
PAULO GOUVÊA	SC	5918			
LUIZ BRAGA	BA	5913			
SARNEY FILHO	MA	5202			

#### BLOCO PMDB/ PSD/PSL/PRONA

ALBÉRICO FILHO	MA	5554	HÉLIO ROSAS	SP	5478
CLEONÂNCIO FONSECA	SE	5824	JOSÉ CHAVES	PE	5436
ARMANDO ABÍLIO	PB	5805	SANDRO MABEL	GO	5803
BARBOSA NETO	GO	5586	SÍLVIO PESSOA	PE	5425
GENÉSIO BERNARDINO	MG	5571			
LÍDIA QUINAN	GO	5223			
NEUTO DE CONTO	SC	5209			
ODACIR KLEIN	RS	5228			
OSCAR GOLDONI	MS	5448			
PEDRO NOVAIS	MA	5813			
SILAS BRASILEIRO	MG	5932			
UDSON BANDEIRA	TO	5486			
JOSÉ PRIANTE	PA	5748			

#### PSDB

ARNALDO MADEIRA	SP	5473	B.SÁ	PI	5643
BASÍLIO VILLANI	PR	5634	EMERSON OLAVO PIRES	RO	5318
CECI CUNHA	AL	5727	OLÁVIO ROCHA	PA	5431
CIPRIANO CORREIA	RN	5839	YEDA CRUSIUS	RS	5956
DANILO DE CASTRO	MG	5862			
FLÁVIO PALMIER DA VEIGA	RJ	5246			
JOÃO LEÃO	BA	5320			
LEÔNIDAS CRISTINO	CE	5535			

MARCUS VICENTE  
PEDRO HENRY  
PIMENTEL GOMES  
ROBERTO ROCHA

ES 5362  
MT 5829  
CE 5231  
MA 5529

**TITULARES**

**SUPLENTES**

**BLOCO PT/PDT/PC do B**

ARLINDO CHINÁGLIA	SP	5706	EURÍPEDES MIRANDA	RO	5252
CHICO VIGILANTE	DF	5627	INÁCIO ARRUDA	CE	5528
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948	MARIA LAURA	DF	5475
GIOVANNI QUEIROZ	PA	5534	RENAN KURTZ	RS	5810
JOÃO COSER	ES	5514			
JOÃO FASSARELLA	MG	5283			
PAULO BERNARDO	PR	5379			
PAULO ROCHA	PB	5483			
SERAFIM VENZON	SC	5711			
SÉRGIO MIRANDA	MG	5462			

**PPB**

CLEONÂNCIO FONSECA	SE	5824	CARLOS AIRTON	AC	5745
FELIPE MENDES	PI	5640	SILVERNANI SANTOS	RO	5625
JOSÉ JANENE	PR	5608	VAGO		
LUÍS BARBOSA	RR	5340			
MÁRCIO REINALDO MOREIRA	MG	5819			
OSVALDO REIS	TO	5835			
ROBERTO BALESTRA	GO	5262			
FERNANDO RIBAS CARLI	PR	5948			
AUGUSTO NARDES	RS	5530			
VAGO					

**PTB**

ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	ES	5322	JOSÉ BORBA	PR	5616
ISRAEL PINHEIRO	MG	5373			
RODRIGUES PALMA	MT	5528			

**PSB**

GONZAGA PATRIOTA	PE	5430	FERNANDO LYRA	PE	5901
------------------	----	------	---------------	----	------

**PL**

PEDRO CANEDO	GO	5611			
--------------	----	------	--	--	--

## SENADORES

### TITULARES

### SUPLENTES

#### PFL

CARLOS PATROCÍNIO	TO	4068	ROMEU TUMA	SP 2051
JONAS PINHEIRO	MT	2271	JOSÉ ALVES	SC 4055
JOSÉ BIANCO	RO	2231		
JÚLIO CAMPOS	MT	4064		
ROMERO JUCÁ	RR	2111		
EDISON LOBÃO	MA	2311		

#### PMDB

CARLOS BEZERRA	MT	2291	FERNANDO BEZERRA	RN 2461
FLAVIANO MELO	AC	3493	CASILDO MALDANER	SC 2141
JÁDER BARBALHO	PB	2441		
MARLUCE PINTO	RR	1101		
NEY SUASSUNA	PB	4345		
ONOFRE QUINAN	GO	3148		

#### PSDB

COUTINHO JORGE	PA	3050	LÚDIO COELHO	MS 2381
JEFFERSON PÉRES	AM	2061		
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES	2021		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301		

#### BLOCO PT/PDT/PSB/PPS

ANTONIO CARLOS VALADARES	SE	2201	ADEMIR ANDRADE	PA	2101
EDUARDO SUPPLY	SP	3213			
SEBASTIÃO ROCHA	AP	2241			

#### PPB

ERNADES AMORIM	RO	2251	LEOMAR QUINTANILHA	TO 2071
----------------	----	------	--------------------	------------

#### PTB

ODACIR SOARES	RO	3218/19			
---------------	----	---------	--	--	--

Atualizado em 18/11/97

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**(Representação Brasileira)**

Presidente de honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO  
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER  
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN  
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO  
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
<b>SENADORES</b>	
<b>PMDB</b>	
JOSÉ FOGAÇA	1 - PEDRO SIMON
CASILDO MALDANER	2 - ROBERTO REQUIÃO
<b>PFL</b>	
VILSON KLEINUBING	1 - JOEL DE HOLLANDA
WALDECK ORNELAS	2 - JÚLIO CAMPOS
<b>PSDB</b>	
LÚDIO COELHO	1 - JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
<b>PPB</b>	
LEVY DIAS	1 - ESPERIDIÃO AMIN
<b>PTB</b>	
JOSÉ EDUARDO	
<b>BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PSB, PDT, PPS)</b>	
BENEDITA DA SILVA	EMÍLIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
<b>DEPUTADOS</b>	
<b>PFL/PTB</b>	
PAULO BORNHAUSEN	VALDOMIRO MEGER
JOSÉ CARLOS ALELUIA	BENITO GAMA
<b>PMDB</b>	
EDISON ANDRINO	CONFÚCIO MOURA
GERMANO RIGOTTO	ROBSON TUMA
<b>PSDB</b>	
FRANCO MONTORO	NELSON MARCHEZAN
CELSO RUSSOMANO	RENATO JONHSSON
<b>PPB</b>	
JÚLIO REDECKER	
<b>PT/PDT/PC do B</b>	
MIGUEL ROSSETTO	LUIZ MAINARDI

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 -  
BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 3187436 3187186 318-8232 318-7433

FAX (55) (061) 3182154

SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

**Atualizado em 9-9-97.**



**EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS**